

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

MOZART LACERDA FILHO

**OS CAMINHOS, AS PESSOAS, AS IDÉIAS:
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE GILDO MACEDO LACERDA, SUA REDE DE
SOCIABILIDADES E SUA GERAÇÃO**

**FRANCA, SP
2006**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

MOZART LACERDA FILHO

**OS CAMINHOS, AS PESSOAS, AS IDÉIAS:
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE GILDO MACEDO LACERDA, SUA REDE DE
SOCIABILIDADES E SUA GERAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Campus de Franca como exigência para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

**FRANCA, SP
2006**

MOZART LACERDA FILHO

**OS CAMINHOS, AS PESSOAS, AS IDÉIAS:
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE GILDO MACEDO LACERDA, SUA REDE DE
SOCIABILIDADES E SUA GERAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Campus de Franca como exigência para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

BANCA EXAMINADORA

Presidente:

1º Examinador:

2º Examinador:

Franca, ____ de _____ de _____

Este trabalho é dedicado à memória de meus pais.

AGRADECIMENTOS

Nada no mundo conseguimos sozinhos. Ainda mais um trabalho desse porte, uma dissertação de mestrado, que tanto exaure seu autor. Quero, portanto, aqui, agradecer as pessoas que estiveram do meu lado durante a execução deste trabalho.

Ao meu orientador, Professor Dr. **Samuel Alves Soares**, quero agradecer mui especialmente pela paciência de ter ouvido, sempre com a mais fina atenção, minhas idéias e pretensões. Nossas discussões foram de imprescindível importância para as análises que este trabalho alcança. Na nossa relação durante esses dois anos, destaco sua singular educação e gentileza. Num ambiente muitas vezes marcado pelo excesso de vaidade, sua simplicidade é exemplo a ser seguido.

Preciso agradecer a **Lauro Guimarães**, pesquisador e amigo, que me socorreu com uma leitura atenta e acurada, corrigindo equívocos e recolocando minhas análises no caminho certo. Como se isso não bastasse, permitiu-me usar sua biblioteca e uma vastidão de documentos importantíssimos para a realização deste trabalho.

Outra ajuda muito significativa veio de **Cleide Barillari**, amiga de todas as horas, que, ofertando-me seu tempo, também ofertou-me sossego e tranquilidade para, em várias ocasiões, dedicar-me, as atividades acadêmicas.

Agradeço, comovido, a atenção que me fora dispensada pela família de Gildo Macedo Lacerda — sobretudo **dona Célia**, sua mãe, e **Cidinha**, sua irmã — colaborando a todo tempo para que pudéssemos realizar esta dissertação. Não pouparam esforços em relatar-me fatos que, por razões óbvias, lhes causaram tanta dor. Dona Célia veio a falecer em 26 de fevereiro de 2005.

Ao **Arquivo Público de Uberaba** e às pessoas que nele trabalham, o meu muito obrigado pela enorme contribuição, sobretudo, com os documentos acerca do Movimento Estudantil em Uberaba. Não fossem os Arquivos Públicos, pesquisas como esta não seriam possíveis.

Agradeço de maneira especial a **todos os meus entrevistados**. Neles, conheci o verdadeiro significado da palavra generosidade. A Geração Sessenta, como define um deles, é uma geração preparada para enfrentar o egoísmo, pois sabem repartir e fizeram dessa sabedoria sua filosofia de vida. Muitíssimo obrigado a vocês por terem repartido comigo suas lembranças.

A todos os amigos que, direta ou indiretamente, colaboraram comigo na confecção deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

E finalmente, de pé, quero agradecer a três pessoas que me foram fonte de perseverança constante na realização desta dissertação; pessoas que representam para mim o que de mais importante há na vida: minha muito amada esposa, **Rowena Borralho Monteiro Lacerda** e minhas duas filhas adoradas, **Laura Borralho Monteiro Lacerda** e **Maria Luiza Borralho Monteiro Lacerda**. Sem dúvida, é por conta do apoio incondicional delas que este trabalho chega ao fim. Apoio este que me foi ofertado mesmo quando, vez ou outra, eu me ausentasse da vida familiar. Amo profundamente vocês três.

Uberaba, outubro de 2006.

RESUMO

O objetivo maior da realização deste trabalho é decodificar os itinerários políticos percorridos por Gildo Macedo Lacerda, dentro do Movimento Estudantil, durante os anos de 1964/1973, e organizações de esquerda, em especial a Ação Popular. As redes de sociabilidades construídas e sustentadas, bem como sua participação numa geração de pessoas, que compartilhavam idéias e propunham interpretações para o atual momento político vivido por esses atores, também é objeto de nossa reflexão. O recorte temporal escolhido contempla o início da ditadura militar em nosso país (abril de 1964) e o ano da morte de Gildo Macedo Lacerda (outubro de 1973). É preciso que tenhamos em mente que a historiografia produzida sobre o assunto não leva em conta os fatos ocorridos com atores diferentes daqueles já consagrados. Nem tão pouco contempla fatos ocorridos em outros lugares que não os já estudados. E quando o fazem tratam o particular da mesma forma que o geral. Visa ainda, esta dissertação, problematizar o Movimento Estudantil e avançar na compreensão de como este desempenhou importante papel na recente história do país. Acreditamos que a forma como os homens vivem suas experiências particulares não está desvinculada dos modelos coletivos. Assim, um estudo sobre a vida de um ex-militante de esquerda, assassinado pelas forças de repressão, e suas relações com o Movimento Estudantil muito nos revela sobre como pensavam e agiam outros líderes do ME espalhados pelo interior do Brasil. O referencial teórico adotado é a Micro-história, pois nela é possível tratar das manifestações políticas das massas anônimas e sendo uma história plural, apresenta caminhos alternativos para investigação histórica, avançando onde as abordagens mais tradicionais não avançaram. A metodologia utilizada nesta pesquisa divide-se em: referências bibliográficas, onde lidamos com acervos documentais, cartas pessoais, e a pesquisa oral, onde entrevistamos ex-militantes da AP e do ME em três estados.

Palavras-chave:

Ditadura Militar, Organizações de Esquerda, Ação Popular, Movimento Estudantil, Gildo Macedo Lacerda.

ABSTRACT

The main purpose of carrying out this paper is to decade the political itinerary covered by Gildo Macedo Lacerda, in the student movement, during the years 1964-1973, the leftist organization, Popular Action mainly. The nets of sociabilities constructed and sustained, as well as their participation among a generation who shared ideas and proposed interpretations for the current political movement lived by those actors is also the aim of our reflexion. The time cutting chosen ponders about the beginning of military dictatorship in our country (April 1964) and the year of Gildo Macedo Lacerda's death (October 1973). We must keep in mind that history produced about the subject does not take into consideration the facts which occurred with actors different from the already acclaimed ones. Mot even contemplates facts, that occurred in other places besides the not yet studied ones, and when they do it they treat the individual and the general the same way. This dissertation also aims to put in doubt the students movement and advances in the comprehension of how of played an important role in the recent history of the country. We believe that the way how men live their private experiences is not disentailed from the collective patterns. Thus, a research on the life of an ex-leftist militant, assassinated by the repressive forces, and his relationship with the students movement reveals much about how the other EM spread in the inland of Brazil, thought and acted. The theoretical reference adapted is the Micro-history, because in it, it was possible to treat the political manifestations of the anonymous masses and being a plural history, it presents alternative ways for historical investigation, advancing where the most traditional approach did not advance. The methodology used is this research is divided in bibliographical references where we worked with a documentary pile, personal letters, and oral research where we interviewed ex-militants of the PA and EM in three states.

Key words:

Military dictatorship, Leftist Organization, Students Movement, Popular Action, Gildo Macedo Lacerda.

SIGLAS UTILIZADAS:

AP – Ação Popular

CUTAL – Central Única dos Trabalhadores da América Latina

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central dos Estudantes

FISTA – Faculdades Integradas São Tomás de Aquino

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

JEC – Juventude Estudantil Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

ME – Movimento Estudantil

TFP – Tradição, Família e Propriedade

UDN – União Democrática Nacional

UEE – União Estadual Estudantil

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. AS ESQUERDAS REVOLUCIONÁRIAS NA CONJUNTURA DO GOLPE CIVIL/MILITAR DE ABRIL DE 1964 E O MOVIMENTO ESTUDANTIL UBERABENSE	20
1.1 A Ação Popular (AP) e a Ação Popular Marxista-Leninista (APML).....	24
1.2 A Cultura Política do Movimento Estudantil e o Golpe Civil/Militar de 1964	34
1.3 O Movimento Estudantil Uberabense.....	38
1.4 A opção da AP pela luta armada.....	63
2. AS AÇÕES COERCITIVAS IMPOSTAS AOS ESTUDANTES PELOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR	67
2.1 A Lei Suplicy de Lacerda — Lei nº 4.464, de 09 de Novembro de 1964	69
2.2 Os Acordos MEC/USAID	73
2.3 O Ato Institucional nº 5 — AI-5 — de 13 de dezembro de 1968.....	79
2.3.1 A Morte do Estudante Secundarista Édson Luís de Lima Souto — 28 de março de 1968.....	81
2.3.2 A Sexta-feira Sangrenta e a Passeata dos 100 Mil — 21 e 26 de junho de 1968.....	83
2.3.3 Os Confrontos na Rua Maria Antônia — Início de outubro de 1968.....	86
2.3.4 O XXX Congresso Nacional da UNE — 12 de outubro de 1968.....	88
2.4 O Decreto-lei 477 — 26 de fevereiro de 1969	90
3. GILDO MACEDO LACERDA: OS CAMINHOS, AS PESSOAS, AS IDÉIAS	95
3.1 Introdução.....	95
3.2 A militância púbere — Uberaba e os primeiros anos de engajamento político.....	118
3.3 A militância na capital mineira e a primeira prisão.....	121
3.4 A militância clandestina no Rio de Janeiro	127
3.5 Salvador e Recife: os últimos passos, últimos encontros e últimas discussões	133
3.6 Recife e o DOI-CODI	140

3.7 A “operação” Gilberto Prata.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS	161
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS:.....	165
ENTREVISTAS ORAIS:	166

INTRODUÇÃO

Gildo Macedo Lacerda, personagem principal deste trabalho, teve sua vida conduzida, ainda na adolescência, para a militância política. Primeiro participou do Movimento Estudantil (ME) secundarista — ainda quando pertencia à Juventude Estudantil Católica, JEC — e posteriormente do ME Universitário — agora como membro da Ação Popular (AP), agremiação oriunda dos quadros da Ação Católica, da qual faziam parte a JEC e a JUC.

Sua militância política dá-se em Uberaba, cidade do Triângulo Mineiro, para onde sua família se muda em 1963. O ME em Uberaba era intenso, uma vez que a cidade era a terceira no Estado de Minas Gerais em número de estudantes universitários, só ficando atrás de Belo Horizonte e Juiz de Fora. E é em Uberaba que ele se torna membro da AP, organização na qual chegará a ocupar cargo na direção nacional.

De Uberaba, Gildo desloca-se para Belo Horizonte, onde fica de 1967 a 1968, quando é preso no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrido em outubro de 1968. Com a prisão, vem o 1º Inquérito Policial Militar (IPM), e Gildo Macedo Lacerda é enquadrado no Decreto-lei 477, obrigando-o a cair na clandestinidade.

Em 1969, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde tornou-se vice-presidente da UNE, na última gestão da entidade, presidida, primeiramente, por Jean-Marc van der Weid e, depois, por Honestino Guimarães. No Rio, Gildo permanece até início de 1972, quando é deslocado para Salvador.

Na capital baiana, Gildo terá a incumbência de organizar, dentro da AP, o ME e o Movimento Operário. Conhece aquela que viria a ser sua esposa e mãe de sua filha,

Mariluce Moura, também militante da AP. A filha de ambos, Tessa, nasceu três meses após a morte do pai.

Em outubro de 1973, Gildo e Mariluce são presos na capital baiana. Posteriormente, ele é levado a Recife e, nas dependências do DOI-CODI local, é assassinado. A delação de Gilberto Prata, ex-militante da AP, é fundamental para a queda de Gildo. Seu corpo nunca foi devolvido à família.

Durante o tempo de militância de Gildo dentro da AP, mais precisamente dentro da AP que atua no ME, essa organização passa por inúmeros debates ideológicos na tentativa de compreender a natureza da sociedade brasileira e, dessa forma, propor o melhor modelo de revolução socialista. Gildo era importante interlocutor desses debates, atuava sempre com propostas de atuação e na escrita de documentos.

Ao concebermos esta pesquisa, conduzimos, intencionalmente, os rumos de sua elaboração de forma que a importância dos itinerários percorridos por Gildo Macedo Lacerda, suas conexões com a sua rede de sociabilidades e sua adesão a um grupo de pessoas que comporiam sua geração fossem sendo evidenciadas à medida que escrevíamos este trabalho. Trilhando essa opção metodológica, equilibramos-nos nesse tripé — **Itinerários, Rede de Sociabilidades e Geração** — e tentamos dar sentido à trajetória política do nosso investigado.

De forma análoga, idealizamos um estilo literário que identificasse, no corpo do texto, as informações colhidas, as reflexões feitas, as hipóteses levantadas, os objetivos discutidos. Possibilitando ao leitor trilhar os caminhos da leitura, procuramos conduzi-lo aos diversos itinerários percorridos pela militância de Gildo Macedo Lacerda dentro da Ação Popular, da União Nacional dos Estudantes, da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e evidenciamos pessoas que, juntamente com outras pessoas, compuseram a rede

de sociabilidades vivida e sustentada por ele e, ao mesmo tempo, gestaram e discutiram idéias, a fim de mostrar as tensões políticas que ora os aproximavam, ora os distanciavam.

Nesta introdução procuraremos, justamente, oferecer o corrimão epistemológico que sustentará nossa análise e, ao mesmo tempo, apresentar os capítulos em que este trabalho se divide.

No Capítulo I — *As Esquerdas Revolucionárias na Conjuntura do Golpe Civil/Militar de Abril de 1964 e o Movimento Estudantil Uberabense* — abordaremos a cultura política do ME em Uberaba quando se deflagra o golpe civil/militar de abril de 1964, mostrando como este operava, uma vez que Gildo Macedo Lacerda fez sua formação intelectual e política bebendo nas fontes políticas da militância desse ME.

Para uma visão geral do ME, obras de alguns autores foram consultadas. Num primeiro momento, o trabalho, já clássico, de Arthur José Poerner — *O Poder Jovem* — estará na base das discussões, uma vez que esse autor consegue aliar rigor metodológico com riqueza de fatos e proporciona um rico panorama dos debates travados pelos estudantes à época do golpe civil/militar de 1964. Também adotaremos as idéias de João Roberto Martins Filho, esboçadas no seu trabalho de mestrado — *Movimento Estudantil e Ditadura Militar*. Nessa obra o autor, um não-participante dos acontecimentos tratados, ao contrário de Arthur José Poerner, evidencia os aspectos culturais vividos por aquela geração, aspectos esses que fizeram com que os estudantes conseguissem opor um tipo de resistência à ditadura recém-instalada. Não opera o autor com os conceitos de cultura política propriamente ditos, mas suas análises permitem-nos extrair elementos que, associados a outros, nos oferecem condições de inferir acerca deles.

Para análises específicas acerca do ME Uberabense, consultamos o Arquivo Público de Uberaba, onde nos servimos de uma série de documentos, e entrevistamos ex-militantes.

Para a utilização do conceito de cultura política, fizemos um breve histórico da evolução do conceito. Da historiografia brasileira, servimo-nos dos trabalhos de Eliana Dutra e Ângela Castro Gomes. Especial ênfase foi dada para a abordagem do professor francês Daniel Cefai.

A AP, organização revolucionária de esquerda na qual Gildo Macedo Lacerda militava, nasceu a partir dos quadros da Juventude Universitária Católica, a JUC. Logo, é imperativo lançarmos-nos na compreensão da transição da JUC em AP. Para tais análises, seguiremos os passos de Luis Souza — *A JUC, os Estudantes Católicos e a Política* — e José Luiz Sigríst — *A JUC no Brasil: Evolução e Impasse de uma Ideologia*.

Para uma análise da história da AP propriamente dita, adotamos os autores Haroldo Lima e Aldo Arantes, os quais escreveram em junho de 1984 — *História da Ação Popular – da JUC ao PC do B*. Nessa obra, escrita logo depois da abertura, os autores, fundadores da AP, contam sua trajetória desde seu surgimento até a fusão com o PC do B, em 1973. Sendo os autores partidários dessa fusão, tomamos o cuidado de ler a obra sempre nos lembrando desse pormenor.

Para uma análise da APML, recorreremos ao artigo publicado por Esther Kuperman — *A Trajetória da Ação Popular Marxista-Leninista* — publicado pela revista *Espaço Acadêmico*, em que a autora dá-nos pista sobre as discussões e problematizações perpetradas por militantes que eram contrários à fusão da AP com o PC do B.

Outra fonte muito importante para compreendermos a formação da AP, suas discussões, rupturas, tomadas de posições são os documentos-base publicados por sua direção nacional. Dois, em especial, serão por nós analisados: **Documento-base da AP**, de fevereiro de 1963, extraído do I Congresso da organização, realizado em Salvador; **Programa Básico da AP-ML**, de março de 1971, extraído da III Reunião Ampliada da

Direção Nacional. Ambos estão na coletânea de textos das organizações de esquerda organizada por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá — *Imagens da Revolução*. Os depoimentos de ex-militantes da AP e, depois, da AP-ML também serão de muita valia.

Para analisarmos a opção dos movimentos de resistência à ditadura militar, notadamente o ME, pela luta armada, adotaremos o trabalho de Jacob Gorender — *Combate nas Trevas*; o trabalho de Denise Rollember — *Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada* — também será consultado aqui.

Para uma compreensão da AP e do ME uberabense, basear-se-á este trabalho em depoimentos colhidos com ex-militantes e em documentos que foram encontrados no Arquivo Público de Uberaba, sobretudo relatórios de gestão do DCE municipal, no qual a gestão vigente fazia uma espécie de prestação de contas da sua administração. Encontramos também atas, panfletos de propaganda de quando as chapas candidatavam-se às eleições trazendo nomes e cargos concorridos, correspondência entre o DCE e os DAs, revelando preocupações políticas locais e nacionais, adesões ou repulsa a esse ou àquele ponto de vista, etc.

No Capítulo II — *As Ações Coercitivas Impostas aos Estudantes pelos Órgãos de Repressão da Ditadura Militar* — objetivamos mostrar que as trajetórias dos militantes de esquerdas e de suas respectivas organizações não se davam aleatoriamente. Respondiam a uma lógica imposta pelos órgãos de repressão que, articulados, impunham-lhes determinados constrangimentos. Não se defende que esses constrangimentos são causa única desses deslocamentos. É evidente que as organizações de esquerda tinham recursos para exercer sua militância com uma certa autonomia. Mas ao não enxergar que, à medida que os órgãos de repressão mexiam suas peças no tabuleiro, eles obrigavam aqueles que queriam fazer a revolução a responder com alguma ação. Isso fica claro quando, em 1973, a

repressão aumenta o cerco sobre os militantes do eixo Rio-São Paulo, obrigando-os a militar em outros centros menos vigiados. É o que acontece com Gildo Macedo Lacerda, que é enviado para Salvador logo no começo de 1973.

Nossa escolha, ao tratarmos desses eventos constrangedores, recaiu sobre o que representou verdadeiros entraves às pretensões das esquerdas revolucionárias: a Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964 — a chamada Lei Suplicy de Lacerda; os Acordos MEC-USAID; a decretação do AI-5, em 12 de dezembro de 1968 e o Decreto-lei 477, de 26 de fevereiro de 1969.

Para analisarmos a Lei Suplicy de Lacerda, além do próprio texto da lei, utilizamos o livro de depoimentos de ex-militantes da UNE, organizado por Nilton Santos, o já citado livro de Arthur José Poerner, *O Poder Jovem*, além de depoimentos de ex-militantes, que nos concederam entrevistas.

Para compreendermos a arquitetura política que culminou nos Acordos MEC-USAID, consultamos o livro de Marcio Moreira Alves, escrito no calor dos acontecimentos e muito esclarecedor, uma vez que detalha as cláusulas dos contratos. O livro da professora Justina Silva, *Estudantes e Políticas*, também foi consultado. Para apontar as insatisfações dos estudantes uberabenses com tais acordos, consultamos o periódico *Correio Católico*, que tinha circulação diária em Uberaba e era seu principal jornal.

Para uma análise dos eventos que precederam a decretação do AI-5, adotaremos os seguintes autores: Zuenir Ventura — *1968: o Ano que Não Terminou*; Elio Gaspari — *A Ditadura Envergonhada*. A visão dos dois jornalistas, ainda que carentes de análises historiográficas, ajuda-nos a compreender as articulações políticas que causaram a decretação do AI-5 e suas nefastas consequências. O livro de Maria Ribeiro Valle, 1968, *O*

Diálogo é a Violência, sua dissertação de mestrado, ajudar-nos-á a compreender detalhes de como o ano de 1968 foi decisivo para os acontecimentos que viriam pela frente.

Para sustentar nossa discussão em torno do Decreto 477, de fevereiro de 1969, adoremos a dissertação de mestrado de José Luis Sanfelice — *Movimento Estudantil, a UNE na Resistência ao Golpe de 1964*. Com esse Decreto-lei, todos os estudantes que fossem alvos de Inquérito Policial Militar — IPM — não poderiam frequentar nenhuma instituição de ensino superior nem se matricular em outra instituição por um período de três anos. Além disso, seriam considerados infratores todos estudantes, professores, funcionários que incitassem qualquer tipo de movimentação estudantil. As análises em torno dos efeitos do 477 são vitais para este trabalho, uma vez que é ele quem marca a entrada para a clandestinidade de muitos dos militantes de esquerda oriundos do ME. Consultaremos também o próprio Decreto-lei trazido, na íntegra, no referido trabalho.

No capítulo III — ***Gildo Macedo Lacerda: os Caminhos, as Pessoas, as Idéias*** — faremos um detalhamento da militância política de nosso investigado, mostrando como se deram seus deslocamentos geográficos, sua formação intelectual, a construção de sua rede de sociabilidades e o pertencimento a uma geração de pessoas com quem compartilhava idéias.

Para tanto, os documentos pertencentes ao processo jurídico de Gildo Macedo Lacerda, apresentados à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, os quais objetivavam o reconhecimento da responsabilidade do Estado na sua morte, foram de vital importância, assim como os depoimentos orais — quinze, no total — que foram por nós colhidos ao longo do ano de 2004.

As principais obras consultadas foram o livro de Betinho Duarte, *Rua Viva*, no qual a filha de Gildo Macedo Lacerda, Tessa Lacerda, e o jornalista Otto Filgueiras traçam um

perfil sobre ele, e o livro de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos Filhos de Desse Solo*, no qual, por sua vez, há uma importante referência sobre a delação de Gilberto Prata — que era ex-militante da AP — o que resulta na morte de Gildo e de mais nove militantes.

Ao final, este trabalho lista todos os referenciais consultados.

1. AS ESQUERDAS REVOLUCIONÁRIAS NA CONJUNTURA DO GOLPE CIVIL/MILITAR DE ABRIL DE 1964 E O MOVIMENTO ESTUDANTIL UBERABENSE

À guisa de introdução a este capítulo faremos, de maneira muitíssimo breve, algumas considerações sobre o golpe civil-militar que implantou no Brasil, em 1964, uma ditadura militar.

Os militares chegaram ao poder por força de um golpe civil-militar em abril de 1964. Várias foram as justificativas usadas para explicar essa atitude. Vivíamos anos de Guerra-Fria, e o medo do comunismo rondava nossas portas. Ainda mais depois que Fidel, Guevara e outros fizeram a revolução socialista em Cuba, ou seja, em solo americano. Ecos vindos da China e de uma suposta revolução cultural mexiam com os ânimos dos movimentos sociais, sobretudo aqueles que tinham participação dos estudantes.

Nos anos que precederam ao golpe, as entidades de classe estavam razoavelmente bem estruturadas: operários, camponeses, estudantes, intelectuais, artistas, entre outros, viviam uma certa liberdade de expressão e suas idéias eram divulgadas e debatidas.

Com a renúncia de Jânio Quadros, presidente eleito por voto direto, assume em seu lugar o vice João Goulart, *persona non grata* nos círculos militares. Os generais viam em Jango um perigo real e imediato, pois o classificavam como simpatizante dos comunistas e, justamente por isso, tentam impedir que lhe seja passada a faixa presidencial.

Depois de grande luta política e jurídica, finalmente Jango toma posse e passa a implementar seu programa de governo, pautado nas reformas de base. As reformas de base eram medidas de cunho progressista, que não agradavam as alas mais conservadoras da

sociedade brasileira. E se não agradava internamente, externamente Jango também não fazia sucesso, e os norte-americanos passaram a ver nele um inimigo em potencial.

Um presidente que herdava uma economia frágil de seu sucessor, que era tido como simpatizante dos ideais socialistas, justamente numa hora em que o socialismo era tão temido por aqui, um presidente partidário de idéias progressistas numa sociedade bastante conservadora, com o propósito de levar a termo um programa de governo comprometido com mudanças profundas na mesmice política que vigorara até então só poderia reforçar a idéia de que no Brasil dessa hora imperariam a baderna e a desordem. E contra essa baderna e essa desordem que se insurge uma “Revolução” salvadora. Resistência no momento do golpe não houve, e os militares se instalaram no poder. Por lá ficaram durante vinte anos.

Importante neste momento do nosso trabalho, situar, também em linhas gerais, a trajetória, antes e depois do golpe, das principais organizações da esquerda revolucionária. Algumas delas propuseram um conjunto de idéias no qual se projetava uma transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas, em que se restabelecesse a democracia e se buscasse uma maior participação das massas populares nos desígnios políticos do País. As idéias progressistas eram a marca principal da imensa maioria das organizações e o instrumento utilizado para tanto não poderia ser outro: a revolução socialista.

Essas organizações de esquerda já existiam antes do golpe civil-militar de 1964. No início dos anos 60, antes do golpe, portanto, o Partido Comunista Brasileiro — PCB — exalava uma forte influência sobre a luta política em diversos setores: sindical, estudantil, operário. O PCB estava em busca de condições materiais para se realizar o que seus militantes chamavam de “Revolução Burguesa” no Brasil, pois entendiam que a sociedade

brasileira ainda era feudal, ou semi-feudal. Dessa forma, compreendiam os comunistas que sua tarefa era aliar-se à burguesia nacional e, dessa forma, “levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora”.¹

O governo de Jango é bem visto pelos comunistas e com sua posse o ideário socialista encontra, segundo avaliação própria, terreno fértil. Nas reformas de base prometidas, os comunistas encontravam sustentáculos que lhes possibilitavam o enfrentamento com as forças do imperialismo.

Duas outras organizações com idéias revolucionárias surgem neste momento: a Ação Popular — AP — e a Política Operária — POLOP —, ambas como alternativa aos ideais políticos preconizados pelo PCB. Da primeira, trataremos, com mais detalhes, adiante. Surgida em 1961, a POLOP tem como principal bandeira a não-concordância com as idéias reformistas e pacíficas do PCB. Propunham, seus militantes, uma luta armada imediata, tendo o socialismo como base.

Além desses grupos já mencionados, havia antes de 1964, é preciso destacar, uma organização das ligas camponesas, que eram compostas por lavradores, estudantes e trabalhadores intelectuais. Seu campo de luta foi, majoritariamente, no Nordeste, onde empenharam-se bastante na questão da reforma agrária. As ligas camponesas eram muito influenciadas pelas idéias do foco guerrilheiro, em moda com o sucesso da Revolução Cubana.

O golpe civil-militar de 1964 não encontra nesses grupos de esquerda, todos exalando ideais progressistas, nenhum tipo de resistência. Mesmo organizações que preconizavam antes do golpe o uso da força como forma de resistência a um possível golpe

¹ RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 25

de direita, nada fizeram. O PCB, e outras forças reformistas viram-se de mãos atadas e também não fizeram nada.

Nesta hora, as esquerdas brasileiras passaram a um exame de auto-crítica nas suas formas de atuação, tentando entender os motivos que as levaram a se comportarem de forma tão diferentes no momento do golpe. Com a constatação de que a resistência não ocorreu da forma que se esperava, o que se assiste a partir daí, sobretudo no PCB, é uma sucessão infindável de dissidências, capitaneadas, em sua maior parte, pelos estudantes que estavam ligados ao Partido. Afirmando com Ridenti:²

Entre 1965 e 1968, as bases universitárias romperam com o Partido em todos os cantos do território nacional, constituindo as conhecidas dissidências estudantis, as “DIs”: no Estado do Rio surgiu a DI-RJ, na Guanabara, a DIGB (ambas posteriormente denominadas Movimento Revolucionário 8 de Outubro — MR-8); havia a DI do Rio Grande do Sul; a DISP, paulista (depois integrada à ALN ou à VPR e VAR-Palmares); em Minas Gerais, a dissidência estudantil integraria a CORRENTE.

Compunham, ainda, as várias matizes das esquerdas revolucionárias neste momento grupos com viés notadamente nacionalistas, compostos principalmente por ex-militares de baixa patente, cassados em 1964. O Movimento Nacionalista Revolucionário — MNR — vai ser responsável, em 1967, pela guerrilha do Caparão. Havia ainda o Movimento de Ação Revolucionária — MAR —, a Resistência Armada Nacionalista — RAN —, a Frente de Libertação Nacional — FLN. Depois de muitos debates internos, essas organizações acabam sendo incorporadas por organizações marxistas de esquerda armada. A exemplo disso, vale destacar que a Vanguarda Popular Revolucionária — VPR — surge da fusão do MNR com uma dissidência paulista da POLOP.

Os caminhos trilhados por essas organizações serão os mais variados. As formas de lutas incluiriam diversos pontos de confluência. Mas incluíram muito mais pontos de

² Ibid, p. 28.

divergência. Verificaremos, quando abordarmos a trajetória política da AP, que, dentro de uma mesma organização, tal fenômeno repetir-se-á. Olhada a distância, essas não-concordâncias revelam o quanto eram plurais as interpretações que as esquerdas revolucionárias faziam do momento político vivido.

1.1 A Ação Popular (AP) e a Ação Popular Marxista-Leninista (APML)

A Ação Popular — doravante AP — surge por volta de 1961/1962, e seus fundadores militavam na Ação Católica Brasileira. A Ação Católica era composta, como diziam à época, pelo A, E, I, O, U. Em entrevista que nos concedeu, Oldack Miranda³, que foi da direção regional da JEC — Juventude Estudantil Católica — em Belo Horizonte, no ano de 1965, relata:

A Ação Católica era constituída pelo AEIOU: JAC (Juventude Agrária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica), integrada pelos [estudantes] secundaristas; a JIC (Juventude Independente Católica), com professores e profissionais liberais; a JOC (Juventude Operária Católica) da qual saíram muitos quadros operários da AP, principalmente na sua primeira fase cristã e finalmente a JUC (Juventude Universitária Católica), esta composta pelos [estudantes] universitários (informação verbal).

Os quadros estudantis da AP vieram da JEC e da JUC e tiveram como meta tentar compatibilizar a revolução socialista com as idéias cristãs e, por isso, as idéias debatidas buscaram uma resposta que pudesse conciliar o anseio revolucionário com a militância católica. Por isso, filósofos como Teilhard de Chardin, Padre Lebreton e Emanuel Mounier, que ofereciam embasamento teórico para se atingirem tais objetivos, passaram a ser intensamente discutidos nos meios estudantis. Um evento histórico, vindo de fora do país,

³ MIRANDA, Oldack. Em depoimento a/a em setembro de 2004.

será fundamental para que as idéias socialistas ganhassem a adesão dos estudantes católicos brasileiros e incentivassem ainda mais o seu ímpeto revolucionário: a Revolução Cubana.⁴

Mas os estudantes católicos que aderiram ao marxismo, a fim de se fazer revolução, sempre tiveram muito claro que a conscientização das massas seria vital a suas pretensões. Conscientização essa que também seria o grande diferencial da AP quando comparada às outras organizações revolucionárias que também optaram pelo marxismo — em quaisquer que sejam a sua vertente — como sustentação de um modelo revolucionário. No manifesto do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, documento que exala as preocupações dos estudantes ligados à JUC, redigido em 1961 — antes da fundação da AP, portanto — e que teve forte influência do padre Henrique Lima Vaz, jucista de primeira hora, podemos ler:

Temos consciência de que a promoção das classes operário-urbanas e campesino-rurais se coloca, neste momento, dentro da perspectiva cristã, como o passo mais largo que a história exige das vanguardas atuantes, no sentido da humanização do mundo. Nesta promoção, a educação das massas é uma tarefa de primeira hora. Conservar a educação como instrumento cultural de dominação das classes privilegiadas é servir à opressão dos humildes.⁵

No trecho acima citado, percebemos que os ideais de “educação das massas” já estavam presentes nas matrizes da formação intelectual do militante da JUC, e essas mesmas idéias nortearam a militância na AP.

A UNE (União Nacional dos Estudantes) chega à JUC por intermédio do projeto UNE –volante: uma caravana integrada por 25 estudantes, dirigentes da UNE e dirigentes do seu CPC — Centro Popular de Cultura — desloca-se por todas as capitais do País

⁴ Por não ser o objeto principal desse trabalho, não aprofundaremos em análises que versam sobre os impactos da Revolução Cubana sobre as esquerdas brasileiras. Para isso, há inúmeros trabalhos publicados.

⁵ Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Apud ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Pacto Re-velado**: Psicanálise e Clandestinidade Política. São Paulo: Editora Escuta, 1994, p. 23.

reunindo-se com os estudantes da cidade para debates e apresentações artísticas de seu CPC. Todas as capitais do Brasil foram sede da UNE, com exceção de São Paulo, Niterói e Cuiabá.

Essa movimentação viabilizou a integração do ME com suas entidades representativas, possibilitando inclusive a decretação da primeira greve nacional universitária, a qual paralisou os estudantes na defesa da participação nos órgãos colegiados na proporção de 1/3 para os estudantes, 1/3 de professores e 1/3 de ex-alunos. Essa greve fica conhecida como greve do “Um Terço”.

Durante as atividades desenvolvidas pela UNE-volante, suas lideranças — notadamente Herbert de Souza e Aldo Arantes — vão se articulando com jucistas, intelectuais, professores, num movimento fora dos limites da Igreja Católica.

Paralelo ao trabalho da UNE-volante, acontecia em São Paulo a primeira de uma série de reuniões entre jucistas e não-jucistas que ajudariam a radicalizar o processo de fundação da Ação Popular. Haroldo Lima e Aldo Arantes, que escreveram, na prisão, um livro sobre a História da AP, referem-se assim acerca dessa reunião⁶:

Esta reunião aprovou um documento chamado “Estatuto Ideológico, que defendia a “revolução brasileira” e o “socialismo”. Grupo de Ação Popular (GAP) foi o nome então escolhido para a nova organização. A forma organizativa adotada foi a de um sistema de coordenações, pelo qual uma coordenação nacional articulava-se com coordenações regionais razoavelmente autônomas. O aparecimento, logo em seguida, de um agrupamento fascista denominado de Grupo de Ação Patriótica (GAP) determinou o abandono da sigla inicialmente pensada e a organização passou a ser conhecida temporariamente por “grupão”.

Em junho de 1962, realiza-se em Belo Horizonte a segunda reunião de fundação da AP. Dessa reunião, sai o documento “Esboço do Estatuto Ideológico”, aprovado por representantes de 14 Estados do País. É eleita a coordenação nacional, e o nome Ação

⁶ LIMA, Haroldo, ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular** — da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984, p. 35.

Popular — que se referia ao nome de um jornal alternativo editado em Belo Horizonte por integrantes do “grupão”, líderes e ex-líderes da Ação Católica — é assumido em definitivo.

Já como AP, a organização elegerá Vinicius José Caldeira Brant presidente da UNE no XXV Congresso Nacional. Importante destacar dois pontos, que demonstram a força que a AP terá no ME: 1º) o presidente anterior da UNE era o estudante jucista Aldo Arantes, que participa da fundação da AP; 2º) os próximos presidentes também serão da AP: José Serra (1963/1964), Altino Dantas (1965/1966), José Luis Moreira Guedes (1966/1967), Luis Travassos (1967/1968), Jean-Marc van der Waid (abril a setembro de 1969) e Honestino Guimarães, último presidente antes da reorganização da entidade, após a anistia em 1979.

Antes de prosseguirmos, seria importante descrevermos, de maneira geral, o funcionamento da AP. Esta era composta de uma direção nacional, que coordenava as direções regionais. A AP dividia-se em três principais setores: Movimento Estudantil, Movimento Camponês e Movimento Operário. Para tanto, montava células, também hierarquizadas, com vistas a atuarem nesses segmentos. Gildo Macedo Lacerda pertenceu à AP ligada ao ME.

Em fevereiro de 1963, em Salvador, realiza-se o 1º Congresso de Fundação de Ação Popular. Herbert de Souza é eleito o primeiro coordenador da nova organização. Aprova-se, também, o documento-base da organização. Acerca dele, Haroldo Lima e Aldo Arantes, que posteriormente defenderão a fusão da AP com o PC do B, afirmam⁷:

O Documento-Base define-se pelo socialismo, pela socialização dos meios de produção. Declara-se ao lado da “corrente socialista que está transformando a História moderna”, destaca o “papel de vanguarda da Revolução Soviética”, a “importância extrema, decisiva mesmo”, do marxismo, tanto na teoria tanto na prática revolucionária. Mas sua base idealista impede-o de ver o socialismo como resultado da luta da classe operária à frente das demais classes exploradas e

⁷ Ibid, p. 37.

oprimidas e leva-o admitir em tese, mas a criticar em essência, o tipo de Estado necessário à construção do socialismo — a ditadura do proletariado. Afirmando o objetivo — o socialismo — e criticando ou ressaltando o meio prático de realizá-lo — a ditadura do proletariado —, o Documento-Base resvala para a defesa de um socialismo utópico — que chama de “socialismo como humanismo” — e que provavelmente seria um socialismo sem ditadura do proletariado, desconhecido do ponto de vista da experiência histórica concreta da humanidade e inviável no quadro da luta de classes.

A explicação dada pelos autores para o fato de a AP, segundo seu documento-base, criticar a ditadura do proletariado — e conseqüente adoção de um socialismo humanista — dava-se devido ao desconhecimento, por parte de seus ideólogos, da essência das idéias de Marx. A percepção de ditadura do proletariado formada pela AP, ainda segundo essa interpretação, era identificada com as idéias do marxismo vulgar e não-científico.

E isso fez com que o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 encontrasse uma AP que se declarava socialista — defensora de uma revolução, portanto — mas que não apresentava uma proposição de como essa revolução seria realizada, e, por isso mesmo, o golpe trouxe a imperiosa necessidade de a AP re-analisar suas interpretações e propostas para a sociedade brasileira e a necessidade de definir o curso geral de sua prática. E nesse repensar de atitudes, o caráter reformista dará lugar ao caráter revolucionário. Aldo Arantes e Haroldo Lima⁸:

O que preponderou na AP, em seguida ao Golpe de 1964, foi o despertar viçoso de uma perspectiva revolucionária, refletida na “Revolução Política de 1965”. Três questões principais distinguem a “Resolução Política de 1965”: a caracterização da etapa da revolução no Brasil, a posição sobre o caminho da revolução e o problema da linha organizativa. A Resolução define a etapa da revolução brasileira como “socialista de libertação nacional”.

As idéias marxistas interpretadas pelas obras de Mao Tse-tung e Che Guevera — um dos artífices da Revolução Cubana — exercem direta influência sobre a definição de qual caminho a revolução socialista deveria ser feita no Brasil. A organização política teria à

⁸ Ibid, p. 62.

frente um partido proletário, e esboçava-se uma luta revolucionária de cunho popular. Dessa feita, era necessário uma aproximação e, conseqüentemente, maior esclarecimento das massas populares. Voltando aos historiadores da AP⁹:

As posições fundamentais afirmadas nas Resoluções Políticas de 65 mostravam que a AP, do ponto de vista filosófico, continuava com as mesmas posições gerais do Documento-Base; do ponto de vista de classe, continuava uma organização pequena burguesa. Mas do ponto de vista político, já não era uma organização democrática reformista: transformara-se em uma organização democrática revolucionária.

Em 1967, a AP passa por um intenso debate no qual procurava-se alinhar as demandas revolucionárias com as possibilidades concretas de êxito na realização da revolução, e seus militantes resolvem se aproximar do marxismo-leninismo. A corajosa resistência do povo indochinês na Guerra do Vietnã e a revolução cultural proletária da China defendiam amplos movimentos de massa, em que a participação dos estudantes era vital.

Por essa época, voltaram da China importantes líderes da AP, como Jair Ferreira de Sá e Aldo Arantes. Este último — Aldo Arantes — escreve o “texto amarelo”, no qual descreve, sob forma de capítulos, como se organizavam o “Movimento Operário”, o “Movimento Camponês”, a “Guerra Popular”, o “Partido de Vanguarda” e a “Frente Única”. O primeiro — Jair Ferreira de Sá — propõe, na 1ª Reunião Nacional Ampliada de AP, realizada em junho/julho de 1968, o Esquema de Seis Pontos, no qual fazia uma apologia do modelo chinês de revolução. Devido ao momento promissor da revolução naquele país, o “Esquema” teve grande receptividade dentro da AP, e seus adeptos aglutinaram-se em torno da “corrente 1”. Sob a ótica maoísta, defendida por essa corrente:

O Brasil era considerado um país semi-feudal, e em decorrência dessa concepção a mudança pretendida para a sociedade brasileira deveria ser iniciada por uma

⁹ Ibid, p. 64.

revolução democrática e popular. A aproximação com os trabalhadores do campo era fundamental para sua estratégia revolucionária, visto que para essa concepção de revolução o campesinato era considerado a força motriz para a transformação da sociedade brasileira. Tais princípios levaram, inclusive, alguns militantes, oriundos das classes médias, a se proletarizarem, ou seja, tornarem-se operários ou camponeses, trabalhando em fábricas ou no campo.¹⁰

Em contraposição às idéias defendidas no documento “Esquema de Seis Pontos”, surgiu a “corrente 2”. A divergência entre ambas basicamente girava em torno da interpretação de que o Brasil era um país feudal, com a qual não concordavam. E não concordavam, sobretudo, porque, em 1966, Caio Prado Jr. — militante do PCB e um dos mais respeitados historiadores brasileiros — publica *A Revolução Brasileira*, em que rebate a idéia de que no Brasil ainda restavam sobrevivências feudais. Segundo Haroldo Lima e Aldo Arantes¹¹:

Em oposição aos “seis pontos” da “corrente 1”, alguns setores passaram a defender um sistema de idéias que ficou conhecido como “corrente 2”. Sustentavam posição anti-revisionista, mas não defendiam a existência de uma terceira etapa do marxismo-leninismo. Consideravam capitalista a sociedade brasileira, não viam nela nenhum traço feudal significativo, razão porque defendiam uma revolução imediatamente socialista para o país.

Por enxergarem no Brasil a existência de estruturas feudais, alguns de seus membros defendiam as propostas foquistas, as quais tinham inspiração no modelo de revolução cubano, que se deveriam iniciar pelo campo, uma vez que a cidade é terreno ocupado pelo inimigo e, por isso, as chances dos guerrilheiros eram pequenas. Dizendo com Jacob Gorender¹²:

Calcados principalmente na própria experiência, que pretendiam tivesse verdade universal, os escritos cubanos salientavam a impossibilidade do êxito da luta revolucionária quando se trava nas cidades, onde o inimigo concentra seu poder. O

¹⁰ KUPERMAN, Esther. **Da cruz à estrela: a trajetória da Ação Popular Marxista-Leninista**. Revista Espaço Acadêmico, Ano III, nº 25, junho de 2003. In <http://www.espacoacademico.com.br/025/25ckuperman.htm>, acessado em 07/09/2006.

¹¹ Idem, 1984, p. 71.

¹² GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: a Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1990, p. 76.

lôcus privilegiado da revolução só pode ser o campo, onde o inimigo se vê obrigado a dispersar as forças, enquanto os revolucionários recebem o apoio dos camponeses para a guerra de guerrilhas.

Na II Reunião Ampliada, realizada em junho de 1969, Jair Ferreira de Sá foi eleito dirigente principal da Comissão Executiva Provisória — CEP —, da qual também fizeram parte Duarte Perreira, Haroldo Lima, Aldo Arantes, José Renato Rabelo e Paulo Stuart Wright. Essa comissão deveria encaminhar providências com vistas à eleição do Comitê Central da organização.

Em outubro de 1969, circula um documento dentro da AP intitulado “Preparar Ativamente a Guerra Popular”. Acerca desse documento, vejamos Lima e Arantes¹³:

O sentimento de repulsa ao governo Médici era tão grande na AP e no meio de seus amigos que a Circular “Preparar Ativamente a Guerra Popular”, vista como capaz de encaminhar um efetivo processo de luta armada contra o regime dos generais recebeu amplo apoio e despertou grande entusiasmo. A circular, de outubro de 1969, criticava o “direitismo na preparação da guerra popular”, a concepção espontaneísta segundo a qual o simples desenvolvimento da luta de massas levaria automaticamente à luta armada, sem ser necessária uma preparação específica a respeito. Propunha a reorientação geral de todo o trabalho camponês da AP e indicava a necessidade de se realizar uma “pesquisa de áreas estratégicas”, com vistas a escolher novas áreas de trabalho, mais adaptadas ao desenvolvimento futuro da guerra do povo.

Entrementes, a preparação da guerra popular passou a ser questionada por uma parte da AP que não concordava com os caminhos da luta armada. Começou esse grupo por ponderar que a luta armada significava uma posição dogmática e direitista. Esse será o grupo, liderado por Jair Ferreira de Sá, que não aceitará, posteriormente, a fusão da AP com o PC do B. Desse grupo também fará parte Gildo Macedo Lacerda, como veremos mais adiante.

Nos primeiros anos da década de 1970, os militantes da APML estiveram envolvidos em uma intensa luta política interna: a fusão com o PC do B ou a manutenção

¹³ Ibid, p. 129.

da autonomia partidária e as primeiras formulações que levariam ao questionamento da influência maoísta e da estratégia de guerra popular. Essas eram algumas das questões apresentadas nos documentos produzidos naquele momento. Em 1972 ocorreria a segunda ruptura, na qual a organização dividiu-se em dois campos: aqueles que defendiam a manutenção da orientação maoísta e, mais tarde, incorporaram-se definitivamente ao PC do B e os militantes que buscavam novas definições programáticas, mantendo-se sob a denominação de APML.

Em março de 1971 realizou-se a III Reunião Ampliada da Direção Nacional, na qual a AP passaria a designar-se APML — Ação Popular Marxista Leninista. Segundo Cunha Arantes¹⁴:

Nesta reunião houve uma adesão explícita ao marxismo-leninismo, consubstanciada no Programa Básico, que defendia abertamente o materialismo dialético e o histórico, fundado por Marx e Engels, o internacionalismo proletário; o caminho específico da luta armada para o Brasil como sendo o da guerra popular, e não mais incorporado a proposta chinesa de cerco a partir do campo, mas explicitando a necessidade da luta articulada entre a cidade e o campo. Houve também nova concepção organizativa com a adoção do sistema de comitês, conforme o método leninista de organização. É adotada a nova denominação: Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil — APML.

Em janeiro de 1973, o Comitê Central da APML decidiu por maioria de nove membros a incorporação ao PC do B, nele reconhecendo a autêntica vanguarda proletária. Mas como a AP nunca primou por decisões consensuais, Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright opuseram-se a tal decisão e foram expulsos¹⁵. Juntos, mantiveram a APML como organização independente, intitulada, agora, AP Socialista, editando, inclusive, uma revista de mesmo nome.

¹⁴ ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Pacto Re-velado**: Psicanálise e Clandestinidade Política. São Paulo: Editora Escuta, 1994, p. 35

¹⁵ Ibid, p. 117.

Acerca desses últimos acontecimentos dentro da AP, que culminaram com a fusão ao PC do B por parte de seus militantes e a manutenção de AP Socialista, é significativo o depoimento de Oldack Miranda¹⁶, militante de AP que foi preso juntamente com Gildo Macedo Lacerda, em 1973:

A AP se tornou APML no processo de luta interna em direção ao maoismo. Quando a AP entrou para o PC do B houve uma dissidência: a AP Socialista formada por Jair de Sá, Paulo Writgh, Manoel da Conceição, Mata Machado, Gildo Lacerda, Doralina e outros. Digo dissidência porque a maioria da AP decidiu entrar para o PCdoB e uma minoria se recusou (informação verbal).

Mas a AP Socialista será alvo de forte repressão policial por parte da ditadura militar, e, muito mais do que levar a termo suas idéias políticas, a organização terá que se preocupar em manter seus quadros longe das prisões, uma vez que, por conta da operação Gilberto Prata, as prisões eram inúmeras. Afirmando com Kuperman¹⁷:

Entre os anos de 1972 e 1973, período de intensa atuação por parte das polícias políticas, a APML, como as demais organizações clandestinas, teve parte de seus militantes presos, sendo alguns, inclusive, assassinados nos porões do regime militar. Entre os desaparecidos encontra-se Paulo Wright, militante que participou intensamente dos debates que se desenvolviam a respeito da renovação da política da organização. As prisões despertaram novos debates entre os militantes que não haviam sido detidos, principalmente a respeito da segurança da estrutura interna e dos dados obtidos pelos órgãos de segurança através dos militantes que haviam sido capturados. Datam deste período alguns documentos que resgatam discussões em torno do comportamento dos militantes submetidos a torturas pelas polícias políticas. Estes documentos também expressam a profunda crise ideológica pela qual passavam os quadros da APML. Também foram presos e assassinados Honestino Guimarães, último presidente da UNE, Humberto Câmara, membro da penúltima diretoria da UNE, Gildo Macedo Lacerda, ex-vice-presidente da UNE e pertencente à direção nacional da APML, Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier.

Das organizações de esquerda que se opuseram ao regime militar implantado em abril de 1964, o itinerário político da AP é todo repleto de constantes debates ideológicos, imprimido na sua evolução um caráter colidente. Consequência disso foram os sucessivos rachas vividos pela organização e o enfraquecimento devido às perdas oriundas desses

¹⁶ MIRANDA, Oldack. Em depoimento a/a em setembro de 2004

¹⁷ Idem, 2003, in <http://www.espacoacademico.com.br/025/25ckuperman.htm>, acessado em 07/09/2006.

debates. Vale destacar, pelas pesquisas realizadas, que a fusão da AP com o PC do B não se deu de maneira uniforme e retilínea, como que numa ascensão natural de seus caminhos. Essa idéia, defendida pelos militantes Haroldo Lima e Aldo Arantes, sobretudo, enfraquece a compreensão do peso político que a AP possuía, uma vez que sacrifica a identidade democrática presente na organização, um de seus elementos que mais contribui para uma diferenciação da AP com as demais organizações de esquerda surgidas na mesma época.

1.2 A Cultura Política do Movimento Estudantil e o Golpe Civil/Militar de 1964

As últimas décadas do século XX foram de singular avanço no tocante à revitalização do campo das interpretações historiográficas, renovando um amplo e variado conjunto de análises históricas. Para além dos tradicionais paradigmas e modelos existentes, outras categorias são introduzidas e consideradas como de eficaz valor explicativo. No campo político, a principal inovação foi a revitalização da categoria de Cultura Política.

Esse novo vigor no conceito de cultura política muito devemos aos trabalhos de Almond e Verba¹⁸. O trabalho desses autores é notadamente de orientação parsoniana e opera numa perspectiva comportamentalista, de feições claramente estruturalistas. Afirmando com Dutra (2000, p. 15):

Assentados na convicção de que o condicionamento ambiental e psicológico modelaria as crenças, os valores e as opiniões políticas, esses autores [Almond e Verba] elegeram o comportamento e as crenças políticas dos indivíduos e dos grupos sociais como seu objeto de análise, de forma a explicar o funcionamento

¹⁸ Para uma análise mais detalhada, ver ALMOND, G. El estudio de la cultura política. In ALMOND, G. **Una disciplina segmentada – escuelas y corrientes en las ciencias políticas**. México: FCE, 1999, p. 196-218.

dos sistemas políticos na sua estreita relação com o processo de socialização política.¹⁹

O resultado disso é uma psicologização das relações entre os membros de uma sociedade e os eventos políticos. Conseqüentemente, o conceito de cultura política cunhado por Almond e Verba foi bastante utilizado para se estabelecer comparação entre diferentes sistemas políticos, principalmente para se compreender o funcionamento das democracias liberais do mundo ocidental.

No entanto, o modelo comportamentalista anteriormente citado receberá várias críticas, sejam de cientistas sociais, sejam de historiadores. Gostaríamos de destacar a crítica elaborada por Daniel Cefai, uma vez que seus apontamentos abrem uma nova dimensão na compreensão do conceito de cultura política e, sobretudo, porque suas análises enriquecem a abordagem que se fará no item 1.2 deste trabalho.

Em claro antagonismo com a visão estruturalista de Almond e Verba e buscando na antropologia interpretativa de Clifford Geertz a noção de “experiência”, sua visão de cultura política privilegia:

lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos atores, onde esses dão sentidos ao que dizem e ao que fazem; onde eles se acomodam aos ambientes naturais, institucionais e organizacionais; onde eles entram em relações de coordenação, de cooperação e de conflito e onde eles produzem (...) novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo.²⁰

Daniel Cefai amplia o arco de abrangência do conceito de cultura política à medida que paradigmas explicativos mais universais são relegados a um segundo plano. No seu lugar, ganham ênfase análises que reflitam contextos menores, que busquem compreender os fenômenos particulares, conseguindo, assim, melhor perceber as nuances das tramas sociais e das formas culturais em geral.

¹⁹ DUTRA, Eliana R. de Freitas. **História e Culturas Políticas – definições, usos, genealogias.** *Varia História*. Belo Horizonte, n. 28, 2000, p. 13-28.

²⁰ CEFAL, Daniel. *apud* Dutra, 2000, p. 18

Na visão do autor supracitado, perdem fôlego abordagens que defendem que as escolhas e os compromissos dos atores políticos devem-se, unicamente, a uma imposição de consenso através de códigos culturais. Aproxima-se, assim, Cefai da micro-história, que destaca em suas abordagens microuniversos, nos quais cidadãos anônimos e comuns podem expressar seus estilos de vida, seus códigos de conduta, seus hábitos. A contribuição trazida por Cefai é a da possibilidade de pôr em relevo maneiras outras de linguagens políticas.

É preciso esclarecer, diante do que foi anteriormente exposto, que, no presente capítulo, adotaremos o termo *culturas políticas*, e não *cultura política*, por entendermos que um dos principais avanços trazidos por esse conceito ao campo da historiografia é, justamente, romper com qualquer interpretação essencialista acerca dos fenômenos políticos. A explicação do ato político, sendo um evento de grande complexidade, exige de seus decifradores mais do que conceitos generalistas, de feições comportamentais. É preciso um instrumental teórico que leve em conta as especificidades de seus atores e as singularidades das tramas por eles vividas.

Dessa forma, a categoria *culturas políticas* pode ser identificada com uma historiografia que quer rejeitar:

análises dos processos sociais marcada pela linearidade e previsibilidade, em função da adoção de modelos teóricos de matriz estruturalista, fundamentalmente economicistas, quer fossem de extração marxista, mais comuns na História, quer fossem marcados pela lógica instrumentalista da ação coletiva, mais presente na Ciência Política e na Sociologia.²¹

Ao privilegiarmos as diferenças de pensamento, os valores e a prática dos diversos grupos que compõem as várias Culturas Políticas de uma dada sociedade, não estamos excluindo a possibilidade de formação de uma cultura política dominante frente às demais.

²¹ GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil – Algumas Reflexões. In SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas Políticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 23/24.

As culturas políticas evoluem na história, determinadas por conjunturas históricas e por influência de outras culturas políticas.

Outra consideração que se faz necessária antes de prosseguirmos e que, de certa forma, é consequência direta do que acabamos de afirmar diz respeito à não-unicidade das mensagens difundidas por uma dada cultura política. As mensagens resultam de uma gama muito ampla de fatores, que passa pela influência da família, da escola, dos grupos de convivência social, dos partidos políticos, da imprensa, etc.

Fatores esses que forjam nos atores políticos, múltiplas formas de abordagem da esfera política a que fazem parte. As vivências — praticadas ou idealizadas — por esses indivíduos levam em conta uma multiplicidade de questões que dão todo um colorido policromático as suas ações. E diante disso, talvez seja necessário, neste momento das nossas reflexões, transcender de *Movimento Estudantil* para *Movimentos Estudantis*, à semelhança do que fizemos com a noção de Cultura Política. Se esta foi pensada a partir de suas matrizes múltiplas, aquela assim também deve ser encarada. Ou seja, partiremos do pressuposto de que não tivemos, na história política do país, um *único* Movimento Estudantil, e sim *vários* Movimentos Estudantis, mesmo que, em alguns momentos, houvesse convergência de idéias.

E para demonstrar essa premissa, passaremos a uma análise da cultura política do ME em Uberaba, cidade onde Gildo Macedo Lacerda, personagem principal deste trabalho, iniciará sua trajetória política de militância no ME — primeiro no ME secundarista e, posteriormente, no ME universitário. Veremos que, dentro de uma mesma nomenclatura, teremos várias aspirações ideológicas, as quais se aproximam num dado momento, mas, em outro, distanciam-se. Portanto, é um estudo que tem como objeto diferentes conjunturas

políticas e, conseqüentemente, diferentes desfechos. É o que Cefai identifica como Universos Políticos nos quais:

os autores participam e criam suas maneiras próprias de raciocinar, de julgar, de argumentar, expressas e visíveis até mesmo na linguagem comum e nos provérbios, o que permite romper com o princípio da irracionalidade dos cidadãos. (...) A abertura aqui é a da possibilidade de recuperar as várias maneiras de construção da inteligibilidade política.²²

1.3 O Movimento Estudantil Uberabense

Uberaba, cidade localizada no Triângulo Mineiro, tinha em 1964 em torno de 93 mil habitantes. O ensino superior contava com sete faculdades: Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro, Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro, Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, Faculdade de Enfermagem Frei Eugênio e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino (FISTA), a qual oferecia cursos de Filosofia, Geografia, Ciências e História. Uberaba era a terceira cidade no Estado de Minas Gerais com maior número de estudantes universitários. Só perdia para Belo Horizonte, capital do Estado, e Juiz de Fora.

Importante destacar a importância do ME secundarista, uma vez que ele será uma espécie de celeiro para o ME universitário, oferecendo importantes quadros de militância. O órgão representativo dos estudantes secundaristas era a União Estudantil Uberabense — UEU. Das escolas que se destacavam pela participação política de seus alunos, estava o Colégio Dr. José Ferreira, que, através de seu grêmio estudantil Machado de Assis, fazia ecoar a voz de seus participantes. Vale destacar que Gildo Macedo Lacerda chegou à presidência dessas duas entidades nos anos de 1966 e 1967.

²² CEFAI, Daniel. *apud* Dutra, 2000, p. 20.

Em Uberaba, na semana que precedeu ao 1º de abril de 1964, o ME foi surpreendido com a cassação do mandato da diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e com a imposição, “por parte de interventores, de uma nova diretoria, que não tinha mandato legal nem moral”.²³ Esses interventores se diziam ser alunos da Faculdade de Arquitetura de Belo Horizonte credenciados pelo “Comando Revolucionário”²⁴ e receberam total apoio de setores conservadores da sociedade uberabense. Mas, ao contrário de Belo Horizonte, em Uberaba, nesse momento, não houve conflitos entre os órgãos de repressão e os estudantes.

Segundo o *Relatório Anual do DCE-Gestão 65/66*, em dois de junho de 1965, foram eleitos os seguintes estudantes para a diretoria do DCE uberabense²⁵:

Presidente, Raimundo Ralid;

Vice-Presidente, Carlos de Moraes;

Secretária Geral, Leila Borges de Araújo;

1º Secretário, Paulo T. Motta G. da Silva;

2ª Secretária, Maria da Glória Ribeiro Alves;

Tesoureiro Geral, José Vitor Aragão;

1º Tesoureiro, Danival Roberto Alves;

Bibliotecário, Luis Carlos Mourão;

Orador, Renato de Pádua Montandon;

Diretor Social, Artur Corno.

²³ Conforme documento do Diretório Central dos Estudantes intitulado “Conclusões da Comissão de Relatório da Diretoria”, pertencente ao Arquivo Público de Uberaba.

²⁴ Sabemos que os militares, numa jogada de marketing, arrogaram para si a pecha de “revolucionários”. O que ocorre, na verdade, é um claro Golpe de Estado.

²⁵ Documento pertencente ao Arquivo Público Municipal de Uberaba.

Como veremos mais detalhadamente no capítulo II desse trabalho, a Lei Suplicy de Lacerda — Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964 — tentará dizimar o ME no Brasil, e os estudantes juntar-se-ão em torno das suas entidades representativas a fim de se defenderem e encontrarem formas de bradar seus protestos contra tal lei.

Em Uberaba, o palco principal encontrado pelos estudantes que não concordavam com a lei Suplicy de Lacerda foi o III Conselho da União Estadual Estudantil de Minas Gerais(UEE/MG), que, no ano de 1965, foi sediado em Uberaba. No ***Relatório Anual do DCE-Gestão 65/66***, na página cinco, item III, lê-se:

Seu ponto alto [do III Conselho da UEE] foi o repúdio à lei Suplicy. Os estudantes foram unânimes em proclamar a sua revolta contra tal lei. Foi com o espírito voltado pela a libertação do movimento estudantil, que a bancada de Minas se preparou e se organizou neste Conselho para a participação no Congresso da UNE.²⁶

Anteriormente afirmamos que os indivíduos, ao viverem e fabricarem sua cultura política, nem sempre pautam suas atitudes pela homogeneidade de pensamento, demonstrando que os espaços locais apresentam suscetibilidades políticas e diferenças de intenções quando comparados com as demandas globais. A maneira encontrada pelos estudantes para a realização do III Conselho da UEE/MG, que foi sediado em Uberaba, é exemplo do que acabamos de dizer. No mesmo Relatório Anual, documento acima citado, lê-se:

Inicialmente cuidamos de arranjar uma verba para alimentar os Congressistas. Conseguimo-la do poder municipal depois de insistente oposição da bancada da UDN para a votação da verba. Marcando para outra reunião a votação da mesma verba, procuramos os vereadores conscientes da cidade e conseguimos NCr\$500.000 que não só possibilitou a realização do Conselho como aliviou o problema financeiro do DCE. Contamos com a ajuda do comandante do IV BI que gentilmente nos cedeu colchões para alojamento dos visitantes.

²⁶ O documento não deixa claro, mas tudo indica que o referido congresso tenha sido o XXVIII Congresso Nacional da UNE, realizado em julho de 1966, no convento dos franciscanos, em Belo Horizonte, onde foi eleito o mineiro José Luís Moreira Guedes, da AP, para a presidência da entidade. Vale ainda salientar que esse foi o primeiro congresso totalmente clandestino realizado pela UNE.

É bastante curioso perceber que, ao mesmo tempo em que a principal reivindicação do III Conselho da UEE era o repúdio a uma lei imposta pelo ministro Suplicy de Lacerda, seus idealizadores contavam, para a concretização do mesmo, com a ajuda do dinheiro público e, sobretudo, da polícia militar da cidade. Ajuda tanto nas finanças como na logística, como fica claro no uso dos colchões cedidos pela polícia militar.

Mas o apoio de forças governamentais aos estudantes não era privilégio exclusivo dos uberabenses. No mesmo ano de 1965, o Congresso Estadual dos Estudantes mineiros, realizado em Poços de Caldas, teve parte de seu financiamento feito pelo então governador do Estado, Magalhães Pinto, um dos mentores civis do golpe de 1964. Segundo Margarida Luiza de Matos Vieira, estudiosa do período, Magalhães Pinto teria interesse em ser presidente da República e poderia fazer-se-á passar por um democrata (VIEIRA, 1998).

Essas contradições podem ser explicadas à medida que se clareia que, numa perspectiva cultural, os sujeitos das ações políticas articulam nos modos de pensar e viver os vários eventos do seu cotidiano, legitimando seus interesses e procurando brechas nas regras de conduta a fim de demarcar seus espaços.

Em 3 de maio²⁷ de 1966, os estudantes universitários uberabenses fizeram chegar às mãos do Mal. Castelo Branco, então Presidente da República, que visitava Uberaba por ocasião da inauguração da Exposição Nacional de Gado Zebu, promovida anualmente pela ABCZ — Associação Brasileira dos Criadores de Zebu — uma resolução do *VIII Congresso Anual do DCE*²⁸, que dizia:

Os universitários uberabenses, reunidos no VIII Congresso Anual do DCE decidiram lançar seu brado de protesto contra as seguintes arbitrariedades surgidas

²⁷ Todo dia 03 de maio é inaugurada, oficialmente, em Uberaba, a Exposição Nacional de Gado Zebu. Todos os presidentes militares estiveram presentes nessa data.

²⁸ Documento pertencente ao Arquivo Público de Uberaba.

após o movimento militar de 31 de março de 1964: 1) Cassações de mandatos constitucionais de legítimos representantes do povo; 2) Desprestígio da Justiça Civil em benefício da Justiça Militar; 3) Intervenção institucional nos Estados e Municípios da Federação; 4) Clima de terrorismo que avassala a elite cultural do país; 5) A inflação causada pela política econômica do Brasil, aplicada através do Sr. Ministro Roberto Campos; 6) O clima de intranquilidade que vive o país pela constante aplicação dos IPMs [Inquérito Policial Militar]; 7) A famigerada lei 4.464 [lei Suplicy de Lacerda] que tolhe toda autonomia universitária, marginalizando as verdadeiras entidades de representação estudantil; 8) O ocorrido em Belo Horizonte, quando a polícia praticou as mais desumanas crueldades contra nossos colegas universitários²⁹; 9) O desvirtuamento da Universidade de Brasília e a demissão de professores; 10) A supressão das liberdades públicas e democráticas. Cientes dos altos princípios democráticos que caracterizam o povo brasileiro, ousamos subscrevermos. Uberaba, 3 de maio de 1966.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES

C.A. DOM ALEXANDRE

C.A. GASPAR VIANA

D.A. LEOPOLDINO DE OLIVEIRA

D.A. CARLOS GOMES

C.A. MÁRIO PALMÉRIO

D.A. JUVENAL ARDUINI

C.A. WALESKA PAIXÃO

C.A. INÁCIO DE OLIVEIRA

Através do conteúdo desse documento, é possível perceber aquilo que, de certa forma, era a tônica de todo o ME: a preocupação com as demandas nacionais, ainda que o cenário fosse uma cidade do interior mineiro. Suas preocupações, explicitadas nas dez teses arroladas, demonstram profundo conhecimento dos rumos da política nacional, naquilo que tange aos atos do governo contra as instituições democráticas. Isso fica claro nas referências aos acontecimentos em Belo Horizonte e Brasília. A economia era outro aspecto que preocupava os estudantes. Vemos que, no documento, a administração do então Ministro Roberto Campos era contestada. E como não podia deixar de ser, o documento repudia a lei 4.464, de Suplicy de Lacerda, visto pelos estudantes como um verdadeiro traidor das causas estudantis.

²⁹ Provavelmente, o documento refere-se à reação extremamente violenta impetrada pela polícia da capital mineira contra a calourada organizada pelos estudantes da UFMG, em março de 1966. Na ocasião, os estudantes veteranos organizaram uma passeata na qual os calouros desfilariam pelas ruas carregando placas com críticas ao regime militar. Seria a “passeata dos calouros”. A reação da polícia foi tão violenta que os ataques chegaram ao interior da Igreja de São José, no centro da cidade, onde os estudantes procuraram se refugiar.

Mas isso não quer dizer que as questões estudantis locais não tivessem importância e, por isso, não merecessem atenção dos estudantes. Noutro documento, de outubro de 1965 (portanto da mesma diretoria), vemos as demandas locais serem alvos de preocupação dos estudantes. Trata-se de um ofício da presidência do DCE, do dia 07, endereçado às Empresas Cinematográficas de Uberaba, administradoras dos cinemas locais³⁰, reivindicando “a abolição do uso de paletó ou agasalhos necessários ao ingresso às sessões noturnas”³¹.

Argumentavam, os estudantes, que assistir a uma sessão de “cinema exige uma predisposição intelectual em que não se justifica uma preocupação estética”. Diziam mais: as condições climáticas da cidade, juntamente com um caráter discriminatório de tal medida, não conciliavam com o “espírito progressista e dinâmico que anima a direção destas Empresas”.

Mesmo se cercando de tais argumentos, a Cia. Cinematográfica São Luiz (nome real das Empresas Cinematográficas de Uberaba), em ofício datado do dia 13, assinado pelo Sr. Hugo Rodrigues da Cunha, diretor gerente desta, nega o pedido dos estudantes, alegando que, embora “os costumes têm evoluído através dos tempos, tendendo à simplificação e à economia”, tal norma (o uso do paletó nas sessões noturnas) atendia a uma grande parcela da população que não via com bons olhos tais mudanças nos costumes.

Em represália à negativa da Cia. Cinematográfica São Luiz, os estudantes universitários organizaram um protesto e, como resultado dele, foram atacados pela polícia.

A citação abaixo ilustra esse ocorrido:

³⁰ Eram eles: Cine Teatro Vera Cruz, Cine Metrópole, Cine Uberaba Palace e Cine Royal. Os dois primeiros ainda estão em atividade. O terceiro e o quarto foram desativados, dando lugar a um bingo e a uma pizzaria, respectivamente.

³¹ Ofício da Presidência do DCE, gestão 1965/1966. Documento pertencente ao Arquivo Público de Uberaba.

A resistência dos donos do cinema foi taxativa: “O paletó é tradição no Cine Metrópole”. Tentamos conversar amigavelmente com o Senhor Hugo, que realmente é quem resolve tudo na companhia. Depois de sua negativa pura e simples, o Conselho Universitário resolveu que se fizesse uma “Fila Boba”³² para mostrar à diretoria do Cine Metrópole que a reivindicação era de base estudantil e não dos diretoristas (sic) das entidades representativas. A Cia. Cinematográfica São Luiz mobilizou o Sr. delegado de polícia, que elaborou um aparato policial para acabar com a pacífica “fila boba”. Estudantes foram presos e espancados. E o que foi pior, numa arbitrariedade do Sr. delegado, fomos taxados de subversivos e comunistas na imprensa local, somente por pretendemos a abolição de um uso obsoleto e tacanho.³³

Esse movimento pendular na agenda dos estudantes universitários uberabenses, que durante horas debruçaram-se sobre questões locais para, em seguida, analisarem interesses nacionais, não é fruto apenas de uma postura típica de um militante do ME. Essas flutuações nos interesses do movimento podem também ser explicadas com base nas divergências internas existentes entre os dirigentes do DCE e seus DAs, os Diretórios Acadêmicos. Ainda no documento intitulado “Relatório do DCE de Uberaba — Gestão 65/66”, na página 08, no item IX, que diz respeito à carteira de identidade estudantil, que dispunha sobre a padronização da mesma, lê-se:

Infelizmente temos de ressaltar o sectarismo da atual diretoria do DALO [Diretório Acadêmico Leopoldino de Oliveira, do Direito] que, arbitrariamente, não quis participar da carteira padronizada em todo Estado. Contudo, sabemos que essa resolução partiu somente dos membros da atual diretoria, sem consulta aos estudantes do Direito.

É bastante plausível que as divergências não se restringissem apenas à padronização ou não de carteirinhas estudantis. É possível que elas ganhassem o campo ideológico também.

Na mesma página 08 do referido documento, vemos que as diferenças de posturas existiam também entre os próprios membros do DCE. Na avaliação do funcionamento dos departamentos, o documento registra que:

³² Prática que consistia em vários estudantes ficarem na fila, mas não comprarem ingressos.

³³ Relatório do DCE de Uberaba-Gestão 65/66, p. 6 e 7. Documento pertencente ao Arquivo Público de Uberaba.

“Infelizmente, por omissão dos seus encarregados, os departamentos funcionaram deficientemente. Somente o departamento de Arte e Cultura apresentou realizações (...) Quando da conferência nesta cidade de Alceu Amoroso Lima, este departamento, juntamente com os diretórios, mimeografaram para distribuir aos estudantes, as partes principais da magistral conferência.

Como podemos perceber, os estudantes que faziam o ME uberabense experimentavam contradições, ambigüidades próprias de movimentos dessa natureza. Qualquer abordagem desse objeto político que não leve em conta todas essas contradições homogeneiza conclusões. Portanto, da perspectiva aqui adotada, o conceito de cultura política não pode ser pensado através de “modelos gerais, comportamentalistas ou formalistas baseados em sistemas de oposição estanques”³⁴. É preciso perceber os vários matizes sociais que se entrelaçam na formação das culturas políticas.

De 26 a 30 de abril de 1966, realizou-se o VIII Congresso Anual do DCE de Uberaba. Analisando o calendário temático desse congresso³⁵, vemos que algumas preocupações se sobressaem. No dia 26, primeiro dia do evento, o Presidente da UEE/MG, Luis Carlos Costa Monteiro, faz a conferência de abertura cujo título foi: *A importância do universitário na redemocratização do país*, revelando-nos a preocupação que se tinha em manter viva a inserção dos estudantes na luta contra a ditadura. Provavelmente, essa preocupação existia em função das crescentes perseguições contra a classe estudantil que ocorria em todo País e seus efeitos desestimulantes na luta dentro do ME.

Os rumos da política educacional nas universidades e seus desdobramentos para a militância política estudantil também ocupavam a mente dos organizadores do VIII Congresso. Tanto que um dos temas, discutido no dia 27, foi justamente *A política educacional e a universidade*. A situação do ME uberabense seria tema no dia 28, numa

³⁴Ibid, p. 20.

³⁵ Relatório Anual do DCE, gestão 1966/1967. Documento pertencente ao Arquivo Público de Uberaba.

palestra intitulada *A Realidade da Vivência Universitária em Uberaba*, e, no dia 29, fechando as discussões mais abrangentes, os estudantes discutiram a *Situação do Homem Brasileiro*, título da conferência desse dia. O dia 30 seria dedicado à reforma da constituição do DCE e à aprovação dos relatórios das Comissões.

Em 8 de junho desse mesmo ano, os estudantes uberabenses elegeram a seguinte chapa para administrar o DCE³⁶:

Presidente: Oscar Luiz Guardiano;

Vice-Presidente: Alda Marco Antonio;

Vice-Presidente para Assuntos Educacional e Cultural: Marli Boaventura;

Vice-Presidente para Assuntos Nacionais e Internacionais: Vicente P. Braga;

Vice-Presidente para Assuntos Universitários: Alduísio Moreira de Souza;

Secretário Geral: Eduardo Afonso;

1º Secretário: João Antonio Esteves;

Tesoureiro Geral: Arquimedes Cartulias;

1º Tesoureiro: Márcio Palis Horta.

O cenário nacional volta a ser o foco dos estudantes uberabenses, como veremos a seguir. O XXVIII Congresso Nacional dos Estudantes, promovido pela UNE, foi realizado, clandestinamente (pela primeira vez na história da UNE), em julho do ano de 1966, no convento dos franciscanos, em Belo Horizonte. Para lá, o DCE uberabense enviou, além de seu Presidente, Oscar Luiz Gardiano, os seguintes Vice-Presidentes: Alda Marco Antonio,

³⁶ Conforme documento intitulado *Relatório da Diretoria — Gestão 1966/1967*, pertencente ao Arquivo Público de Uberaba.

Marli Boaventura e Vicente Paulo Braga. O Relatório da Diretoria – Gestão 1966/1967

refere-se assim à participação dos estudantes:

Os três vices-presidentes participaram ativamente no Congresso; o Presidente não conseguiu contato para penetrar no convento, fazendo parte de turma que despistou a polícia. Nesse congresso foi aprovado um manifesto ao povo brasileiro, denunciando a ditadura e o terrorismo cultural que vigora no Brasil. Foi eleito para presidente da UNE o colega José Luiz Moreira Guedes, que na época era Presidente da UEE-MG.

O esquema de adesão ao Congresso era bastante sofisticado, uma vez que este acontecia na clandestinidade, como já foi mencionado. Vejamos como Vieira³⁷ descreve a dinâmica desse esquema:

Avisados da proibição de sua realização [da realização do XVIII Congresso Nacional dos Estudantes] eles [os estudantes] marcaram uma abertura fictícia na sede social do DCE/UFGM, enquanto, na prática, alguns já estavam instalados no convento e outros iam para a missa e, ao final dela, desciam pela escada para o Congresso.

No “Plano de Ação” aprovado pelos estudantes que participaram do Congresso e, provavelmente, no documento a que se refere o relatório da gestão de 1966/1967, destacam-se os seguintes pontos: luta pela reforma universitária e revogação do acordo MEC-USAID, luta pela não-transformação das universidades federais em fundações particulares, luta pela revogação da Lei Suplicy, luta pela revogação dos Atos Institucionais, luta contra a política econômica do atual governo, luta pela anistia geral aos presos políticos, luta contra a guerra do Vietnã³⁸. Podemos perceber que o conjunto do programa de ação significava não apenas a conjugação de demandas das diferentes forças do movimento, mas também a preocupação de combinar as lutas específicas e gerais.

³⁷ Ibid. p. 83.

³⁸ POERNER, Ibid, p. 350/351

Sobre essas eleições, será necessário determo-nos nelas por alguns instantes, uma vez que, para os estudantes mineiros, elas tinham um especial sabor. Roberto Salmeron³⁹ refere-se assim a elas:

Estavam previstas, para 3 de outubro, eleições para governadores em onze estados. A ala mais dura das Forças Armadas, do governo e dos que o apoiavam, receosas de que membros da oposição saíssem vitoriosos, não queria que as eleições fossem realizadas e exercia enorme pressão para que o Mal. Castelo Branco suprimisse todos os pleitos durante muito tempo. O Presidente da República, no entanto, resistiu e os manteve, o que causou dissensão entre os partidários do regime, tanto militares quanto civis. As atenções estavam voltadas principalmente para a Guanabara e Minas Gerais, onde os candidatos pró-governo eram fortemente apoiados, respectivamente, por Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, os dois mais importantes líderes civis do golpe de Estado de março de 1964 (...) Nesses estados, venceram os representantes da oposição: na Guanabara, Negrão de Lima, e, em Minas, Israel Pinheiro, o ex-administrador da construção de Brasília, um dos próximos de Kubitschek. O resultado, que representava um teste para o governo, surgiu como uma bomba, pois foi a primeira manifestação direta de que uma parte significativa da população, em regiões politicamente importantes, era contra a ordem vigente.

A não-eleição dos candidatos apoiados pelo governo ditatorial talvez explique, em parte, o aumento da violência repressiva, imposta pelos órgãos de repressão, que os estudantes da Guanabara e de Minas passaram a sofrer. É claro que compreendemos que todo o ME estava na mira da repressão. Mas é interessante observar que o cerco aos estudantes desses Estados aumenta justamente quando Negrão de Lima e Israel Pinheiro são eleitos para seus cargos.

Em setembro de 1966, os estudantes de todo o País comemoram o “Dia Nacional de Luta contra a Ditadura”. Em represália, os órgãos de repressão responderam com extrema violência. No Rio de Janeiro, a violência usada foi tão grande que provocou o episódio chamado de “Massacre da Praia Vermelha”.

³⁹ SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida** – Brasília 1964/1965. Brasília DF: UNB, 1999, p. 372.

Também em setembro de 1966, o DCE de Uberaba envia para o Conselho da UNE, realizado no Rio de Janeiro, a Primeira Vice-Presidente de Coordenação Universitária Alda Marco Antonio. Nesse Conselho, a UNE aconselhava os estudantes a anularem seus votos nas eleições parlamentares de outubro de 1966.

Em repúdio a essas atitudes dos órgãos repressivos, os estudantes uberabenses, num documento publicado pelo DCE em 16 de setembro de 1966, intitulado *Aos Estudantes e ao Povo*⁴⁰ e assinado por todos os Presidentes dos Centros Acadêmicos, deixam claro seu protesto. Nele, podemos ler:

O Diretório Central dos Estudantes, juntamente com os demais Centros Acadêmicos de Uberaba, vem mais uma vez denunciar as violências que o atual governo impõe à classe estudantil. Os múltiplos espancamentos em Minas Gerais, São Paulo e na Guanabara degeneram-se contra mulheres e crianças e contra a própria imprensa, que há muito vem sendo coagida. Diante de tais fatos, trazemos os nosso mais veemente protesto e conclamamos aos estudantes uberabenses a se manterem alertas para qualquer tomada de posição que as circunstâncias nos obrigarem.

Uberaba, 16 de setembro de 1966.

Oscar Luis Gardiano – Presidente do DCE
 Eduardo R. D. V. Néri – C.A. Mário Palmério
 Renato Montandon – D.A. Leopoldino de Oliveira
 Omar Brás de Oliveira – D.A. Dom Alexandre
 Mario Guido Silva Miranda – C.A. Gaspar Viana
 Helvécio Moreira de Oliveira Jr. – D.A. Juvenal Arduini
 Pedro Lúcio dos Santos Scarpelli – C.A. Inácio de Oliveira
 Ângela J. Manzan – C.A. Odete Camargo
 Isa T. Cunha – C.A. Carlos Gomes

Observemos que o documento, mais ao seu final, convoca os estudantes para uma possível mobilização contra as atitudes denunciadas. Para “qualquer tomada de posição que as circunstâncias” obrigavam, era imprescindível se deixar de lado as divergências e alinhar-se em torno de um propósito comum.

⁴⁰ Documento pertencente ao acervo particular de Lauro Guimarães.

E a “tomada de posição” veio sob forma de uma greve geral dos estudantes, a chamada Greve das 48 horas. No documento *Relatório da Diretoria Gestão 1966/1967*⁴¹, no item REALIZAÇÕES, subitem 13º, na página 07, lê-se:

13º) Greve de 48 horas — setembro de 1966. Em face das arbitrariedades cometidas pela polícia contra estudantes do Rio, São Paulo e nas Gerais, o DCE se manifestou, de início, através de um manifesto enviando solidariedade à luta empreendida pelos universitários brasileiros. Mais tarde, a situação histórica exigiu de nós uma tomada de posição mais radical. Foi convocada e realizada a 1ª Assembléia Universitária de Uberaba, tendo por local a sede dos bancários. Os universitários decidiram por uma greve de 48 horas de protesto em face dos atentados policiais, seguindo diretrizes da UEE e UNE.

Novamente, fica bastante claro a integração entre o ME uberabense e o ME do resto do País. É possível isso afirmar, uma vez que a Greve das 48 horas era uma indicação da UEE/MG e da UNE. Ou seja, havia uma conexão entre o particular e o geral nas demandas do ME de Uberaba e no ME nacional, permitindo-nos inferir hipóteses mais abrangentes a partir de situações mais específicas. Portanto, afirmamos que as partes compartilham elementos do todo sem se perderem nele. E, por seu turno, o todo também admite, na sua confecção, elementos das partes, mas também sem se restringir nelas.

Vale destacar a presença de Edgar Godoi da Mata Machado, professor do departamento de Direito da UFMG, ocorrida em 14 de setembro de 1966. A convite do DCE, o professor Edgar proferiu a palestra *O Papel dos Estudantes Na Realidade Brasileira*, iniciando a série de “Estudos Brasileiros”. O encontro foi realizado no salão do Sindicato dos Bancários. É importante registrar que o referido palestrante era pai de José Carlos Novaes da Mata Machado, militante do ME e da AP, que seria morto em 1973, nas dependências do DOI-CODI do Recife juntamente com Gildo Macedo Lacerda. O próprio

⁴¹ Documento pertencente ao Arquivo Público de Uberaba.

José Carlos é apontado por militantes da AP no Triângulo Mineiro como introdutor desta na região⁴².

Em outubro de 1966, o DCE de Uberaba envia para Belo Horizonte o Secretário Geral Eduardo Afonso por ocasião do Conselho da UEE-MG. Foi aprovado nesse Conselho o lançamento de um movimento em todo o Estado de Minas Gerais intitulado MCD: Movimento Contra a Ditadura. Também nesse Conselho foi indicado o nome de José Jarbas Cerqueira para substituir José Luis Moreira Guedes, que havia sido eleito para presidência a da UNE.

Começava o ano de 1967 com o DCE envolvido numa discussão sobre a vinda de 50 alunos de medicina do Estado da Guanabara para a FMTM — Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Os chamados excedentes. O Presidente do Centro Acadêmico Gaspar Viana — C.A.G.V. — Mario Guido Silva Miranda, juntamente com a Vice-Presidente de Coordenação Universitária, Alda Marco Antonio, dirigem-se a Belo Horizonte a fim de tratar do assunto junto à UEE-MG.

Lá, resolveu-se que o DCE de Uberaba promoveria uma greve em protesto à vinda dos 50 excedentes. Na mesma oportunidade, o DCE também lançou um manifesto aos estudantes e ao povo de Uberaba. Nesse protesto, o DCE denunciava as tentativas do Ministério da Educação e Cultura — MEC — de levar adiante essa política dos excedentes. Na leitura do DCE, com a chegada desses alunos, a qualidade de ensino seria prejudicada, além de configurar golpe contra a democracia, uma vez que esses alunos excedentes não prestavam vestibular para entrar na faculdade, como faziam os outros estudantes.

⁴² ALVES, Danival Roberto. Conforme depoimento a/a em maio de 2004.

1967 será um ano em que os estudantes uberabenses dedicar-se-ão a reivindicações locais que também estavam na pauta do ME nacional. Isso porque a luta dos estudantes, mesmo geograficamente localizados no interior, não se desligava dos enfoques ditados nacionalmente. É o caso da gratuidade do ensino universitário. Em Uberaba, isso ocorreria em dois níveis: um seria a anexação da Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro pela Universidade de Minas Gerais. Entendiam os estudantes que, dessa forma, forçariam as outras instituições de ensino universitário a fazerem o mesmo. O outro seria a federalização de todos os cursos universitários da cidade de Uberaba. De um jeito ou de outro, queriam os estudantes a criação da UFTM — Universidade Federal do Triângulo Mineiro⁴³. Várias iniciativas foram tomadas nesse sentido.

Num panfleto sem data, pertencente ao acervo particular de Lauro Guimarães⁴⁴, ao qual tivemos acesso, lemos:

Universidade Federal é a Solução — Os universitários uberabenses, estamos (sic) empenhados na luta para dar a Uberaba uma universidade federal. Queremos para nossa cidade maior e melhor nível cultural e possibilidade de cultura universitária a todo uberabense (sic). Isto só é possível com uma universidade federal que solucionará a deficiência do ensino universitário particular. Nossa luta é pelo ensino gratuito.

A panfletagem era uma forma de divulgação de idéias muito comum no meio universitário. Entendemos que a ausência de maiores detalhes, tais como data, órgão responsável, dava-se por motivos de segurança aos estudantes que distribuíam esses panfletos.

Mas a luta dos estudantes uberabenses para terem sua universidade federal não ficava circunscrita a uma panfletagem anônima. Numa matéria, intitulada *Estudantes*

⁴³ Somente no ano de 2005 isso se tornaria realidade.

⁴⁴ Pesquisador uberabense desse período.

Querem Federalização das Escolas, publicada pelo *Correio Católico*, importante órgão da imprensa local, no dia 27 de abril de 1967⁴⁵, que tinha como redator-chefe o Pe. Thomas Fialho⁴⁶, lemos:

Dizendo que o movimento deflagrado hoje na cidade, não chegará a greve, visto que é pacífico, os estudantes universitários uberabenses iniciam campanha para federalização das Escolas Superiores de Uberaba. A medida foi tomada ontem à noite, em reunião do Conselho (diretoristas e presidentes dos Centros Acadêmicos) do Diretório Central dos Estudantes, visando com isto, paralisar as atenções de toda Uberaba, principalmente nestes dias que antecedem ao início da Exposição Nacional de Gado Zebu e que a cidade vai contar com as presenças das mais altas figuras do mundo político-administrativo nacional.

Por se tratar de uma festa com forte apelo popular, as autoridades políticas, tanto nacionais quanto internacionais — sabia-se que os Presidentes Costa e Silva, do Brasil, e Stroessner, do Paraguai, estariam presentes nesse ano — sempre gostaram de prestigiar a abertura oficial da Exposição de Gado Zebu, promovida pela Associação Brasileira dos Criadores do Zebu — ABCZ. Portanto, sabiam os estudantes que seus protestos teriam visibilidade e resolveram agir. Continua assim a matéria citada acima:

Na manhã de hoje, estive em visita ao CORREIO uma comissão do DCE e dos Centros Acadêmicos, explicando as razões do movimento [pela federalização das faculdades]. Um memorial está sendo elaborado para ser apresentado ao Ministro Tarso Dutra, do MEC, bem como ao Presidente Costa e Silva, quando da sua estada em Uberaba, solicitando a federalização de todas as Faculdades uberabenses, criando-se então, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro. As diversas comissões encarregadas de elaborar as reivindicações estão em franca atividade e o movimento de galvanização da opinião pública foi iniciado na manhã de hoje, com a inscrição nos muros, colocação de faixas e cartazes alusivas ao movimento.⁴⁷

⁴⁵ CORREIO CATÓLICO. **Estudantes Querem a Federalização das Escolas**. 27 de abril de 1967. Não há registro do nome do repórter. Documento também pertencente ao acervo particular de Lauro Guimarães, que possui apenas o recorte do jornal no qual não aparece o número da página.

⁴⁶ Em função de sua posição política mais à esquerda, o Correio e seu redator-chefe sofreram diversas sanções por parte dos órgãos de repressão do governo militar. O Pe. Thomas Fialho chegou mesmo a ter seu nome numa lista de “subversivos” a serem presos, como relata Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, num livro intitulado *A História Viva de Uberaba*, de autoria de Décio Bragança e publicado em 1994.

⁴⁷ *Ib. Idem.*

Mas essa “galvanização da opinião pública” e os métodos empregados para levá-la a termo parecem não ter obtido os resultados almejados. Pelo menos é o que podemos supor ao ler o colunista Ataliba Guaritá Neto — o Netinho — que mantinha no *Lavoura e Comércio* — jornal vespertino, de circulação diária, que representava as forças mais conservadoras da cidade — uma coluna intitulada *Escutando e Divulgando*. No dia 03 de maio de 1967 — observe: no dia da tão aguardada inauguração da exposição de gado — ele assim escreve:

Que se faça campanha pró-federalização de faculdades, pró Universidade do Triângulo Mineiro, pró-anexação da Faculdade de Medicina a Universidade de Minas Gerais é um direito que seus promotores têm. O que não lhes assiste, porém, é o que fizeram na madrugada de hoje (...): sujar a cidade de ponta a ponta. Justamente quando todos nos empenhamos no sentido de deixar a cidade com o melhor aspecto possível para os visitantes (...) o que acontece? Pintaram as calçadas, os meios-fios, as paredes de casas e muros da cidade com dizeres sobre a campanha. Francamente. Como podem querer captar a simpatia geral com uma atitude dessas? Fizemos tantos apelos no sentido de que cada um fizesse sua parte para conservar a cidade limpa! Agora, nas vésperas da Exposição o que assistimos é justamente o contrário (...). Lamentável sob todos os aspectos o que [os estudantes] fizeram com o centro urbano para amanhecer hoje (...). Os responsáveis deviam ser punidos pelo atentado que cometeram contra a própria cidade.

Se contestada por uns e apoiada por outros, o fato é que, até aquele momento, pelo menos, a manifestação dava-se de modo pacífico e ordeiro. Entretanto, as coisas não ficariam nesses termos. Aproveitando o feriado do dia 03 de maio, os estudantes que reivindicavam a federalização das faculdades resolveram fazer uma passeata. Ela ia do centro da cidade até o aeroporto, onde se faria um protesto junto aos Presidentes que estavam chegando. De pacífica, a passeata tomou os rumos do confronto, e a polícia acabou efetuando prisões. O jornal *Correio Católico* do dia 04 de maio, numa matéria intitulada *Passeata (proibida) foi realizada e estudante foi em “cana”*,⁴⁸ narrou assim o episódio:

⁴⁸ Documento pertencente ao acervo particular de Lauro Guimarães.

Gritando “queremos estudo gratuito”, “federalização das nossas escolas” e portando cartazes e faixas com os mesmos dizeres, os estudantes, que antes estavam no aeroporto, ganharam a parte frontal da residência do Prefeito [João Guido], tentando, com isto, sensibilizar o Presidente [Costa e Silva] para que os recebesse. Foi então que apareceu o serviço de policiamento. Dispersou os manifestantes. Houve troca de empurrões e até detenções. O presidente do DCE Oscar Luis Gardiano foi detido e afastado do local. Acampados à sombra das árvores da Avenida Guilherme Ferreira, os estudantes continuaram as manifestações até a interferência direta do Presidente Costa e Silva, através do Sr. Edilson Mendes, que fez com que a detenção fosse relaxada e o representante do DCE, em seguida, foi recebido pelo Mal. Costa e Silva.

Tendo em vista que só em 2005 a tão desejada Universidade Federal do Triângulo Mineiro — UFTM — tornou-se realidade, podemos concluir que a promessa feita por Costa e Silva ao Presidente do DCE, de que os estudos para federalização das faculdades de Uberaba não levariam mais de um ano, não passou de uma tentativa de acalmar os ânimos dos queixosos. De concreto mesmo, naquela hora, nada aconteceu.

Um fator que já foi mencionado anteriormente, mas que ainda não foi devidamente discutido nesse capítulo, é a importância dada pelos estudantes à opinião pública. Entendemos que essa avaliação vinha ao encontro da necessidade de os estudantes terem a opinião pública do lado deles. Assim, entendiam, as suas reivindicações ficariam mais fáceis de serem conquistadas. Esse entendimento tem a ver com uma orientação do ME como um todo. A esquerda estudantil no Brasil, como no resto do mundo, entendia que o trabalho de massa era fundamental para levar adiante seus propósitos. Sem a identificação da sociedade com os ideais de luta das esquerdas em geral e do ME em particular, estes não passariam de um rol de exigências sem força e sem sentido. E para que a sociedade civil se alinhasse com os estudantes e suas idéias, era necessário conhecer tais propostas e reivindicações. Era imperativo que as pessoas comuns entendessem o que significava cada greve, cada paralisação, cada passeata e, principalmente, não vissem os estudantes como baderneiros e agitadores, uma vez que era essa a maneira utilizada pelas forças conservadoras para desqualificarem suas propostas. Não é por acaso que a coluna de

Ataliba Guaritá Neto, anteriormente citada, tenta passar justamente uma imagem dos estudantes como transgressores da ordem, da moral, dos bons costumes, ou seja, prejudicial à própria cidade, isto é, o extremo oposto daquilo que os estudantes, realmente, desejavam.

Diante disso, depois do tumultuado encontro com o Mal. Costa e Silva, os estudantes uberabenses dedicaram-se a esclarecer para a opinião pública o que, verdadeiramente, teria ocorrido em relação aos eventos que culminaram com o enfrentamento físico entre os estudantes e a polícia e a prisão do Presidente do DCE. Num panfleto editado pelo próprio DCE, publicado em 05 de maio de 1967 e dirigido à população, lemos⁴⁹:

O Diretório Central dos Estudantes vem esclarecer ao povo de Uberaba sobre os últimos acontecimentos ocorridos no movimento em prol da federalização das Faculdades de Uberaba. No último dia 3 fizemos uma concentração pacífica na Praça Rui Barbosa, de onde partimos para o Aeroporto local, para reivindicar do Sr. Presidente da República a federalização das nossas escolas superiores, apesar de sucessivas repressões policiais. De volta do aeroporto, descemos em “correata” atrás do carro presidencial, portando cartazes e faixas e gritando: “ensino para o povo”, “universidade federal”, etc. Após termos dado uma volta pela cidade, dirigimo-nos à residência do Sr. Prefeito, onde se encontrava o Sr. Presidente. Ao chegarmos, houve repressão policial, culminando com a prisão e espancamento de nosso colega e Presidente [do DCE], Oscar Luis Gardiano. Não nos afastamos do local e passamos a exigir a libertação do colega detido, até que isso fosse executado.

Observemos que há um dado novo nesse relato: houve espancamento do colega preso. Isso torna-se extremamente significativo para nossa análise, uma vez que enxergamos aqui uma tentativa dos estudantes de fazerem uma ligação direta com as torturas que acometiam os estudantes pelo País afora. Tinham, os estudantes, sido alvos de agressão física, de espancamento, que não é uma agressão qualquer. Quem é espancado é mais que agredido. E isso era necessário que as pessoas soubessem. Mais: precisavam saber

⁴⁹ Nota do Diretório Central dos Estudantes de Uberaba. Documento pertencente ao arquivo particular de Lauro Guimarães.

das “reais” intenções do manifesto engendradas pelos estudantes. Nessa mesma nota, mais abaixo, aparece esse esclarecimento⁵⁰: “Na oportunidade, queremos ressaltar o caráter pacifista de nosso manifesto que objetiva tão somente a justa reivindicação dos estudantes e do povo de Uberaba, no sentido da criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, a UFTM”.

Eis o momento crucial da nota, em que os estudantes declaram lutar não em nome deles simplesmente, mas em nome “do povo de Uberaba”. A criação da UFTM não atenderia apenas ao desejo dos estudantes por uma escola gratuita. Isso seria um fim de certa forma, “burguês”, coisa que, definitivamente, eles não se permitiam. Atenderia também, segundo o ideário dos estudantes, aos anseios de toda uma população. Reafirmava-se, assim, uma tese da ME nacional segundo a qual os estudantes envolviam-se também em causas exteriores ao universo estudantil. Logo, a massa, o povo, tinha neles seus defensores e, dessa forma, com eles e com suas propostas podia identificar-se. Podemos afirmar, guardadas as devidas proporções, que, devido aos acontecimentos anteriormente descritos e outros que descreveremos a seguir, Uberaba viveu seu maio de turbulências um ano antes que o resto do País e do mundo.

Ainda em maio de 1967, ocorre o Congresso da UEE-MG. Para esse Congresso, foi enviado o, então, Vice-Presidente para Assuntos Universitários, o estudante de medicina Alduísio Moreira de Souza⁵¹. Nessa ocasião, foi eleita a nova diretoria da UEE/MG,

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Segundo Relatório da Diretoria Gestão 1966/1967, para o cargo de Vice-Presidente para Assuntos Universitários foi eleito, em 08 de junho de 1966, o estudante Hamilton Silva. No entanto, quando ocorre o Congresso da UEE-MG, segundo o mesmo documento, quem, agora, ocupa esse cargo é o estudante Alduísio Moreira de Souza. Essas trocas dos membros da diretoria eram constantes, uma vez que muitos estudantes vinham de outro lugar e, quando se formavam, voltavam para sua cidade-natal. Acontecia, também, de não se adaptarem à militância estudantil e pediam exoneração do cargo. Até mesmo desistências em função de perseguições políticas eram comuns.

encabeçada pelo estudante da UFMG Waldo Silva. Para se ter noção da influente participação dos estudantes uberabenses junto à entidade estadual, destacamos que o enviado do DCE de Uberaba ao referido Congresso foi eleito, compondo a atual chapa, para o cargo de 2º Vice-Presidente. O próprio Alduísio⁵² relembra esses momentos:

Sentia-me impulsionado a falar [no Congresso da UEE-MG]. Sem dar-me conta, liderei o Congresso do início ao fim. Meus argumentos, de estrito bom senso, pela prática de uma vida trabalhosa, restrita, mas ousada, pareciam arrebatá-los que me escutavam. Tratava de forma irônica, às vezes jocosa, a tão propalada aliança *operária-estudantil-camponesa*. Ao final, fui eleito vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais.

Esses Congressos estaduais tinham como principal função preparar os estudantes para participarem dos Conselhos e Congressos nacionais. Em âmbito estadual, as propostas eram encaminhadas, discutidas e, depois, fechava-se a questão. Nos encontros nacionais, essas propostas vencedoras eram defendidas pelas bancadas de cada Estado. Para não haver nenhum titubeio, era preciso uma forte coesão. E essa coesão era discutida nos encontros estaduais.

Pouco depois do Congresso da UEE-MG, foi realizado, ainda no mês de maio, o Conselho anual da UNE. Como Alduísio, além de ser membro do DCE uberabense, era também membro da UEE-MG, sua ida ao Rio de Janeiro era um fato natural. Para acompanhá-lo, o DCE-Uberaba indicou o estudante Arquimedes Cartulieres, que ocupava o cargo de Tesoureiro Geral. Voltamos à narrativa de Alduísio:⁵³

O mais surpreendente foi que, durante o Congresso [da UEE-MG], estava sendo preparado o Conselho Anual da UNE — União Nacional dos Estudantes. Fui convocado a ir para Petrópolis (...) Encontrei um baiano que conquistou minha amizade: Renato Rabelo. Mas a grande amizade que fiz foi Honestino Guimarães, o Gui. Veio a ser o meu melhor amigo. Convidou-me a ir a Brasília.

Alduísio Moreira de Souza tornou-se militante em tempo integral e sua participação no ME deixou de ser local para se ampliar para os quadros da UNE. Teve participação em

⁵² SOUZA, Alduísio Moreira. **Memórias quase esquecidas**. Porto Alegre: Tchê, 2001, p. 248.

⁵³ Ibid, p. 249.

diversas ações organizadas pela UEE-MG e pela entidade nacional. Militou em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde foi preso em agosto de 1969 pelo CENIMAR — Centro de Informação da Marinha.

Em 1968, a radicalização movida pelos órgãos de repressão contra as manifestações estudantis era franca e atingia seu apogeu. A morte do estudante secundarista Edson Luis, em 28 de março, causou uma grande revolta nacional. Não foram só os estudantes que protestaram contra a violência dos órgãos de repressão. A população também ficaria indignada com os rumos que as coisas tomavam. Não por acaso, na missa de sétimo dia da morte do estudante, compareceram mais de 50 mil pessoas.⁵⁴

O mês de outubro de 1968 seria dedicado pelo ME à organização do XXX Congresso Nacional da classe. A direção nacional da UNE sabia que a realização de seu congresso anual ocorreria sob forte vigilância do regime militar. Não obstante, realizá-lo seria uma importante vitória sobre a repressão. É nesse clima de insegurança, misturado à necessidade de se fazer algo, que é marcado para outubro de 1968 o XXX Congresso Nacional dos Estudantes. O local: Sítio Murundu, distante 22 quilômetros de Ibiúna, uma pequena cidade a 70 quilômetros de São Paulo. Vários estudantes de Minas Gerais, mesmo sabendo do risco que seria participar do congresso, dirigiram-se para lá.

Vicente de Paulo Cunha Braga⁵⁵, militante estudantil em Uberaba que participou do referido Congresso, relembra sua participação e a de outros estudantes uberabenses que estiveram em Ibiúna:

Uberaba, principalmente naquele período, que houve recrudescimento da ditadura, participava de todos os congressos, estaduais e nacional e acabou por mandar representantes naquele célebre congresso da UNE. Talvez o último congresso

⁵⁴ FICO, Carlos. **Além do Golpe**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004, p. 212.

⁵⁵ Conforme depoimento a/a em 28 de julho de 2004.

realmente importante da UNE, que foi em Ibiúna, onde houve uma prisão coletiva de todos que se encontravam lá. Foi numa fazenda, no interior de São Paulo. Evidentemente a polícia tomou conhecimento de um movimento tão grande, com a participação de mais de 1000 pessoas. Fomos presos e lá recambiados para São Paulo, num presídio de delinqüentes comuns que é um presídio antigo hoje, já desativado, presídio Tiradentes. E os estudantes ficaram ali, alojados e depois foram recambiados para seus respectivos estados. Nós aqui de Uberaba e os mineiros fomos para Belo Horizonte e lá fomos identificados. Muito tempo depois é que fomos mandados para Uberaba (informação verbal).

Contra as prisões, os estudantes mineiros de Belo Horizonte fizeram greve na UFMG⁵⁶. Em Uberaba, os padres dominicanos, em conjunto com o DCE, organizaram uma reunião que deveria acontecer no pátio da Igreja São Domingos. O objetivo do encontro era avaliar a situação dos estudantes uberabenses presos e articular um plano para viabilizar seu retorno a Uberaba. No entanto, as forças de repressão não permitem que o encontro se realize.

Num documento sem data e sem assinatura, intitulado *Carta Aberta ao Povo de Uberaba*⁵⁷, podemos ler:

A ação militar política que violou o direito de reunião estudantil por ocasião do XXX Congresso da UNE, teve repercussão também em Uberaba, cidade tradicionalmente pacífica e também de estudantes pacíficos. Esta repercussão foi caracterizada aqui pela ação das forças de repressão, nos moldes das grandes capitais, pela arbitrariedade de forasteiros, o comandante do 4º BI, tenente-coronel RAIMUNDO Vanderlei Dias e seus comparsas: delegado JOSÉ GERALDO ALVES, bem como ainda pelo (Jornalista? Fotógrafo?) JÚLIO CÉSAR JARDIM.

Além de identificarem, nessa Carta Aberta, as pessoas, citando seus nomes, os estudantes adjetivam essas pessoas como forasteiros e comparsas, que se unem para impedir uma manifestação, que, no entender deles, era legítima, uma vez que se tratam de pessoas “pacíficas”.

⁵⁶ VIEIRA, Ibid. p. 88.

⁵⁷ Documento pertencente ao acervo particular de Lauro Guimarães.

Mas o que caracterizava as arbitrariedades das forças de repressão? O próprio documento responde: “O clima de terrorismo foi classificado pelos seguintes fatos: convocação para comparecimento ao 4º BI dos estudantes universitários, secundaristas e ainda do clero, a fim de boicotar a reunião marcada por eles na Igreja São Domingos”.

Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, Bispo de Uberaba nessa época, fez, de próprio punho, um perfil de si mesmo, que foi publicado pelo professor uberabense Décio Bragança, em 1994, num livro intitulado *A História Viva de Uberaba*. No subitem *Minha Atuação em 1964*, Dom Alexandre (1994, p. 85) escreve:

Mais tarde [depois de 1964], tivemos aqui, em Uberaba, um comandante do 4º Batalhão de Polícia que recebeu uma lista de nomes com seis sacerdotes, cinco freiras dominicanas, alguns estudantes e professores. Nessa lista estavam os nomes de Monsenhor Juvenal Arduini, Padre Prata, Frei Domingos, Padre Tomás Fialho — diretor do Correio Católico — Padre Hiron Fleuri Curado, irmã Loreto — a turquinha de Formosa — Irmã Georgina, Augusto César Vanucci, Joel Loes e tantos outros. Cheguei ao Quartel de repente, acompanhado de todo clero uberabense. Fui recebido muito delicadamente pelo comandante que disse: — estou muito feliz com a visita do Sr. Arcebispo. É a primeira vez que recebo uma visita tão honrosa. Então eu disse: — vim aqui reclamar dos senhores e exigir dos senhores a lista dos nomes dos padres e freiras, dos estudantes e professores, para serem presos. Joel Loes já estava preso. O comandante disse: — senhor Bispo, o senhor está preparando uma grande dificuldade para mim. Já até prendi alguns... o comandante argumentava que prendia e depois, se fosse provada a inocência de quem estava preso, ele mesmo soltaria. Aí, então, eu disse: — não senhor, está errado. O direito diz que deve se supor provas para a culpa. Só é permitido prender com provas. O senhor está invertendo o processo. Prender inocentes para depois soltá-los é um absurdo e contra o Direito Canônico.

Não podemos afirmar categoricamente — uma vez que faltam dados para isso — que o episódio das prisões dos estudantes, religiosos e professores narrado por Dom Alexandre seja o mesmo descrito pelos estudantes na *Carta Aberta ao Povo*, documento supracitado. No entanto, alguns pontos chamam atenção: Dom Alexandre começa a descrever esse episódio com a expressão *mais tarde*, indicando que o tempo do referido fato não é o mesmo de antes, ou seja, sucedeu-se depois dos idos de 1964, por onde começa sua narrativa. Além disso, a certa altura, o Bispo afirma: *cheguei ao Quartel de repente*,

acompanhado de todo clero uberabense. Na carta, lemos que a reunião entre os estudantes e os dominicanos havia sido marcada pelo clero. É de se supor, logicamente, que eles participariam dela. Portanto, podia o clero estar reunido e, dessa forma, ter se deslocado, liderado por Dom Alexandre, até o Quartel do 4º Batalhão quando das prisões de parte de seus integrantes.

Voltemos ao texto da *Carta Aberta ao Povo*:

2) a – O cerco e invasão do pátio da São Domingos e tentativa de ocupação da Igreja por tropas com ostensivo aparato bélico, procurando impedir que se realizasse a reunião. Objetivo este que malogrou. Convém salientar que a reunião era perfeitamente legal, constituindo, portanto, por parte da polícia, um atentado ao direito universal de livre associação; b – Bombeiros com sirenes ligadas, invertendo sua função para servir ao clima de terror implantado pelo 4º BI; prisão de um operário que passava pelo local para desviar a atenção geral da violência que se acometia contra os estudantes; temendo a reação do povo, instalaram ninhos de metralhadoras na Praça Rui Barbosa e nas portas das Faculdades, como se estudantes fossem criminosos; 3) Violência propagada contra os estudantes pelas emissoras de rádio na palavra do delegado JOSÉ GERALDO ALVES, coagindo os estudantes a não comparecer à reunião da classe; 4) Injustificada omissão profissional do repórter, radialista e fotógrafo da [rádio] PRE-5 e [jornal] Lavoura e Comércio, JÚLIO CESAR JARDIM, que se negou a tirar fotografia do aparato militar montado, numa tentativa de encobrir este crime contra o POVO UBERABENSE. Concidadão: desafiamos os militares a se justificarem e, ainda, exigimos do Poder Público uma tomada de posição destes acontecimentos.

Como vimos, a intenção da *Carta Aberta ao Povo* era protestar contra a repressão sofrida pelos estudantes uberabenses que exigiam a imediata soltura dos estudantes presos no XXX Congresso da UNE. Esses estudantes foram, primeiro, levados ao presídio Tiradentes — onde foram abertos IPMs — e, posteriormente, enviados para a capital de seus Estados de origem. Somente depois disso é que foram transferidos para suas respectivas cidades.

Mas quando os estudantes uberabenses retornam, o clima para se continuar levantando a bandeira do ME não era nada favorável. Como de resto no País, o ME uberabense entrava em franco declínio.

Objetivamos, com essa descrição do *modos operandi* do ME em Uberaba, demonstrar como era a cultura política da esquerda estudantil que Gildo Macedo Lacerda encontrou quando iniciou-se em sua militância política. Acreditamos que muito das convicções políticas por ele vividas, posteriormente, deve-se ao fato de ter vivenciado, nos seus anos de formação política, as experiências descritas anteriormente.

1.4 A opção da AP pela luta armada

Segundo o historiador Jacob Gorender, em obra já citada neste trabalho, a “esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado”⁵⁸. Tornava-se imperativo, portanto, a adesão das esquerdas à luta armada como a única possibilidade de se levar adiante a pretensão de se fazer a revolução socialista. Se não fosse travada contra o inimigo à época do golpe civil-militar de abril de 1964, que a luta armada, mesmo assim, fosse arquitetada quando este já possuía o poder em mãos.

O debate sobre a adesão da AP à luta armada foi bastante intenso e disputado, como não poderia ser diferente tendo-se em vista que a origem da organização estava fortemente vinculada às idéias cristãs. Essas disputas acompanharão a AP durante toda sua trajetória. Gorender afirma: “Em 1965, já é taxativa a decisão da AP de tomar o caminho da luta armada”⁵⁹. No entanto, o historiador adverte: “A decisão afasta adeptos não-convencidos dessa radicalização extrema”⁶⁰.

A AP que adere à luta armada, prefere, num primeiro momento, as idéias do foco guerrilheiro, motivadas por militantes que fizeram treinamento militar em Cuba, como é o caso de Paulo Stuart Wrigth — militante de orientação protestante — e Alípio de Freitas —

⁵⁸ Ibid, p. 79.

⁵⁹ Ibid, p. 112.

⁶⁰ Ibid, p. 112.

ex-padre católico. O sucesso da Revolução Cubana e a leitura das idéias de Che Guevara e Regis Debray também servirão de incentivo para a adesão às idéias foquistas.

Em virtude desse flerte com o foquismo, a AP cria uma comissão militar que se incumbirá de ministrar cursos de uso de armas e explosivos. No entanto, um episódio será de significativa importância dentro da AP militarizada e responsabilizar-se-á por uma profunda revisão de rumos: o general Costa e Silva estava em visita à cidade de Recife em 1966, e um membro da AP resolveu atentar contra a sua vida. Gorender narra assim o episódio⁶¹:

Um dos membros da comissão militar, dirigente nacional da AP, encontrava-se no Recife em meados de 1966, quando se anunciou a visita do general Costa e Silva, em campanha farsesca de candidato presidencial pelo partido governista Aliança renovadora Nacional (ARENA). Por conta própria, o dirigente da AP decidiu fazer uma aplicação realista dos ensinamentos sobre a técnica de atentados. A recepção ao general Costa e Silva e sua comitiva estava marcada para as 8,45 horas do dia 25 de julho, no Aeroporto dos Guararapes. Muitas pessoas esperavam no saguão, quando aconteceu a explosão. Os corpos despedaçados, morrem o almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Regis de Carvalho. Outras catorze pessoas ficaram feridas, algumas mutiladas para sempre. Mas o eminente visitante e sua comitiva nada sofreram, porque o avião teve uma pane e o general-candidato viajou de automóvel de João Pessoa ao Recife.

Posteriormente, Jair Ferreira de Sá assume a responsabilidade pelo atentado, e a cúpula da AP, provavelmente em função da negativa repercussão disso, decide dissolver os comandos militares. Outra consequência diretamente ligada aos efeitos desse atentado é a posição da direção nacional da organização de rever seu relacionamento com Cuba. Outro aspecto que merece nossa atenção ao analisarmos as relações da AP com Cuba está no fato de que, no modelo foquista de revolução, há subordinação das questões políticas às questões militares. Isso equivale a dizer que, na prática, o comando militar estava acima da figura do partido, coisa que desagradava uma boa parte dos militantes da AP.

⁶¹ Ibid, p. 112/113.

Na sua busca por um modelo de revolução que se aplicasse à realidade brasileira, alguns dirigentes da AP — Jair Ferreira de Sá incluído — viajam até a China e aderem ao maoísmo, fornecendo a essa teoria elementos de argumentação para uma análise mais refinada do foquismo cubano, que agora seria abandonado.

Do maoísmo chinês, virá a estratégia de guerra popular prolongada, e, com isso, a AP rejeita o imediatismo da luta armada e nega a validade das ações expropriatórias. Segundo Gorender, isso explica o porquê de contra AP não constar de nenhuma acusação judicial de participação em assaltos, seqüestros e atos semelhantes⁶².

No que tange à participação efetiva de Gildo Macedo Lacerda em ações de luta armada, é provável que isso não tenha acontecido. Ao menos, não encontramos nada que sustentasse o contrário. Até mesmo porque o comitê da AP ligado ao ME, onde Gildo Macedo Lacerda se situava, estava muito mais imbuído de levar às massas a conscientização necessária para se fazer a revolução. Isso não quer dizer que dessa conscientização não surgisse terreno propício à implantação de ações militarizadas. Quando perguntamos a Mariluce Moura, ex-mulher de Gildo Macedo Lacerda, o que eles pensavam da luta armada e se Gildo teria participado de ações dessa natureza, ela responde:

Mas acho que quando você pergunta sobre posição em relação à luta armada está perguntando no fundo se éramos mesmo contra ou a favor de pegar em armas para transformar a sociedade. E aí, de uma maneira genérica, devo lhe responder que naquele momento quase nenhum de nós acreditava realmente na possibilidade de criar sociedades socialistas sem guerra. Mesmo quem estava contra a guerrilha em termos imediatos achava, entretanto, que mais cedo ou mais tarde, um dia, enfim, as condições objetivas se tornariam propícias para uma tomada do poder pela forma das armas. Seria uma insurreição, como na Rússia? Seria algo rápido? Não sabíamos, mas mesmo quem tinha horror à idéia de guerra (coisa que é profundamente o meu caso), achava que não havia como escapar a luta para derrotar os inimigos do socialismo, da justiça social, etc. Quer dizer, para os militantes da minha geração seria quase uma posição antiética ser contra a revolução que criaria uma nova e pujante sociedade. Simplesmente, não podíamos ser contra a revolução como o caminho da transformação, ainda que achássemos

⁶² Alerta Gorender que o atentado no Aeroporto de Guararapes permaneceu com autoria não identificada.

que eram aventureiras as ações armadas em curso no país naquele momento (informação verbal).

É muito importante ressaltar que, através dos documentos analisados e dos depoimentos colhidos, em nenhum momento temos condições de afirmar que Gildo participou efetivamente de alguma ação armada, o que não descarta a possibilidade de nela reconhecer uma etapa da luta que se empreendia. Também é importante afirmar que, a rigor, Mariluce Moura não responde se Gildo teria ou não participado de ações armadas.

2. AS AÇÕES COERCITIVAS IMPOSTAS AOS ESTUDANTES PELOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR

Neste capítulo, abordaremos os principais constrangimentos impostos ao Movimento Estudantil pelos órgãos de repressão da ditadura militar e, em especial, enfocaremos seus efeitos na militância política de Gildo Macedo Lacerda. Uma advertência preliminar: nem todos os constrangimentos aqui analisados tiveram os estudantes como alvo preferencial. No entanto, de uma forma ou outra, seus efeitos fizeram-se sentir na luta estudantil, e o critério que nos levou a escolhê-los tem a ver com a intensidade com que influíram no poder de articulação da militância estudantil. O objetivo desses constrangimentos era um só: frear as iniciativas tomadas por parte daqueles que visavam a opor-se ao regime militar.

A perseguição aos estudantes e a sua entidade nacional, a UNE, vêm de antes do golpe civil-militar de 1964. Em 1962, a sede da UNE é metralhada por membros do Movimento Anticomunista (MAC). Contudo, os maiores constrangimentos acontecerão durante o regime ditatorial, que, desde cedo, procurará desqualificar qualquer movimento de luta que tivesse a bandeira dos estudantes. A maneira como os estudantes e a universidade eram vistos pela ditadura sempre passou pela ótica da violência e da repressão incondicional. Na tentativa de coibir a resistência contra o regime ditatorial que vinha da luta estudantil, tudo era permitido. Afirmando com Arthur José Poerner⁶³, tudo valia:

Suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir Faculdades; intervir, policialmente, nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembléia estudantil; acabar com a participação discentes nos

⁶³ POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem**: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1979, p. 219/220.

órgãos colegiados da administração universitária; decretar a ilegalidade da UNE, das Nações dos Estudantes nos Estados e dos Diretórios Acadêmicos; destruir a Universidade de Brasília; deter, enfim, o processo de renovação do movimento estudantil e da Universidade em nosso País, onde ela começava a se capacitar para o fornecimento dos técnicos, pesquisadores e cientistas indispensáveis a um desenvolvimento nacional independente.

À guisa de justificar o que estamos dizendo, basta citar que, no dia 10 de maio de 1964, a UNE tem sua sede incendiada por membros dos órgãos de repressão.

É imprescindível destacar que esses constrangimentos sofridos pelos estudantes farão com que eles montem um sistema de deslocamento de seus itinerários, a fim de desviarem dos seus efeitos. Para a luta que o ME se propunha, o deslocamento de seus militantes e a conseqüente ocupação dos espaços eram vitais, uma vez que esses deslocamentos podiam resultar numa posição estrategicamente melhor. E, ao menos da perspectiva que aqui se adota, parece-nos que esses deslocamentos guardavam uma lógica entre si, uma vez que havia uma certa racionalidade por parte desses constrangimentos.

Outra consideração que nos parece importante: com o golpe civil-militar de abril de 1964, surge uma Doutrina de Segurança Nacional, a DSN, “que tinha como argumento central a existência de um conflito ideológico permanente entre Ocidente — capitalista — e o Oriente — comunista”⁶⁴. Para minimizar os efeitos desse conflito e, conseqüentemente, impedir os avanços comunistas em *terra brasilis*, a DSN contou com a ajuda de outras entidades, onde destaca-se o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, o IPES, criado por um grupo de empresários das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 1961, permanecendo em atividade por dez anos ininterruptos. Dois setores da sociedade brasileira mereceram atenção do IPES: os operários e os estudantes. Sobre estes últimos, foi distribuído farto material produzido pelo próprio IPES, destinado às escolas, universidades

⁶⁴ SILVA, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e Política**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 129.

e entidades estudantis. Esse material associava aos estudantes ligados à UNE a imagem de terroristas e subversivos de altíssima periculosidade.

No entanto será sob a forma de leis que se dará a maioria dos constrangimentos impostos aos estudantes. Com base na DSN, os poderes Executivos e Legislativos trataram de impetrar medidas que visavam ao controle do ME.

2.1 A Lei Suplicy de Lacerda — Lei nº 4.464, de 09 de Novembro de 1964

A mais radical das leis criadas com o intuito de se conter as ações do ME foi a Lei Suplicy de Lacerda, de 09 de novembro de 1964.

O professor Flávio Suplicy de Lacerda, o primeiro ministro da Educação dos regimes militares, consegue, para o espanto de algumas lideranças estudantis, em 27 de outubro de 1964, a aprovação do Congresso para a criação de novas entidades estudantis que deveriam substituir as entidades em vigor. Altino Dantas, presidente da UNE, de julho de 1965 a julho de 1966, refere-se a essa votação nestes termos:

Como curiosidade podemos relatar que antes da votação no Congresso Nacional, da “lei Suplicy” comissões de estudantes conversaram com quase todos os deputados, ficando com a nítida impressão de que a lei não seria aprovada, pois os parlamentares eram unânimes em prometer aos estudantes votarem contra. Ela foi aprovada por nove votos de vantagem. Começávamos a aprender como de fato funcionava uma ditadura⁶⁵.

Com a nova Lei, extinguíram-se a UNE e as UEEs, entidades do ME Universitário. A UNE deu lugar ao Diretório Nacional dos Estudantes — DNE — sediado na Capital Federal e que só poderia reunir-se, ordinariamente, em período de férias escolares, na capital federal, ou, extraordinariamente, em qualquer época do ano — por motivos justificados pela maioria de seus membros, do Ministério de Educação e Cultura ou do

⁶⁵ SANTOS, Nilton (org.). **História da UNE**. Volume 1: depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980, p. 32.

Conselho Federal de Educação — em lugar previamente designado. As UEEs deram lugar ao Diretório Estadual de Estudantes — DEE — em cada capital de Estado, território e Distrito Federal.⁶⁶ Acerca das restrições ao ME, trazidas pela lei 4.464, e de seus efeitos práticos, vejamos Poerner⁶⁷:

Para acabar com a participação política dos estudantes, a Lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes em verbas e orientação. Pelo documento, a UNE era substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões estaduais pelos Diretórios Estaduais (DEEs). Impedia-se, além disso, através de restrições as mais variadas, o livre curso do diálogo entre os Diretórios Acadêmicos e os alunos.

Ao atacar o direito de autonomia dos estudantes, o regime ditatorial tentava atrelar o ME aos seus rígidos mecanismos de controle. Isso fará com que a ampla maioria dos estudantes de todo Brasil, por intermédio de plebiscitos promovidos sobre essas mudanças, rechace com veemência tal atitude.

No seu artigo 14, Lei Suplicy regulamentava: “é vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”⁶⁸. Era a total separação entre estudantes e política, na qual esses ficaram politicamente algemados e amordaçados. Agora, suas reivindicações deixavam de ser pontos de uma luta social para serem considerados crimes contra a pátria. De indivíduos que sonhavam com uma democracia plena, os estudantes, numa canetada, passaram a criminosos.

É muito importante destacar que a Lei 4.464 não se limitou a restringir as atividades estudantis apenas na esfera universitária. As entidades que representavam os estudantes

⁶⁶ Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964. Artigo 1º, § 3º, apud SANFELICE, José Luis. **Movimento Estudantil**: a UNE na Resistência ao Golpe de 64. São Paulo, Cortez, 1986, p. 206.

⁶⁷ Ibid, p. 242.

⁶⁸ Lei nº 4.464 — 09 de novembro de 1964, apud SANFELICE, José Luis. **Movimento Estudantil**: a UNE na Resistência ao Golpe de 64. São Paulo, Cortez, 1986, p. 206.

secundaristas, na quais Gildo Macedo Lacerda começa sua militância política, também sofreram restrições. Foram extintas a União Brasileira de Estudantes (UBEs) e as entidades estaduais, que variavam o nome conforme o Estado. Vejamos como a Lei se posicionava em relação a essa questão:

Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidade cívica, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.⁶⁹

Sabia-se que a movimentação estudantil na esfera secundária funcionava como uma espécie de “divisão de base” para o ME universitário, uma vez que importantes líderes estudantis tinham sua origem ligadas às entidades secundaristas. Daí a preocupação da Lei com o poder de articulação desses estudantes.

Entretanto, os idealizadores dessa Lei e, sobretudo, seu ideólogo-mor não suspeitaram que tamanha repressão aos estudantes seria o principal componente aglutinador que faltava para que o ME, que passava por uma fase de reorganização, tivesse seu processo de reestruturação acelerado. Segundo Poerner⁷⁰, Num plebiscito nacional patrocinado pela UNE, 92,5% dos estudantes universitários de todo País repudiaram tal Lei.

Em Uberaba — cidade mineira, onde, nesse momento, Gildo Macedo Lacerda é um importante líder do ME secundarista — o palco principal encontrado pelos estudantes que não concordavam com a lei Suplicy de Lacerda foi o III Conselho da União Estadual Estudantil de Minas Gerais (UEE/MG), que, no ano de 1965, foi sediado nessa cidade. No Relatório Anual do DCE-gestão 65/66, na página cinco, item III⁷¹, lê-se:

Seu ponto alto [do III Conselho da UEE] foi o repúdio à lei Suplicy. Os estudantes foram unânimes em proclamar a sua revolta contra tal lei. Foi com o espírito

⁶⁹ Idem, p. 207.

⁷⁰ Ibid, p. 273.

⁷¹ Documento pertencente ao Arquivo Público de Uberaba.

voltado pela a libertação do movimento estudantil, que a bancada de Minas se preparou e se organizou neste Conselho para a participação no Congresso da UNE.⁷²

Em 1965, Gildo Macedo Lacerda, então estudante secundarista do Colégio Dr. José Ferreira, onde era presidente do Grêmio Estudantil Machado de Assis, juntamente com outros estudantes, mobilizou-se em torno dos protestos contra a Lei Suplicy de Lacerda, reverberando os anseios da classe estudantil de todo o País.

No entanto, o momento histórico vivido pelos brasileiros em geral — e pelos estudantes, em específico — não era de se sensibilizar por manifestações de repúdio, uma vez que a ditadura era franca e aberta. Logo, essas mesmas manifestações não seriam ouvidas. Além disso, já estava em curso um plano muito maior — no qual a Lei Suplicy de Lacerda era apenas parte do processo — tornar o sistema universitário brasileiro totalmente dependente de um outro centro geopolítico exterior. Nesse modelo de interpretação, é possível assegurar que as medidas institucionalizadas pela Lei 4.464 serviam como uma espécie de “preparação de terreno” para que os Acordos MEC-USAID pudessem florescer de maneira segura.

⁷² O documento não deixa claro, mas tudo indica que o referido congresso tenha sido o XXVIII Congresso Nacional da UNE, realizado em julho de 1966, no convento dos franciscanos, em Belo Horizonte, onde foi eleito o mineiro José Luís Moreira Guedes, da AP, para a presidência da entidade. Vale ainda salientar que esse foi o primeiro congresso totalmente clandestino realizado pela UNE.

2.2 Os Acordos MEC/USAID

O primeiro acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil e a *United States Agency for International Development* (USAID), assinado em 23 de junho de 1965⁷³, faz, logo no item I⁷⁴, um balanço — segundo a interpretação dos técnicos que o redigiram — da situação atual do sistema de ensino superior no nosso país, apontando, embasado em “dados informativos disponíveis”, uma série de “problemas”. Esses apontavam desde o baixo índice de alunos matriculados — segundo o texto do acordo, apenas 2% dos jovens entre 18 a 24 anos estudavam em alguma instituição de ensino superior — até a concentração de alunos em determinados cursos e o excedente de vagas em outros, passando por críticas aos requisitos de admissão das universidades — considerados muito rigorosos pela USAID.

Em virtude disso, tinha como finalidade esse primeiro acordo:

- 1) A elaboração de uma série inicial de planos exeqüíveis para a ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino superior, abrangendo os próximos cinco anos;
- 2) Criação de um mecanismo para desenvolver planos a curto e a longo prazo;
- 3) A criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional, cujo treinamento e experiência os capacite a levar avante, para o Ministério, esse planejamento em bases contínuas e progressivamente mais adiantadas.

Podemos afirmar que o que acima foi exposto era a faceta visível de um projeto — este invisível, não-declarado, portanto — de interferência nos rumos do ensino universitário brasileiro por parte dos norte-americanos, que buscavam barrar quaisquer possibilidades de crescimento de ideais de participação política do estudante brasileiro e que, por isso mesmo, deveriam permanecer em total sigilo.

⁷³ SILVA, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e Política**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 139.

⁷⁴ Acordo MEC-USAID para o Planejamento do Ensino Superior no Brasil. Em POERNER, Arthur José, **O Poder Jovem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 340 e seguintes.

Tal ingerência nos rumos do ensino brasileiro era, pelos estudantes — principalmente secundaristas e universitários — vista como uma forma de exercer mecanismos de repressão. O que queriam mesmo os estudantes era uma reforma universitária que, de fato, transformasse a educação brasileira e, no bojo dessa transformação, solidificasse nossa independência em relação aos países dominantes. Coaduna-se com essas reflexões Alves⁷⁵, quando ressalta que:

Há muitos anos a juventude brasileira reclama a reforma da sua Universidade. Há muitos anos os mais lúcidos pedagogos exigem que a estrutura do ensino primário, médio e superior seja no Brasil transformada de alto a baixo, para que atenda a duas exigências nacionais: oferecimento de possibilidades educacionais às grandes massas e adaptação do que se ensina às necessidades do desenvolvimento do país. alunos e professores sempre exigiram estas transformações, tendo em vista que através da educação é que se garante a independência de um país. Todos os debates que em torno do sistema educacional tem se travado colocam como objetivo a ser atingido criar-se uma cultura tanto técnica e científica quanto humanística, que possibilite ao Brasil livrar-se da dominação do grande império, em cuja órbita colonial gravita. Falando claro: estudantes e professores querem criar gerações capazes de se desenvolverem independentemente dos Estados Unidos.

No entanto, nas cláusulas dos Acordos que doravante se firmaram, encontrar-se-ão dependência e subordinação.

Mas, para entendermos melhor como surgiram os acordos MEC-USAID, é preciso retornar no tempo, mais precisamente em 1958, quando surge o chamado Relatório Atcon, elaborado pelo Sr. Rudolph P. Atcon, membro da USAID, que recomendava uma forte interferência norte-americana nas universidades da América Latina e que, para tal, deveria definir-se uma filosofia educacional ao continente e à criação de uma consultoria para as universidades latino-americanas. Também indicava como necessárias a extirpação dos estudantes na administração das universidades e a transformação das universidades públicas em entidades privadas, que passariam a funcionar como fundações.⁷⁶ Ou seja, podemos

⁷⁵ ALVES, Marcio Moreira. **O beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968, p. 22.

⁷⁶ Ibid, p. 24

dizer, novamente, que a idéia era: lugar de estudante era na sala de aula, de preferência pagando para lá estar.

Essas recomendações foram absorvidas pelos Acordos MEC-USAID, e seria, então, criada a Assessoria de Planejamento ao Ensino Superior, a EPES. Para compor essa assessoria, o ministério designou cinco educadores brasileiros que, com outros cinco assessores norte-americanos, formariam a Equipe de Planejamento do Ensino Superior.

Acerca da montagem das características da EPES, Poerner⁷⁷ assim se posicionou:

Não obstante a igualdade quantitativa entre brasileiros e norte-americanos — o que já em si um absurdo — é evidente que outros fatores intervêm para inferiorizar a situação do grupo nacional: os americanos é que possuem o dinheiro e são eles que fornecem a orientação dos trabalhos e os volumes requintadamente encadernados em que os brasileiros se devem basear. Quanto a estes, humilhados por essas circunstâncias e mais pela diferença de ordenados, cabe-lhes a obediência, uma vez que o Governo do seu país, ao assinar o Acordo, confessou, automaticamente, a sua incompetência para planejar a educação do Brasil.

Um segundo acordo MEC-USAID foi firmado em 30 de junho de 1966 e, dessa vez, foi instituída uma assessoria para a modernização da Administração Universitária. Foram enviados para o Brasil aproximadamente vinte consultores — todos fornecidos pela USAID — que ficaram responsáveis pela assistência técnica a determinadas universidades e pela coordenação de seminários sobre assuntos variados. Era uma eficaz forma de os técnicos da USAID estarem próximos das universidades brasileiras, exercendo sua influência junto a diretores, professores, funcionários e alunos.

Mas essa influência não se dava somente no Brasil. Uma característica muito interessante, presente nos vários convênios MEC-USAID — em quaisquer níveis de ensino — era o empenho por parte dos americanos de ofertarem treinamento para professores e alunos brasileiros nos EUA.

⁷⁷ Ibid, p. 239.

Mas nem todos serviam para ocupar lugar nesse intercâmbio. As vagas eram preenchidas segundo uma determinada lógica: a) os pretendentes deveriam ocupar pontos-chave nas suas instituições de origem; b) possuir uma boa capacidade de influenciar os outros; b) os estudantes deviam possuir uma forte carga de patriotismo; d) eram escolhidos estudantes que tinham ojeriza à intervenção estrangeira, aqueles que poderiam tornar-se mais resistentes ao imperialismo norte-americano, explicando o porquê de perguntas como: o que é que o senhor acha da guerra do Vietnã? Caso o depoente não reconhecesse a invasão, e conseqüente agressão, dos norte-americanos no Sudeste asiático, era eliminado do concurso. Se o educador ou o estudante não reconheciam uma intervenção tão grave e acintosa, não havia necessidade de serem doutrinados. Diria Poerner⁷⁸, reforçando nossa análise: “já estão, portanto, no bom caminho”.

Fica patente, portanto, que um dos objetivos primordiais dos Acordos MEC-USAID era a doutrinação ideológica das lideranças docentes e discentes, que passavam a ver — depois da “lavagem cerebral” — a ingerência dos norte-americanos na universidade brasileira como algo positivo para o nosso ensino universitário.

Talvez isso explique a seguinte nota publicada no jornal uberabense *Correio Católico*, mantido pelos padres dominicanos, em 01 de fevereiro de 1965, na coluna Mundo do Ensino⁷⁹:

HOSPITAL PARA A MED

Universitários da MED [Faculdade de Medicina] de Uberaba avistaram-se dias atrás, em Belo Horizonte, com o Secretário Roberto Rezende, de quem solicitaram intervenção junto à USAID para que seja liberada verba destinada à construção do Hospital das Clínicas de sua escola. O Sr. Roberto Rezende encaminhou os estudantes ao cônsul dos Estados Unidos em Belo Horizonte.

⁷⁸ Ibid, p. 254.

⁷⁹ Jornal Correio Católico, 01 de fevereiro de 1965, p. 04. Coluna não-assinada.

Há muito os estudantes da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, sediada em Uberaba, reivindicavam a construção do seu hospital. Entendemos que, devido ao relativo sucesso das intenções dos Acordos MEC-USAID, parte dos estudantes universitários enxergava no dinheiro fácil dos norte-americanos a possibilidade de conquistar objetos de antigas reivindicações. Outro detalhe que vale ser lembrado: vimos que a Lei Suplicy de Lacerda destituiu os antigos Centros Acadêmicos — livres e com autonomia de ações — trocando-os pelos Diretórios Acadêmicos — vigiados e sem poder nenhum de mobilidade. É de se supor que os novos ocupantes desses DAs vissem os Acordos MEC-USAID com simpatia.

E as relações entre os estudantes de medicina de Uberaba e os norte-americanos não pararam por aí. Vejamos uma outra nota publicada no mesmo jornal, dez dias depois, na coluna Coisas da Cidade⁸⁰:

A direção da MED [Faculdade de Medicina], associada com a direção do CAGV [Centro Acadêmico Gaspar Viana], está mantendo entendimentos, até agora conduzidos de modo promissor, com a “Aliança Para o Progresso” visando a obter recursos para a construção do Hospital das Clínicas. O Cônsul norte-americano em Minas mostrou-se receptivo ao pedido de colaboração encaminhado à “Aliança” por seu intermédio. Figura nos planos da MED a aquisição de um terreno amplo para a construção do futuro Hospital das Clínicas.

A Aliança para o Progresso era um programa mantido pelos norte-americanos para “ajudar” financeiramente os países da América Latina, mas cujo real sentido era manter sua presença nesses países.

Em contraste com os estudantes uberabenses da MED, os que participavam do XXIX Congresso da UNE — realizado entre julho e agosto de 1967, na cidade de São Paulo

⁸⁰ Jornal *Correio Católico*, 12 de fevereiro de 1965, p. 03. Coluna não-assinada.

— incluíram no seu plano de ação o rechaço aos Acordos MEC-USAID. Propuseram-se os estudantes no item 3 desse programa⁸¹:

A luta contra o Acordo MEC-USAID, a reforma universitária da ditadura, privatização das universidades, transformação em fundações, entrega do ensino ao controle de capitais estrangeiros. Denunciar todas essas medidas de adequação da universidade brasileira aos interesses do imperialismo e a extinção da gratuidade do ensino. O boicote às medidas concretas de aplicação do Acordo MEC-USAID e da reforma da Ditadura. Pelo ensino gratuito em todos os níveis.

Importante ressaltar que se a parceria entre os dois governos fortalecia as posições de ambos, é possível perceber também, em alguns momentos, as contradições que tal parceria implicava, sobretudo entre um Estado superburocrático — como se apresentava o Brasil — e a agilidade dos agentes norte-americanos. Com isso conseguiam os estudantes importantes momentos de vitória — e a realização do XXIX Congresso da UNE serve de exemplo — não sendo totalmente verdade a interpretação segundo a qual aos estudantes não restou nada a não ser assistir, amordaçados e amarrados, à escalada do imperialismo norte-americano dentro das universidades brasileiras. Até mesmo porque, mais cedo do que se supunha, descobrir-se-ia o tamanho do atentado que estava se cometendo contra a soberania nacional, à medida que os termos dos acordos viessem à tona.

Em dezembro de 1968, em consequência dos inúmeros debates provocados por estudantes, professores, lideranças religiosas e políticas, os Acordos MEC-USAID foram suspensos. Mas é desnecessário dizer que seus efeitos sobre a educação brasileira continuam sendo diagnosticados todos os dias. Sobretudo se se tem em mente a recomendação para que o ensino privado fosse estimulado, uma vez que a imensa maioria dos alunos universitários está matriculada em alguma instituição privada.

⁸¹ SANTOS, Nilton (org.). **História da UNE**. Volume 1: depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980, p. 119.

2.3 O Ato Institucional nº 5 — AI-5 — de 13 de dezembro de 1968

O “golpe dentro do golpe”, como ficou conhecido o quinto Ato Institucional — AI-5 — foi decretado pelo Presidente-Marechal Arthur da Costa e Silva no dia 13 de dezembro de 1968, uma sexta-feira. Se para entender as articulações dos mecanismos históricos que culminaram no surgimento dos Acordos MEC-USAID tivemos que retroceder no tempo — sob o risco de nossa análise tornar-se turva — o mesmo se faz necessário para se compreenderem os acontecimentos políticos de 1968, que culminaram com a edição do AI-5. Ou seja: uma análise detalhada desses eventos é medida contra possíveis erros interpretativos. Vale lembrar que esses eventos não tiveram suas origens exclusivamente no ano de 1968, sendo fruto de toda uma dinâmica de acontecimentos que estava em curso desde muito antes⁸². Mas a título de organização explicativa, adotaremos essa exposição teórica.

Oficialmente, ou melhor, visivelmente, a justificativa utilizada para a decretação do AI-5 foram a recusa do Congresso Nacional em quebrar o dispositivo que garantia imunidade parlamentar aos deputados e a conseqüente impossibilidade de o governo ditatorial processar o deputado Márcio Moreira Alves, que, no dia 02 de setembro de 1968, em seu discurso na câmara dos deputados, propunha, — em represália à invasão da Universidade de Brasília pelos agentes do DOPS e por soldados da PM, ocorrida dias antes — entre outras coisas, “que as moças, as namoradas, aquelas que dançam com os cadetes e *frequêntam*⁸³ os jovens oficiais”⁸⁴ assim não mais fizessem. Ou seja: o deputado Márcio

⁸² Ao tratarmos, neste mesmo capítulo, da Lei Suplicy de Lacerda e dos Acordos MEC-USAID, acreditamos contribuir para que não se pense nos acontecimentos de 1968 isoladamente, desconectados do ambiente político que lhes garantia gestação.

⁸³ Grifo nosso.

Moreira Alves estava propondo, do púlpito do Congresso Nacional, num discurso oficial, uma greve de sexo, cujo alvo eram os oficiais do Exército. Mais longe ia Márcio Moreira Alves: aproveitando que as comemorações do sete de setembro estavam aproximando-se, propôs também que os pais não deixassem que seus filhos desfilassem ao lado dos oficiais, lembrando que “a presença de seus filhos neste desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas”⁸⁵.

Em face desse discurso, o governo pediu ao Congresso Nacional licença para processar o seu autor. No dia 12 de dezembro de 1968, o pedido de licença seria derrotado por 216 votos contra, 141 a favor e doze em branco⁸⁶. A partir daí, o quinto Ato Institucional passou a ser recorrentemente interpretado como uma represália do governo pela derrota imposta pelos deputados, servindo-lhe de justificativa.

Por todo um clima de insatisfação com as medidas autoritárias do regime militar, pelas pressões que recaíam sobre o governo do mal. Costa e Silva — entre elas, as manifestações estudantis durante todo o ano de 1968 — nada mais falso do que acreditar que o AI-5 seria a resposta a uma derrota sofrida pelo governo ditatorial num pedido feito ao Congresso Nacional. Seria, no máximo, um pretexto para uma idéia que, como veremos, já estava anteriormente orquestrada.

Pode-se dizer que a idéia de um quinto Ato Institucional estava nos planos do governo ditatorial desde o dia 27 de janeiro de 1968 — sobretudo nos planos do governo “linha dura”, como eram chamados os militares que desejavam um maior endurecimento por parte do governo “revolucionário”. O Jornal *Correio da Manhã*, em edição deste

⁸⁴ ALVES, 1968 apud VENTURA, Zuenir. **1968: o Ano que não Terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 181.

⁸⁵ Ibid., p. 181.

⁸⁶ VENTURA, Zuenir. **1968: o Ano que não Terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 244.

mesmo dia 27, assinalava que “o governo pode emitir, a qualquer momento, novo Ato Institucional”⁸⁷ e que, para isso, dispositivos militares haviam sido colocados em prontidão. Essa possível edição de um novo Ato Institucional devia-se, nesse momento, entre outras coisas, a pressões contestatórias da Frente Ampla⁸⁸ e do ME, que, desde anos anteriores, tinha como rotina fazer algum tipo de protesto contra as atitudes do regime militar.

Em janeiro de 1968, o que leva os estudantes a protestarem é o problema dos “excedentes” — alunos que, mesmo tendo passado no vestibular, não encontram vagas nas faculdades — que também demonstrarão seu descontentamento com a política educacional do regime militar. Esses protestos também serão vistos no mês seguinte.

2.3.1 A Morte do Estudante Secundarista Édson Luís de Lima Souto — 28 de março de 1968

Em 31 de março, os militares tinham a intenção de comemorarem o quarto aniversário da “Revolução”. Mas, no dia 28, um episódio abala as pretensões do governo militar e marca o início de uma série de protestos estudantis, que culminaria na Passeata dos 100 mil, três meses depois: a morte, aos 18 anos, do estudante secundarista Édson Luís Lima Souto, que seria baleado durante um conflito entre a Polícia Militar do Estado da Guanabara e participantes da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço — FUEC — os quais manifestavam-se contra o aumento de preço da refeição — segundo eles, abusivo — e pela melhoria e conclusão das obras do restaurante.

⁸⁷ “Inquietação”, *Correio da Manhã*, 27 de Janeiro de 1968, *apud* VALLE, Maria Ribeiro. **1968: o Diálogo é a Violência** — Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999, p. 41.

⁸⁸ A Frente Ampla consistia numa articulação política entre os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, mais um ex-simpatizante do golpe civil-militar de 1964, Carlos Lacerda. Este último, desde a prorrogação do mandato do mal. Humberto de Alencar Castelo Branco esboçava retirar seu apoio aos militares, e por isso aproxima-se dos dois ex-presidentes, seus desafetos políticos. Em face de o bipartidarismo ser, na verdade, peças de manobra do regime autoritário, a Frente Ampla apresenta-se como uma oposição real e imediata.

Com a morte do estudante, as relações, que já não eram das melhores, entre a classe estudantil e o governo militar entram em franco desgaste, e o assassinato de Édson Luís será usado pelos estudantes como forma de mostrar às pessoas comuns do que era capaz de fazer o regime ditatorial e, com isso, chamar-lhes a atenção. Entrementes, outro efeito mais significativo terá o assassinato do estudante: aglutinar, fora do ME, forças de resistências contras as atitudes tirânicas do regime militar. Serviu a morte de Édson Luís como marco zero — daquele ano de 1968 — de uma série de protestos em que não só estudantes participariam, mas também intelectuais, artistas, jornalistas, entre outros. Corroborando com essa nossa idéia de que a morte de Édson Luís atrai a opinião pública para o que estava acontecendo com a causa estudantil, Zuenir Ventura afirma⁸⁹:

Pode-se dizer que tudo começou ali — se é que se pode determinar o começo ou fim de algum processo histórico. De qualquer maneira, foi o primeiro incidente que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil. Como cinicamente lembrava a direita, era o cadáver que faltava.

No enterro de Édson Luís compareceram mais de 50 mil pessoas, segundo a professora Maria Ribeiro do Valle⁹⁰. Seria a maior concentração popular depois do golpe civil-militar de 1964. Não eram somente estudantes que compareciam ao cortejo. Conforme relata *O Metropolitano*, órgão oficial da União Metropolitana de Estudantes — a UME⁹¹:

Aquele povo todo, operários, artistas, estudantes, funcionários públicos, mães e representantes de diversas classes, estava ali motivado pelo crime da ditadura. Isso foi, possivelmente, a causa condicionante. Mas não se pode negar que todos estavam ali trazendo a sua revolta contida durante todos aqueles anos, trazendo para fora de si as contradições que apresentam com o sistema vigente, injusto.

A morte de Édson Luís repercute em vários lugares do País, e os estudantes organizam passeatas em vários Estados. Sempre reprimidos pela polícia. Na capital mineira

⁸⁹ Ibid. p. 103.

⁹⁰ Ibid. p. 49.

⁹¹ Enterro, *O Metropolitano*, órgão oficial da UME, nº 7, 1968, p. 6 *apud* VALLE, Maria Ribeiro Ibid p. 49.

— onde Gildo Macedo Lacerda morava desde o ano de 1967 e, nesse ano de 1968 acabara de entrar para a Faculdade de Ciências Econômicas, a FACE, da Universidade Federal de Minas Gerais — “no momento do enterro do estudante no Rio, o centro de Belo Horizonte foi tomado por grande multidão recebida por papel picado do alto dos edifícios”⁹², conforme afirma Margarida Luiza de Matos Vieira.

Gostaríamos de destacar que, por hora, não encontramos nenhum registro oral nem documental apontando a efetiva participação de Gildo Macedo Lacerda nas manifestações pela morte de Édson Luís, tanto no Rio quanto em Belo Horizonte. Entrementes, acreditamos no seu provável envolvimento, uma vez que a FACE era uma das faculdades da capital mineira que mais militantes cediam ao ME e se localizava no centro de Belo Horizonte. Vindo de uma militância muito efetiva no ME secundarista uberabense e sendo Édson Luís também um estudante secundarista, é de se supor que Gildo tenha participado de tal manifestação. Acerca do ME secundarista e universitário no Estado de Minas Gerais e a participação dos estudantes, vejamos novamente Matos Vieira:

Enquanto isso [os protesto que se seguiram a morte de Édson Luís] a movimentação dos [estudantes] secundaristas ampliava-se em todo o estado [de Minas Gerais]. No âmbito universitário o movimento era coordenado pela UNE e pela UEE, principalmente em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberaba, que eram os centros mais populosos e com maior número de estudantes universitários. A União dos Estudantes Secundaristas — UBES — e a União Municipal de Estudantes Secundários — UMES — agitava o movimento secundarista que atingia os mais jovens e mais radicais, preparando vários deles para atuação posterior no movimento universitário. Morto com 18 anos, Édson Luís tornava-se símbolo da necessidade de retomar o esforço de protesto.

2.3.2 A Sexta-feira Sangrenta e a Passeata dos 100 Mil — 21 e 26 de junho de 1968

⁹² VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. 68: Os Estudantes Mineiros e o Desejo de um Novo Mundo. In MARTINS FILHO, João Roberto. **1968 faz Trinta Anos**. São Paulo: Editora da UFSCAR, 1998, p. 86.

Manifestações estudantis contra a ditadura militar sucederam-se em todo o País e com intensidade cada vez maior. No dia 21 de junho, ainda do ano de 1968, no Rio de Janeiro ocorreu uma sucedânea de episódios que viria a ser conhecida como *sexta-feira sangrenta*, na qual a repressão aos estudantes resultou em “23 pessoas baleadas, quatro mortas, inclusive o soldado da PM Nelson de Barros, atingido por um tijolo jogado de um edifício, 35 soldados feridos a pau e pedra, seis intoxicados e quinze espancados pela polícia”, segundo relata o jornalista Zuenir Ventura⁹³.

Se o segundo governo militar reprimia as manifestações estudantis e, com isso, passava uma imagem de que as coisas estavam nos seus devidos lugares, quem acompanhava mais de perto a situação do atual governo via que não era bem isso que acontecia e também compreendia que as pressões sob o governo do mal. Arthur da Costa e Silva não vinham somente das ruas. O alto comando da Revolução, sobretudo os militares linha-dura — como ficaram conhecidos aqueles que almejavam um maior recrudescimento por parte da Presidência da República — em nome da DSN, exigia medidas cada vez mais drásticas. É neste contexto que devemos entender o endurecimento gradativo imposto pelo regime militar e que, conseqüentemente, culminaria na edição do AI-5. Ilustrando esse endurecimento, afirmamos com Ventura⁹⁴: “Durante uma semana, várias cidades pegaram fogo. Em nome do governo, ameaçou-se com estado de sítio, ato institucional, intervenção federal e procedeu-se a ocupação militar do Rio de Janeiro”. Numa demonstração de que nem todos os membros do governo eram regidos pela mesma batuta, o ministro da Justiça, Gama e Silva, baixa uma portaria — a portaria 177 — proibindo qualquer atividade política da Frente Ampla em todo território nacional.

⁹³ Ibid, p. 126.

⁹⁴ Ibid, p. 121.

Diante do exposto, podemos afirmar que os acontecimentos em curso no emblemático ano de 1968 dão conta de sua complexidade e que tentar resumir essa mesma complexidade em apenas um ou outro fato é compactuar com uma análise simplista por demais, desfocada da realidade, que só serve para ratificar interpretações parciais e tendenciosas.

Se depois da tempestade sempre vem a bonança, a calmaria que estava prestes a ser construída teria um sabor amargo para o regime militar, uma vez que culminaria numa das mais importantes manifestações populares contra qualquer regime autoritário a que o País já assistiu. Na quarta-feira, dia 26 de junho de 1968 — ou seja, cinco dias após a sexta-feira sangrenta — o regime militar assistiria ao que ficou conhecido como *Passeata dos 100 Mil*.

Quando pensamos em uma “calmaria construída”, o que temos em mente é a articulação envolvendo autoridades estaduais, federais, estudantes, políticos, artistas, intelectuais, parte do clero, o Governador Negrão de Lima e, claro, a própria população, empenhados em construir um clima que possibilitasse a realização de um protesto — no caso, uma passeata — que, embora não apresentasse palavras de ordem, “foi um marco simbólico da força estudantil”.

Recuperando uma idéia permanente nesse trabalho — a de que os constrangimentos impostos de ambos os lados respeitavam uma lógica e possuíam certa racionalidade —, é preciso pôr em relevo que as passeatas estudantis, os enfrentamentos constantes entre os estudantes e a polícia — seja no Rio de Janeiro ou em outro Estado da federação — representam constrangimentos também impostos à própria ditadura militar, fazendo com que seus itinerários repressivos se deslocassem para outras “praças” país a fora. Fato de

singular expressão, pode ser citada a invasão da Universidade de Brasília — UNB — por forças repressivas. Poerner⁹⁵ assim descreve com especial realismo o episódio:

30 carros da Polícia Civil, duas companhias da Polícia Militar, agentes do DOPS e do Serviço Nacional de Informações, e mais de 12 choques da Polícia do Exército invadiram a universidade de Brasília, arrombando salas de aula, espancando alunos, professores, parlamentares e até um major do exército que lá estudava. Além de prejuízos materiais (...) com a destruição de equipamentos de pesquisa de que o país tanto carece para se desenvolver, o balanço da violência registrou inúmeros feridos, entre os quais o estudante Waldemar Alves da Silva, atingido por uma bala de calibre 45 na cabeça. Era o caso de se perguntar: o que havia na Universidade para justificar a intervenção policial-militar, a operação de guerra contra estudantes e professores? Resposta das autoridades: havia lá cinco estudantes subversivos, entre os quais o líder Honestino Monteiro Guimarães, cuja captura seria imprescindível à segurança nacional. Por estudantes subversivos entenda-se todos aqueles que, estudando a realidade de seu país, procura transformá-la no sentido da democratização.

Na busca pelos “estudantes subversivos”, dentro da UNB, que significavam perigo para a “segurança nacional”, estava clara a tentativa dos órgãos repressivos de limitar as ações do ME fora do eixo Rio-São Paulo, assim como deslocar a atenção da opinião pública para o que vinha acontecendo no Rio de Janeiro, que, em função de ser um centro mais populoso, ganhava mais exposição da mídia. Portanto temos a seguinte situação: os órgãos de repressão do regime militar, deslocando seus itinerários a fim de impedir os deslocamentos dos militantes do ME e, conseqüentemente, dificultar as tramas das redes de sociabilidades dentro do movimento.

2.3.3 Os Confrontos na Rua Maria Antônia — Início de outubro de 1968

Mas os constrangimentos impostos ao ME não vinham apenas dos tradicionais órgãos de repressão da ditadura. Havia uma série de organizações não-oficiais pró-regime militar. E, ao contrário do que acontecia em boa parte do País — onde o enfrentamento era

⁹⁵ POERNER, Artur José. **O Poder Jovem**: a História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 297.

com órgãos oficiais da repressão — serão essas organizações que, em São Paulo, vão opor-se às ações da luta estudantil. Palco dos conflitos entres esses estudantes: a rua Maria Antônia, em princípios de outubro.

Na rua Maria Antônia ficavam as faculdades de Filosofia da Universidade de São Paulo — USP — e a Universidade Mackenzie. Nesta última, havia estudantes que eram adeptos de siglas tais como CCC — Comando de Caça aos Comunistas — FAC — Frente Anticomunista — e Mac — Movimento Anticomunista. Esses estudantes de extrema direita, associados aos da classe média que estudavam nas faculdades do Mackenzie, representavam, segundo jargão esquerdista da época, “a fina flor da burguesia paulista”. Comentando a posição dos estudantes do Mackenzie e os enfrentamentos ocorridos no mês de outubro em São Paulo, Frei Betto⁹⁶ diz:

O Mackenzie traduziu muito bem a posição da fina flor da burguesia paulista à época. Era uma burguesia que começava a desfrutar do milagre econômico da ditadura recém-implantada e que tinha no Mackenzie o reduto ideológico de formação de seus melhores quadros. Devido a proximidade com a Faculdade de Filosofia, houve enfrentamentos diretos, inclusive armados. É preciso ressaltar que só os setores da direita do Mackenzie possuíam armas de fogo, os outros usavam instrumentos defensivos: canivetes de madeira arrancada de construções, pedras e escudos de tampas de carteiras. Além do Mackenzie desfrutar de uma melhor posição topográfica, o que possibilitava mais visibilidade, é importante destacar que eles tinham o apoio do aparelho repressivo: a polícia estava do lado deles. Quando a repressão baixava era sempre em cima dos alunos da Faculdade de Filosofia. Inclusive os jornais da época noticiavam os fatos com posição favorável ao Mackenzie, exceto a Folha da Tarde, então editada por Jorge Miranda Jordão, que manteve uma posição mais crítica até 1969, quando foi ocupada diretamente pela Polícia Federal.

Durante dois dias, os grupos contrários enfrentaram-se com bombas, pedras, rojões, coquetéis molotov e tiros. Desses confrontos, uma nova morte: o estudante secundarista José Guimarães, “que resolvera ajudar a turma da Filosofia”, como aponta José Luís

⁹⁶ BETTO, Frei. Maria Antônia: uma Trincheira de Resistência à Ditadura. In SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. **Maria Antônia: uma Rua na Contramão**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 142.

Sanfelice⁹⁷. É claro que os enfrentamentos na rua Maria Antônia agravaram a situação política no âmbito geral, mas, especificamente, agravou-se mais ainda a situação do ME. Isso porque, dos confrontos entre os estudantes rivais, ficou no ar uma sensação de violência “injustificada” maior do que uma sensação de violência “válida”.

Portanto, essa violência — não-justificada — precisava, ao bom andamento da vida acadêmica de seus participantes, ser contida. Era a senha para que um maior recrudescimento por parte dos órgãos de repressão fosse utilizado. No dizer do estudante José Dirceu, presidente da UEE/SP — entidade que defendia uma maior militarização do ME —, quando relembra os enfrentamentos ocorridos na Maria Antônia: “foi o sinal para o desencadeamento da repressão”⁹⁸.

2.3.4 O XXX Congresso Nacional da UNE — 12 de outubro de 1968

Com tanta agitação nas ruas, com tantos confrontos entre estudantes e militares, com tanta coisa acontecendo ao mesmo tempo no ME, a UNE não conseguia articular o seu XXX Congresso Nacional — que só poderia ocorrer na mais absoluta clandestinidade — e, por isso, a UEE de São Paulo, que se mostrava — ao menos para os padrões do momento — menos fragilizada, foi acionada para realizá-lo. O local escolhido: o sítio Murundu, pertencente ao município de Ibiúna, a setenta quilômetros de São Paulo.

Em tempos tão vigiados, não seria fácil manter na clandestinidade um evento que reuniria mais de 700 delegados e representantes de estudantes oriundos de todo o País. Ainda mais numa cidade tão pequena, onde a menor agitação seria facilmente percebida. O

⁹⁷ SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil**: a UNE na Resistência ao Golpe de 64. São Paulo: Cortez, 1986, p. 148.

⁹⁸ DIRCEU, José. *Apud* VENTURA, Zuenir. **1968: o Ano que não Terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 207.

fato é que na manhã do dia 12 de outubro, a repressão cerca e invade o referido sítio e prende as principais lideranças políticas do ME. Presos, os estudantes foram levados para o presídio Tiradentes em São Paulo, onde fizeram greve de fome, e, depois, enviados para seus Estados de origem⁹⁹, conforme apontado no capítulo I.

Justamente por terem seus principais líderes presos, os estudantes fazem eclodir em todo País manifestações de protestos contra os acontecimentos em Ibiúna, e, então, as greves estudantis passam a ser as armas utilizadas. Verifica-se uma mobilização não só de estudantes, mas também de mães — que tiveram seus filhos presos — e de professores, sendo que se realizava no Rio de Janeiro o I Fórum do Professores Universitários, que decide comemorar o dia do professor — 15 de outubro — em frente ao MEC, deixando claro seu repúdio ao fechamento do Congresso da UNE.

O ME, como tivemos oportunidade de ver, sofreu seus piores reveses desde que os militares chegaram ao poder em abril de 1964. Mas o fechamento do XXX Congresso Nacional da sua entidade principal representou um duro golpe nas suas pretensões de reconduzir o País a uma democracia. Isso porque nada menos que quatro dos seus principais líderes de então foram presos: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luis Travassos e Jean Marc van der Weid. Os três primeiros só foram liberados em setembro de 1969, quando foram enviados ao México, juntamente com outros doze presos políticos, em função de resgate exigido para libertarem o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, seqüestrado dias antes pela Ação de Libertação Nacional — ALN — em uma conjugação de esforços com o Movimento Revolucionário 8 de outubro — MR-8. Já Jean Marc somente saiu da prisão em 1971, quando foi enviado ao Chile, juntamente com 69

⁹⁹ A participação de Gildo Macedo Lacerda no XXX Congresso Nacional da UNE será analisada, em maiores detalhes, no capítulo III desta dissertação.

companheiros, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, seqüestrado em 7 de dezembro pela Vanguarda Popular Revolucionária — VPR — comandada pelo Capitão Carlos Lamarca.

Fizemos todo esse percurso — morte de Édson Luís, a repressão policial-militar que marcou a sexta-feira sangrenta, a passeata dos 100 mil, os confrontos na Rua Maria Antônia, o desmantelado XXX Congresso Nacional da UNE — com o objetivo de mostrar que a edição do AI-5 teve motivações outras daquelas alegadas pelos seus impetrantes. Vimos que em 1968 ocorreu uma série de fatos ligados à luta estudantil que concorrem diretamente para a atitude que fora tomada em 13 de dezembro.

2.4 O Decreto-lei 477 — 26 de fevereiro de 1969

As implicações práticas que tiveram o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, sob a militância política de Gildo Macedo Lacerda serão discutidas mais detalhadamente no capítulo III desta dissertação. Por hora, faremos análises de cunho genérico acerca do contexto que deu origem ao referido Decreto-lei e, com isso, objetivamos demonstrar como seus efeitos acabaram por impor constrangimentos à luta estudantil.

Apesar da ostensiva repressão ao ME desencadeada após a decretação do AI-5, materializada sob a forma de proibição de assembléias em quaisquer locais, proibição de passeatas, invasão a escolas, a UNE continuava em sua luta contra a ditadura, destacando-se um manifesto de repúdio à posse do novo presidente-general — Emílio Garrastazu Médici —, a proposta de greve contra a vinda ao Brasil de Néelson Rockefeller, representante do imperialismo americano, a campanha nacional contra a tortura, o ressurgimento do

jornal da UNE, *O Movimento*, a luta contra o ensino pago e contra as prisões, as torturas e os assassinatos de presos políticos.

A vinda de Rockefeller ao Brasil, entre 16 e 18 de junho de 1969, tinha uma forte conotação política e visava a intensificar a ação política norte-americana em terras tupiniquins. Sobre as ações da UNE e como a repressão policial tratou os estudantes quando da estada de Rockefeller por aqui, Luiz Manfredini¹⁰⁰ afirma:

O enviado de Nixon realizava uma turnê diplomática e de negócios à América Latina e, por onde passava, era recebido com hostilidade maciças, especialmente da parte dos estudantes. No Brasil, a UNE encabeça os protestos com a palavra-de-ordem *Fora Rockefeller*. Prometia colocar os estudantes nas ruas e sacudir o país. O milionário americano chegaria acompanhado por nada menos que 30 agentes de segurança e teria a sua volta fantástico esquema de proteção. Mas a polícia brasileira resolveu trabalhar preventivamente e realizava, nas capitais, rigorosas operações-limpeza nos dias que antecederam à chegada do magnata. Assim, não apenas as organizações revolucionárias, mas todos os pólos de oposição encontravam-se, naqueles dias, sob virtual cerco.

A última diretoria da entidade, diante da impossibilidade de prosseguir trabalhando — sem recursos, clandestinamente, sob o clima de terror que grassava o País — resolveu pela sua autodissolução em julho de 1973¹⁰¹, ocasião em que diretores foram presos, entre os quais o presidente Honestino Guimarães, dado por desaparecido até hoje.

Para combater a resistência do ME à repressão desencadeada pelo AI-5, o governo Costa e Silva baixou o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, definindo infrações disciplinares praticadas por professores, estudantes, funcionários de ensino público ou particular.

Tentava-se aplicar um golpe letal no ME, bem como em qualquer tipo de organização setorial no âmbito escolar. As infrações disciplinares previstas no 477, em seu Artigo 1º, eram:

¹⁰⁰ MANFREDINI, Luiz. **As Moças de Minas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989, p. 58.

¹⁰¹ MIRANDA SOBRINHO, Newton. Presidente da UNE de julho de 1971 a 1973, *apud* SANTOS, Nilton. **História da UNE**, Volume I: depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980, p. 108.

- a) Aliciar ou incitar deflagração de movimento grevista ou dele participar (Art. 1º, item I);
- b) Atentar contra as pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações de qualquer natureza, dentro de estabelecimento de ensino ou fora dele (Art. 1º, item II);
- c) Praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não-autorizados ou deles participar (Art. 1º, item III);
- d) Conduzir, realizar, confeccionar, imprimir, guardar ou distribuir material subversivo (Art. 1º, item IV);
- e) Seqüestrar ou manter em cárcere privado professor, aluno ou funcionário de estabelecimento de ensino (Art. 1º, item V);
- f) Usar dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou prática de atos contrários à moral e à ordem política (Art. 1º, item VI).

Para as infrações contidas no Artigo 1º, as punições seriam:

- a) Demissão ou dispensa e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado, por qualquer outro estabelecimento de ensino, pelo prazo de cinco anos, quando se tratasse de membro do corpo docente ou funcionário;
- b) Desligamento e a proibição de se matricular em qualquer estabelecimento de ensino, pelo prazo de três anos, se se tratasse de aluno. No caso de bolsista, haveria a perda do benefício por um prazo de cinco anos, se brasileiro, e expulsão do território nacional, se estrangeiro.

Os responsáveis pela decretação do 477 — o Presidente Arthur da Costa e Silva, o ministro da Justiça Luiz Antônio da Gama e Silva e o ministro da Educação Tarso Dutra — pretendiam amordaçar toda resistência no âmbito das comunidades escolares, objetivo evidente tanto pela natureza das infrações e das penalidades, como pelos prazos estipulados

para a defesa dos infratores: 48 horas para a defesa, conforme Artigo 3º, e mais 72 horas para o dirigente do estabelecimento proferir a decisão, conforme mesmo Artigo, § 3º e 4º¹⁰².

Há ainda sérios agravantes não-explicitados nesse instrumento para instituir a repressão oficial nos estabelecimentos de ensino, particularmente nas universidades. Na perspectiva dos militares no poder, subversiva era qualquer manifestação ou atitude contrária à ordem instituída pelo Estado com vontade coletiva. Portanto, além das medidas repressivas contidas no Decreto-lei 477, outras punições previstas ou não na legislação militar poderiam recair sobre os infratores, inclusive o enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

Os artífices da repressão — e seus agentes — não se atentaram para o seguinte fato: no máximo se esvazia ou reduz temporariamente os movimentos de oposição, sem, com isso, conseguir eliminá-los totalmente. Prova disso foi a ocorrência do Congresso de Ibiúna, de várias manifestações estudantis em plena vigência do 477, bem como a reorganização do ME em âmbito nacional, culminando em 1979 com o XXXI Congresso da UNE, realizado em Salvador, Bahia.

Todas essas ações coercitivas tomadas pelos órgãos de repressão da ditadura militar com o objetivo de dizimar a militância estudantil repercutiram nas ações políticas de Gildo Macedo Lacerda. A mais significativa delas talvez seja a entrada dele para a clandestinidade em virtude da sua prisão em Ibiúna e, por isso, seu enquadramento nos artigos do Decreto-lei 477.

¹⁰² Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 in <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194943>, acessado em 03/09/2006.

Passemos, então, ao capítulo III, no qual a militância política de Gildo Macedo Lacerda será estudada mais detalhadamente.

3. GILDO MACEDO LACERDA: OS CAMINHOS, AS PESSOAS, AS IDÉIAS

3.1 *Introdução*

Na sua trajetória política de militante de esquerda, pertencente a uma organização revolucionária armada, Gildo Macedo Lacerda (1948/1973) trilhou **caminhos e itinerários**, estabeleceu e sustentou contatos em uma **rede de sociabilidades** e compartilhou idéias de uma **geração**. Esses caminhos percorridos, essas pessoas que compunham as redes de sociabilidades e as idéias com as quais compactuava refletiam sua forma de interpretar os acontecimentos ao seu redor, seu amadurecimento militante e, sobretudo, suas escolhas políticas. Por forças conjunturais, essas escolhas eram escassas, dependendo dos movimentos dos órgãos de repressão. Mas isso não impedia que elas existissem, uma vez que esses militantes, atores políticos, participantes incontestes dessas conjunturas históricas, construindo e desconstruindo seus cenários de atuação, contornavam os limites impostos pelos órgãos de repressão e exerciam as suas atividades militantes.

O que se pretende, primeiramente, neste capítulo, é detalhar o itinerário político e geográfico de Gildo Macedo Lacerda, contextualizando essas escolhas de caminhos com seus ideais políticos e mostrando uma lógica nessas escolhas. Partimos da concepção de que esses itinerários e percursos não se davam aleatoriamente. Davam-se, isso sim, segundo critérios bastante claros e definidos dentro da concepção política que esses militantes tinham.

Ainda é motivo de reflexão, neste momento, decifrar as estruturas de sociabilidades sustentadas por Gildo Macedo Lacerda e suas conexões com sua prática militante. Também

essas redes de sociabilidades não se davam desgarradas de uma objetivação e de intenções preestabelecidas segundo as possibilidades conjunturais do momento.

É nossa intenção, também, debruçarmos os olhos sobre os encontros e desencontros de uma geração de pessoas, que nutriam expectativas e mantinham aproximações ideológicas. Compreendemos aqui que o conceito de geração vai além da categoria-chave *idade*. Verificamos, ao longo de nosso estudo sobre a militância política de Gildo Macedo Lacerda, que, para a construção e sustentabilidade de uma geração, o eixo condutor valorizado é muito mais ideológico do que a mera cronologia de nascimentos, o que faz com que um militante de vinte e poucos anos, como era o caso de Gildo Macedo Lacerda, pudesse ser inserido na mesma geração de um militante com mais de cinquenta, como era o caso de Paulo Stuart Wright, membro da direção nacional da Ação Popular — AP — nos anos 70.

Faremos ainda, neste capítulo, uma discussão sobre o soerguimento da nova biografia como forma de escrita da história, uma vez que, na última parte deste, adotamos esse estilo ao biografar a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda.

Para o uso de tais chaves de compreensão — *itinerários, rede de sociabilidades e geração* — adotamos o trabalho de Jean-François Sirinelli¹⁰³ sobre os intelectuais como corrimão epistemológico. Da forma como concebemos este trabalho, consideramos os militantes de esquerda, engajados nos seus respectivos grupos, como possuidores de traços peculiares à redes formadas por intelectuais. Esses militantes e suas organizações divulgaram idéias, compactuaram solidariedades, redigiram documentos, tiveram uma

¹⁰³ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 246.

atuação na produção de pressupostos políticos, enfim, interpretaram a realidade brasileira e, por força disso, adotaram comportamentos que pressupunham uma elaboração teórica.

Feitas essas considerações de cunho introdutório, passemos, agora, às análises mais específicas. Começaremos por discorrer sobre os itinerários políticos percorridos por Gildo Macedo Lacerda.

De sua cidade natal Ituiutaba — em Minas Gerais — até Recife — em Pernambuco — onde seria assassinado pela ditadura militar, Gildo Macedo Lacerda e seus companheiros de militância percorreram muitos caminhos. Para que tenhamos, logo no início de nossas análises, uma visão macroscópica desses itinerários, reproduziremos as partes mais significativas de um documento da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, redigido pela Delegacia de Segurança Social, encontrado no Arquivo Público do Recife¹⁰⁴, que traz a qualificação e os antecedentes de Gildo Macedo Lacerda. Nele, podemos perceber o quão ecléticos eram esses itinerários, mas o quão coesos eram os objetivos:

- Agosto de 68, preso em **Paracatu/MG**, quando se dirigia para Brasília, a fim de participar do Congresso da União nacional dos Estudantes.
- 12 de Outubro de 68, participou do XXX Congresso da UNE, **Ibiúna/SP**, onde foi preso.
- Em 1968 foi primeiro vice-presidente da chapa “Pro-posição” que concorreu às eleições do **DCE/UFMG** para o período 68/69.
- Em 1970, foi integrante da “Comissão regional Estudantil” da APML na **Guanabara**.
- Foi ao **Rio Grande do Sul**, a fim de lançar a campanha do “voto nulo”, como representante clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE).
- Foi um dos participantes da formação da “Liga da Juventude Comunista” de **Juiz de Fora/MG**.
- Assumiu a chefia do Comitê Regional da APML na **Bahia**.¹⁰⁵

¹⁰⁴ O referido documento pertence ao processo jurídico impetrado por Mariluce Moura, viúva de Gildo Macedo Lacerda, à época do reconhecimento do Estado pelas mortes desses militantes (lei 9.140 de 04.12.95), uma vez que o ônus da prova coube às respectivas famílias.

¹⁰⁵ Os grifos são nossos.

O que aqui buscamos e sustentamos é que a decodificação desse mapa de interesses e o engajamento de um militante e sua participação num grupo de esquerda armada, a partir da observação e análise dos itinerários percorridos, alcançam uma dimensão política desse militante — e de seus objetivos — na qual as forças de tensão tornam-se mais claras e elucidativas.

Dito de outra forma: a compreensão dos motivos que levam um militante de esquerda, às vezes em situação de clandestinidade, a percorrer esse e não aquele caminho, entrar em contato com essa e não com aquela pessoa, adotar essa e não aquela idéia revelamos seus mecanismos de ação, revela os mecanismos de ação da organização a que pertence e, sobretudo, revela os mecanismos de ação do seu oposto, que aqui, neste estudo, atende pelo nome de órgãos de repressão da ditadura militar. Esses órgãos, dos quais se sobressaem os Destacamentos de Operações e Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) — os famigerados DOI-CODI — evidentemente não existiam por força própria, mas, antes, estavam inseridos num contexto maior: a ditadura civil/militar, implementada por força de um golpe/civil militar¹⁰⁶, em abril de 1964.

Mas para que essas trajetórias, de fato, possam trazer luz sobre as escolhas desses sujeitos, concordamos com a condição imposta pelo professor Jean-François Sirinelli¹⁰⁷, quando se refere às trajetórias dos intelectuais:

A de não limitarmos [nossas investigações sobre] às trajetórias apenas dos grandes intelectuais e de descermos até o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram, e até a camada, ainda mais escondida, dos despertadores que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com seu papel real, representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo, às vezes, política.

¹⁰⁶ Preferimos essa denominação, juntamente com René Dreifuss, por aceitamos a idéia de que importantes forças civis estavam aglutinadas em torno dos militares quando se deflagraram as ações que culminaram com a deposição do presidente João Goulart, em 31 de março de 1964.

¹⁰⁷ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 246.

Podemos afirmar que, durante boa parte de sua trajetória política, Gildo ocupou cargos “intermediários” dentro das organizações a que pertenceu. Mas esse engajamento intermediário tinha sua importância no cômputo geral das ações revolucionárias, uma vez que sustentava decisões tomadas pelos militantes de primeira linha. É preciso salientar que quando Gildo chega a ser vice-presidente da última gestão da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1969, na presidência de Honestino Guimarães, o Movimento Estudantil (ME) já estava trilhando um itinerário político “secundário”, uma vez que a repressão sobre ele era intensa, levando-o a uma dificuldade de articulação sem precedentes. O que não obscurece sua atuação, evidentemente, mas nos impõe a obrigação de reconhecer seu real papel dentro da luta contra a ditadura na conjuntura do momento.

Nem sempre, vale destacar, as trajetórias e os itinerários percorridos por sujeitos históricos são lineares e retilíneos, demonstrando um engajamento político claro e definido desde seu início. Por vezes, os percursos são marcados pela fragmentação, o que exige, ao entrar em contato com esses percursos, a necessidade de interpretá-los segundo uma lógica que dê conta dos diversos matizes que se apresentam na sua configuração. Mas o cuidado aqui deve ser imenso. Sobretudo com as análises globais. Devido a uma extensa possibilidade de situações vividas durante o decorrer de um percurso, tentaremos evitar explicações generalizantes, o que não nos impede de buscar os aspectos consensuais que, num determinado período, atraíram os militantes.

Ainda sobre os sentidos e as possibilidades de mobilidade dos militantes de esquerda na conjuntura do arrocho impetrado pelos órgãos de repressão, um outro dado que se sobressai são os deslocamentos feitos a partir do entendimento desses militantes aos acontecimentos que os rodeavam. Havia uma análise valorativa desse ou daquele lugar.

Maria Aparecida Macedo Lacerda¹⁰⁸, irmã mais nova de Gildo Macedo Lacerda, afirma: “Ir [de Uberaba] para Belo Horizonte não foi uma decisão tomada somente pelo padrinho Gildo¹⁰⁹. Tenho certeza que o pessoal da AP teve responsabilidade nisso. Afinal de contas, eles eram quase todos de lá. Não fazia sentido ir para outro lugar (informação verbal)”.

Quando questionada se a escolha de Gildo Macedo Lacerda pelo curso de Economia também atendia a critérios políticos, uma vez que a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG era um importante reduto da AP, Maria Aparecida não soube responder. No entanto, podemos supor que não só preferências pessoais estavam em jogo. Corroborando sobre o que discorremos, Pierre Bourdieu¹¹⁰ diz:

Os sentidos dos movimentos que conduzem [os indivíduos] de uma posição a outra (...) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.

Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais e Faculdade de Ciências Econômicas estavam, naquela hora, dentro das possibilidades de deslocamentos de Gildo Macedo Lacerda. Também estavam disponíveis no leque de opções da AP. Confluíram, nessa hora, portanto, os juízos de valor do que seria mais importante, tanto para o indivíduo quanto para o grupo, como também mais importante para a causa em que militavam. Waldo Silva¹¹¹, militante da AP e adepto da luta armada nos anos 60/70, que afirma ter buscado

¹⁰⁸ Conforme depoimento ao a/a. Julho de 2004.

¹⁰⁹ *Padrinho Gildo* é a forma como a entrevistada refere-se, em boa parte das entrevistas, ao irmão, Gildo Macedo Lacerda.

¹¹⁰ BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 6ª edição, 2005, p. 190.

¹¹¹ Conforme depoimento ao a/a. Setembro de 2004.

Gildo Macedo Lacerda em Uberaba, quando da sua transferência para a capital mineira, relembra assim o episódio:

A Alda Marcantonio¹¹² havia me falado de um garoto muito bom de teoria marxista, ligado à Juventude Estudantil Católica [JEC], e que seria bom a gente dar uma olhada nele. Fui a Uberaba buscar o Gildo e pressenti que daria um bom quadro dentro da AP. O movimento [estudantil] de Uberaba estava envolvido numa greve estudantis e ele havia sido importante nas articulações. Era o tipo de cara que daria futuro. Fizemos umas reuniões e acertamos que ele viria para Belo Horizonte (informação verbal).

Fica patente nesse depoimento que os sentidos das trajetórias transcendem as decisões particulares, alcançando dimensões que envolviam determinações coletivas. Esclarece também como essas pessoas tornavam-se quadros efetivos dessa ou daquela organização política: se por um lado havia os militantes que queriam fazer parte das organizações, por outro, estas também cobiçavam esse ou aquele promissor quadro político, a ponto de se deslocar, geograficamente, até eles.

Queremos dar um outro exemplo de como as análises valorativas influíam no deslocar dos militantes de esquerda. No entanto, não citaremos aqui mais um itinerário percorrido, e sim um que, ao contrário, não se concretizou.

Até o momento, demos exemplos do início da militância política de Gildo Macedo Lacerda e de como se configuram suas lutas contra o regime militar. Daremos, agora, um exemplo que enquadra Gildo e sua militância nos seus anos derradeiros. Estamo-nos referindo à não-adesão dele ao exílio, opção bastante utilizada naqueles tempos. Os motivos que levaram Gildo e outros militantes da AP¹¹³ a não utilizarem esse percurso são os

¹¹² Ativa participante do ME uberabense e presidente do DCE de Uberaba em 1967.

¹¹³ Na AP, são conhecidas as posições de José Carlos Novaes Mata Machado e Paulo Stuart Wrigth, que preferiram não sair do país. Mas, talvez, o caso mais emblemático seja o de Carlos Lamarca, militante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

mesmos que os levaram, em outros momentos, a utilizarem análises de valor político das conjunturas que cercavam os militantes no andamento da luta armada.

Pesava sobre os ombros de Gildo Macedo Lacerda o incômodo de ter que abandonar a luta contra a ditadura num momento — meados de 1973 — em que a maioria dos companheiros ou estavam mortos ou estavam presos e, assim sendo, eram barbaramente torturados. Representava, na verdade, o caminho do exílio enfraquecer a já fragilíssima luta de oposição ao regime ditatorial, utilizando um instrumento muito identificado, com uma posição tida nas organizações, como egoísta e pequeno-burguesa, que é o abandono da causa revolucionária. Embora utilizada em grande escala, o exílio era visto, principalmente pela esquerda mais radical, como uma falha de caráter. Dito de outro modo: o exílio, numa dada altura das análises políticas daqueles que pretendiam fazer a revolução, foi estigmatizado como um itinerário anti-revolucionário, portanto, não “percorrível”.

Alduísio Moreira de Souza¹¹⁴, amigo de Gildo dos tempos de Uberaba, também militante do ME Uberabense e que, inclusive, chegou a ser preso em 1969 pelo Centro de Informação da Marinha, CENIMAR, quando perguntado sobre os motivos que levaram Gildo Macedo Lacerda a não adotar o itinerário do exílio, diz:

Ele optou por ficar no país porque sabia que assim poderia ajudar mais militantes. Como tinha contatos fora do país, sobretudo com os franceses¹¹⁵, ele articulava a saída do pessoal que estava na cadeia. Funcionava assim: quem não estava preso, fazia contatos com a família de quem tava; a família, por sua vez, pressionava as autoridades e tentava libertar a pessoa. Quando ele era libertado, era mandado para o exterior. Gildo fez isso pra muita gente, inclusive para mim (informação verbal).

¹¹⁴ Conforme depoimento ao a/a. Julho de 2004.

¹¹⁵ Gildo Macedo Lacerda, desde a adolescência, correspondia-se (em francês), por cartas, com vários amigos franceses.

Quando questionado sobre os motivos que levavam Gildo Macedo Lacerda a agir dessa forma, Alduízio, de chofre, responde: “Seu compromisso político com a militância e culpa que isso traria depois”.

Paralelamente ao percurso desses itinerários, o exercício da militância política, muitas vezes clandestina, exige a construção e sustentação de uma rede de sociabilidades, vital para a mobilidade dos quadros de uma organização de esquerda. Vital também para a ocupação, por parte dessas organizações, de espaços — urbanos ou não — e, sobretudo, importantíssima para oferecer resistência a uma outra rede igualmente montada: a rede de sociabilidades dos órgãos de repressão.

É pertencente a uma rede de sociabilidades, na qual a militância coletiva é mais significativa e eficaz que a militância individual, que este trabalho compreende a importância de Gildo Macedo Lacerda. Seu peso histórico, ao nosso ver, está nas ações empreendidas e articuladas no contexto da sua rede de sociabilidades. Isso não invalida sua subjetividade nem faz de Gildo Macedo Lacerda um militante desprovido de individualidades e de convicções políticas pessoais. Colocá-lo inserido numa trama de pessoas não apaga suas marcas pessoais, mas, ao contrário, dá um sentido de pertinência a elas, configurando-as no contexto a que pertencem. Pretende-se, aqui, abandonar os heroísmos e os voluntarismos cegos, que, muitas vezes, dão a tônica de trabalhos similares a este.¹¹⁶

¹¹⁶ Após a anistia, em 1979, com a volta de militantes exilados, há uma efervescência editorial no sentido de recuperar a memória dessa militância. No entanto, o tom pessoal e voluntarista e, em alguns casos, o tom heróico marcam essa literatura.

Vamos, desde logo, conceituar, novamente, a partir do trabalho de Jean-François Sirinelli¹¹⁷, rede de sociabilidades: ambientes onde seus integrantes fomentam discussões teóricas, trocam experiências, debatem o tempo e a realidade em que se inserem e, sobretudo, trocam “solidariedades”, que constituem muitas vezes a base dessas redes. Esses ambientes constituem-se, ao menos para os mais próximos, num mundo de regras próprias, no qual laços se atam, sejam por afinidades intelectuais, sejam por afetividades. Determinar onde começa uma e termina a outra parece ser uma missão impossível e desnecessária, uma vez que a tensão entre ambas é o que merece destaque.

À guisa de exemplificação, e na tentativa de ampliar o arco de compreensão sobre as tensões entre os laços afetivos/intelectuais presentes na composição das redes sociais e das gerações, seria oportuno uma reflexão sobre o instrumento que expressava as convergências (ou divergência) de idéias dos membros dessas redes, que eram os documentos-base redigidos pelas organizações de esquerda.

No caso da AP, o primeiro documento-base data de fevereiro de 1963, quando, em Salvador, os militantes, na maioria oriundos da Juventude Universitária Católica — JUC — formalizaram sua existência e aprovaram o referido documento. Nele, vemos seus militantes claramente optarem pelo socialismo, conseguindo, dessa forma, uma atitude aglutinadora, uma vez que, devido à análise da conjuntura política, amplamente influenciada pela Revolução Cubana de 1959, essa era a intenção da militância. Vejamos o seguinte trecho desse documento¹¹⁸:

¹¹⁷ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

¹¹⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). **Imagens da Revolução — Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos Anos 1961-1971**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 53.

A realidade brasileira e a de todos os países subdesenvolvidos evidenciam estruturas de exploração tais que marginalizam grande parte da população mundial numa situação de atraso total relativamente ao processo de socialização. Diante disso, a integração do mundo subdesenvolvido no processo histórico, fez-se adotar o processo permanente de eliminação das relações de dominação e integrar a corrente socialista que está transformando o mundo na atualidade. Esta opção nos integra na luta contra o capitalismo internacional, guardando uma atitude crítica em relação às experiências socialistas em realização. Leva, por exemplo, ao apoio à luta do povo cubano na construção de sua sociedade socialista.

Os debates travados no seio das redes sociais ficam evidentes quando percebemos que as opções dos grupos dependem da tomada de postura em relação a esses próprios debates. Entrementes, as aproximações e os distanciamentos dos membros dessas redes de sociabilidades eram expressos com bastante evidência na confissão de intenções que eram, na realidade, a essência desses documentos, e que, longe de terem uma aceitação unânime, geravam muitas discussões. As sucessivas rupturas políticas, fenômeno recorrente entre as organizações de esquerda, podem ser interpretadas dessa forma. Um exemplo de como as escolhas efetuadas e confessadas pelos documentos-base levavam, incondicionalmente, à tomada de decisão pode ser percebido num outro trecho do citado documento-base da AP¹¹⁹.

A AP opta basicamente por uma política de preparação revolucionária, consistindo num mobilização do povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. *Fortalecendo progressivamente seus quadros, a AP desempenhará cada vez mais o papel de promover e orientar cada mobilização, apoiando-a em intervenções diretas e pela atuação coordenada de seus militantes dentro de estruturas atuais de poder. Ela se propõe à tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade*¹²⁰.

Podemos afirmar, por tudo que acima foi colocado, que um documento-base de uma organização de esquerda de um partido, por sua própria natureza, constitui uma estrutura importante de aglutinação social, pelas fidelidades que arrebanha e pela influência que

¹¹⁹ Op. Cit. p. 60.

¹²⁰ Grifo nosso.

exerce. E, por sua vez, as tensões discordantes em relação às idéias veiculadas nesses documentos podem, também, ser causas de desagregações na teia social pelas posições tomadas, pelos debates suscitados, e pelas cisões advindas. Um documento-base de uma organização clandestina de esquerda é um espaço e um momento de fermentação intelectual, nos quais se sugerem relações afetivas/intelectuais, que são determinantes para a coesão, ou não, das estruturas de sociabilidades.

Uma característica ganha bastante relevo ao tratarmos dessas tenções no seio das sociabilidades de um grupo de militantes de esquerda armada: é um ambiente estigmatizado pela clarividência, pela racionalidade e pelo domínio das paixões subjetivas; logo, marcado pela necessidade de negar impulsos de ordens afetivas.

Vale problematizar: quantas adesões ou desistências a essa ou àquela rede de sociabilidades deram-se por convicções políticas ou por determinações afetivas? Waldo Silva¹²¹, militante da AP e do ME de Belo Horizonte nos anos 60 e, hoje, ligado ao PC do B, refere-se assim aos seus companheiros de militância política:

Conheci e convivi com as pessoas mais interessantes, mais justas, mais capazes que o mundo já produziu. Tive a oportunidade de militar com verdadeiros companheiros de luta, fator que hoje sou muito grato. Era uma turma que sabia repartir, não-egoísta e que compartilhava um verdadeiro projeto de vida. Por isso, não pedi um tostão de indenização, uma vez que sabíamos o que estávamos fazendo.

Note-se que dos adjetivos usados pelo depoente para enaltecer sua geração e sua rede de sociabilidades, não constam valores eminentemente políticos. A descrição tem sustentação em argumentos afetivos.

Na tentativa de fazer a revolução, Gildo Macedo Lacerda então é obrigado a percorrer esses itinerários políticos e é confrontado com a idéia de montar, sustentar e

¹²¹ SILVA, Waldo. Conforme depoimento ao a/a. Setembro de 2004.

participar de uma rede de sociabilidades, com objetivos revolucionários explícitos. Tudo isso leva, obrigatoriamente, ele e outros militantes a entrarem em contato com um grupo de pessoas unidas em torno de idéias comuns. Estamos nos referindo à terceira chave de compreensão usada por nós neste trabalho: o conceito de geração. Segundo Sirinelli¹²², as gerações podem ser interpretadas por pressupostos intelectuais, que moldavam e davam sentido à união de pessoas com pensamentos afins. Uma geração, portanto, compartilha pressupostos intelectuais, anseios, valores éticos, e é em torno desses valores, idéias e anseios que travavam suas epopéias.

Um elemento que muito chama atenção quando se analisa essa geração de militantes de esquerda, conhecida como geração 60, é a crença exacerbada que nutria seus integrantes de que lhes estava reservado, pela “história”, pela obrigação da “libertação dos povos oprimidos”, pelos “companheiros que padeciam nos cárceres”, um conjunto de ações a serem implementadas de forma quase que obrigatória.

Constituem essas idéias os mitos fundadores e os eventos unificantes, que tinham por finalidade aproximar e manter unidas pessoas que, muitas vezes, tinham histórias de vida completamente diversas, em torno de propósitos e idéias comuns. Talvez era em torno dessas idéias fundadoras que a geração 60 encontrava motivos para levar adiante uma guerra tão desigual.

A fim de situar melhor o que se pretende abordar neste momento, leiamos Maria Lúcia Resende Garcia¹²³, militante da AP, em Belo Horizonte, nos idos dos anos 60, num trabalho seu dedicado a reconstruir os anseios de sua geração:

¹²² SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

¹²³ GARCIA, Maria Lúcia Resende. **Geração 60, geração esperança**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 2003, p. 100/101.

A geração 60 ainda mantém viva a chama da esperança. Lutou contra a tortura, a favor da anistia, lutou pelas Diretas Já, participou da Assembléia Nacional Constituinte, inaugurando um novo tempo no Brasil. Deu ao país uma Constituição moderna em 1988, avançada e, principalmente, mantendo a garantia dos direitos democráticos, embora ainda há muito que se fazer para concretizá-los. A geração 60 hoje, na faixa dos 50, 60 anos, envelhece jovem e permanece na luta. De alguma forma consegue manter sua indignação diante da atual conjuntura brasileira. Qualquer jovem dessa geração [de hoje], de esquerda ou direita, sofreu forte influência daquele tempo.

Vejamos algumas interessantes características das gerações esboçadas nessa citação: uma geração organiza-se em torno de algo que paira sobre a linha tempo. Algo, que poderíamos dizer, atemporal (*A geração 60 ainda mantém viva a chama da esperança*). Para que se justificasse a existência de uma geração, suas idéias devem ser travadas no campo da realidade concreta (*tortura, anistia, Diretas Já, Assembléia Nacional Constituinte*). Uma geração deixa sempre um legado e uma história por fazer (*deu ao país uma Constituição moderna em 1988, avançada e, principalmente, mantendo a garantia dos direitos democráticos, embora ainda há muito que se fazer para concretizá-los*). Mas necessário faz-se observar que, para que não passe de apenas um amontoado de pessoas, as idéias reverberadas por uma geração são idéias encontradas no imaginário coletivo de gerações sucessivas (*qualquer jovem dessa geração [de hoje], de esquerda ou direita, sofreu forte influência daquele tempo*). Essa última característica talvez ajude a explicar porque, de tempos em tempos, gerações atuais inspirem-se nas gerações passadas. Não foram poucas as análises que seguiram essa interpretação para explicar a “geração” carapintada à época do impedimento do mandato do presidente Collor.

A análise demonstra o fato de que as gerações sempre deixam um legado para as gerações futuras, como, aliás, é bem pertinente às suas funções. Dito isso, é chegado o momento de levantarmos as origens do legado deixado para a geração 60, na qual estavam Gildo Macedo Lacerda e seus companheiros. É hora de nos perguntarmos: de onde vieram

os acontecimentos fundadores que foram herdados pelos grupos de esquerda armada no Brasil nos idos dos anos 60? Dois acontecimentos aparecem como fundamentais: o golpe civil-militar de abril de 64 e a não-resistência oferecida a ele por parte daquele que deveria ser o opositor natural: o Partido Comunista Brasileiro, o PCB.

O golpe civil-militar de abril de 1964, por tentar cessar todos os movimentos sociais que vinham sendo gestados pelo país afora, coloca em linha pessoas com perfis políticos diferentes: intelectuais, militantes de organizações de esquerda, estudantes, políticos profissionais, entre outros. Faz aflorar o golpe civil-militar, nestes perfis tão divergentes, uma idéia convergente que era, naturalmente, derrubar a ditadura implementada, ou oferecer-lhe o máximo de resistência. Para tanto, formaram, essas pessoas, grupos guerrilheiros. É claro que esses grupos não concordavam com as formas de luta um do outro. Senão, claro, as dissidências não seriam tantas. No entanto, convergiam em algumas idéias. Nesta linha de raciocínio, vejamos o que diz Denise Rollemberg¹²⁴:

Todas [as organizações de esquerda] faziam sérias críticas à linha e prática adotadas pelo PCB nos últimos anos. A análise do Partido acerca da realidade brasileira era equivocada e levou a um posicionamento igualmente errado na luta política. De uma forma ou de outra, as organizações recuperavam a necessidade do enfrentamento armado que a esquerda brasileira havia abandonado. Negavam também o papel revolucionário da burguesia brasileira que levava à prática de alianças defendida pelo antigo partido, seguindo, por sua vez, as recomendações da Internacional Comunista de formação de frentes populares.

Afirmamos anteriormente que, no processo de adesão de um indivíduo a uma geração, contam mais princípios ideológicos do que alinhamento de idade. Dito de outra maneira: o que torna um indivíduo pertencente a esta ou àquela geração é a convergência de idéias, valores, princípios éticos que mantém com os outros membros dessa mesma

¹²⁴ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano** — volume 4 — O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 57/58.

geração, muito mais do que ter idades aproximadas. É claro que este trabalho não pretende desmerecer as afinidades e aproximações advindas dessa proximidade de idade entre os sujeitos, mas delimitar apenas este critério como responsável por unir pessoas é demasiadamente ingênuo.

Outrossim, se são instrumentos ideológicos que aproximam os membros de uma geração, um outro fator desnuda-se às nossas análises quando temos em mente a geração de militantes de esquerda armada durante os anos de chumbo da ditadura militar: a mesclagem de militantes experientes com militantes mais novos. Ao mesmo tempo que essa mistura levava à transmissão de valores uns aos outros, a militância, sendo uma atividade que requer preparo intelectual, necessitava, também, de quadros com disposição física. Isso fica patente quando analisamos o fato de que a AP, e também outras organizações, contava com a juventude militante de Gildo Macedo Lacerda, José Carlos Novaes Mata Machado, Honestino Guimarães, todos na casa dos 20 anos, mas também dispunha da experiência de engajamento de Paulo Stuart, Jair Ferreira de Sá, que já estavam na casa dos 40/50 anos.

Para uma melhor compreensão dos fatos, é o momento de destacarmos uma característica singular das redes de sociabilidades mantidas e dos itinerários percorridos por um militante de esquerda armada, sobretudo a partir do advento da clandestinidade. No caso de Gildo, ela vem após a aplicação do decreto 477¹²⁵, que o impediu de continuar sua militância na Universidade Federal de Minas Gerais, onde freqüentava, desde 1968, o curso de Economia, uma vez que os afetados pelo citado decreto foram impedidos de freqüentar seus cursos acadêmicos.

Estamo-nos referindo à necessidade constante de permeabilidade entre os estágios de visibilidade e invisibilidade. Para funcionar bem, uma rede social mantida por um

¹²⁵ Para maiores detalhes, favor consultar capítulo II dessa dissertação.

militante de esquerda, clandestino ou não, deve ser, a rigor, invisível. Não pode ser vista a olho nu. Seus contatos não podem estar disponíveis numa caderneta de endereços. O ideal mesmo é que nem todos que compõem essa rede de sociabilidades se conheçam. Decorre disso o fato de que nem seus nomes verdadeiros, nem os endereços de seus aparelhos eram conhecidos. Observe-se que todos os “pontos”, encontros entre os militantes, davam-se na rua. Numa sessão de tortura, quanto mais invisível o torturado mantiver seus contatos, pior para o torturador — que não penetra no mundo invisível daquele e, conseqüentemente, não amplia sua compreensão sobre seus planos, suas idéias, suas redes de sociabilidades — e melhor para a segurança de sua organização — que não perde mais militantes para as forças da repressão.

Uma das maneiras mais comuns encontradas pelos militantes para tornarem-se invisíveis era a adoção de nomes falsos. Duas categorias compunham esses nomes fictícios: os codinomes usados pelos militantes para atuarem dentro do grupo e em ações revolucionárias; e os nomes falsos, mas que eram também nomes “quentes” — nomes que eram, normalmente, legitimados por documentos falsos. Referimo-nos, por exemplo, à situação de Gildo Macedo Lacerda em Salvador (1972/1973), quando consegue tirar documentos com um nome falso, passando-se a ser Cássio de Oliveira Alves, nome que está grafado na sua certidão de casamento¹²⁶. Assume, assim, o militante uma dupla identidade: a do militante, engajado numa luta política solitária, e a do sujeito comum que levava uma vida comum, trabalhando numa ocupação igualmente comum. É como se por debaixo da roupa de homem comum escondesse o uniforme de militante. Nesses casos,

¹²⁶ Para o nome, consultar DUARTE, Betinho. **Rua Viva**. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2004, p. 260. Para a certidão, MOURA, Mariluce, conforme depoimento ao a/a. Setembro de 2004.

observamos que a capacidade de mobilidade desses militantes ganhava um importante trunfo: a capacidade de aliar duas personalidades.

Se os militantes que fazem parte de um grupo devem ser invisíveis um para o outro, os caminhos percorridos também. Ao contrário do que fazem os cartógrafos, que detalham, por intermédio de seus mapas, como as pessoas devem fazer para chegar a um determinado lugar sem se perderem e, por conta disso, deixam rastros, os militantes de uma organização clandestina de esquerda fazem de tudo para que seus passos não possam ser seguidos. Seu desafio maior é pisar na areia fofa e não a marcar. Para isso, a condição de invisibilidade nos deslocamentos pelos espaços urbanos demonstra ser imperativa. De novo, o controle da informação, vital no caso das redes de sociabilidades, é condição singular para o livre acesso aos itinerários obrigatoriamente necessários ao bom andamento da revolução. Corroborando o que acabamos de dizer, Clotilde Ayer, amiga de Gildo dos tempos de Belo Horizonte e também pertencente aos quadros da AP mineira, relata-nos a seguinte passagem¹²⁷:

Estávamos eu, Ronald Rocha e outros que agora não lembro, na praia de Copacabana, num sábado à noite, tomando umas cervejas. Devia ser [o ano de] 70 ou 71 quando, de repente, avistei o Gildo, andando pela praia. Sai correndo, dei um pulo enorme na sua frente e gritei: — Gildo, é a Clodilte. Ele ficou tão pálido e me disse: — A senhora deve estar se confundindo, meu nome não é Gildo e eu não a conheço. Deixe-me ir embora. Deu uma piscada de olhos para mim e se foi. Nunca mais o vi (informação verbal).

Indagada se não poderia ter, de fato, se confundido, ela responde: “É claro que não. O problema é que ele não podia aparecer por conta das perseguições impostas pela ditadura. E, sobretudo, para não me por numa situação de risco”.

Entrementes, se por um lado manter-se totalmente invisível era uma necessidade urgente de sobrevivência, por outro significava um certo aprisionamento para indivíduos

¹²⁷ Conforme depoimento ao a/a. Setembro de 2004

que viviam única e exclusivamente por conta de desencadear uma revolução. Isso porque suas invisibilidades os afastavam das classes que poderiam pôr a revolução em marcha, como a classe operária e o campesinato. E esse distanciamento possivelmente colaborou com uma não-identificação das idéias revolucionárias com o povo, elemento central em qualquer modelo de revolução.

Vários autores, ao fazerem uma discussão sobre o insucesso da luta armada no Brasil, apontam para essa não-identificação como letal para as pretensões da luta armada. Jacob Gorender¹²⁸ é um deles:

Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder de Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das forças armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados. *Em condições desfavoráveis, cada vez mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas*¹²⁹, a esquerda radical não podia deixar de adotar a concepção da violência incondicionada para justificar a luta armada imediata.

Percebemos, sobretudo a partir de 68, em que a clandestinidade obrigava a invisibilidade daqueles que iriam fazer a luta armada, o quão caro custou essa invisibilidade, pois levou a interpretações distorcidas da realidade por parte das organizações, fruto justamente dos distanciamentos com o momento histórico. Deslocando-se de um aparelho a outro, encontrando-se fugidamente com seus companheiros de militância, mantendo uma tênue teia de contato com amigos e familiares, isso tudo resultou num mundo para os militantes, invisível, desconectado do mundo dos homens reais, visível.

Daniel Aarão Reis Filho¹³⁰, comentando os “desencontros” da revolução brasileira na sua obra *A Revolução Falta ao Encontro*, também aponta para uma falta de

¹²⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo; Ática, 4ª edição, 1990, p. 249.

¹²⁹ Grifo nosso.

¹³⁰ REIS FILHO. Daniel Aarão. 1990, passim

sensibilidade por parte das teorias elaboradas pelos militantes ao tentarem interpretar as contradições do cotidiano vivido pelas pessoas. É como se para o militante revolucionário as interpretações estivessem prontas, dadas pelos mitos fundadores dos processos históricos: “a revolução socialista, historicamente inevitável; a missão retentora do proletariado, a imprescindibilidade dos partido de vanguarda, interprete do devir histórico”¹³¹.

Concordamos com a perspectiva do autor, mas acrescentamos: as estruturas obrigatórias de invisibilidade vividas pelos militantes os tornavam vulneráveis às possibilidades de leitura do visível, determinando, conseqüentemente, uma ausência de sensibilidade interpretativa.

Evidentemente não é nossa intenção, neste trabalho, reputar ao isolamento das vanguardas em relação ao universo das pessoas comuns uma única causa: a necessidade de se tornarem, os militantes, suas redes e seus itinerários, invisíveis. Obviamente há outras causas que levaram a esse isolamento. Mas nos parece bastante claro o efeito distanciador oriundo da necessidade dos militantes de não serem vistos. É preciso que se frise a condição de clandestinidade desses militantes e dessas organizações e suas conseqüências para a luta política em curso.

Afirmamos, isso sim, que deixar de compreender como esse movimento visível/invisível configurava-se, quais eram as articulações necessárias para seu funcionamento, onde residiam as motivações que levavam os militantes a conceberem suas idéias — e como colocá-las em prática —, é deixar de compreender importante faceta da sua militância que pode ser traduzida nas tensões internas, tanto do militante como da própria

¹³¹ Ibid., p. 182.

organização, fruto da tentativa de acomodação desse hiato: ficar demasiadamente visível representava a possibilidade de ser descoberto pelos órgãos de repressão, tornar-se demasiadamente invisível significava ser absorvido pelas dragas do distanciamentos, emperrando as engrenagens das transformações políticas a que esses sujeitos se propunham levar a termo. É nesse intervalo, detalhe que ao nosso ver ainda não foi contemplado em trabalhos anteriores, que se materializa o verdadeiro cenário político desses militantes.

Vamos, agora, considerar um raciocínio que está implícito à discussão que estamos fazendo, e que, para precisar, mais ainda, o campo de nossa pesquisa, é necessário que venha à tona: a propriedade das redes de sociabilidades e os itinerários de serem visíveis e invisíveis ao mesmo tempo revela-nos complexas relações políticas estabelecidas por esses militantes, que, quando interpretadas isoladamente, não revelam toda sua significância. Mas, ao contrário, enquadradas pelo prisma da coletividade, é capaz de dar o peso histórico que esses indivíduos tiveram. Não o peso histórico do arquétipo do herói, do guerrilheiro virtuoso. Mas o peso histórico de sujeitos que, juntamente com outros, foram capazes de construir uma complexa dinâmica de oposição ao regime ditatorial instalado, a ponto de esse regime empenhar-se tanto na sua dizimação, como podemos constatar na estrutura de localização-prisão-tortura-morte montada, sobretudo depois de 73, pelos órgãos de repressão para combater as organizações de esquerda. Neste trabalho há lugar para um Gildo Macedo Lacerda cuja importância não tem fim em si mesmo. Sua importância histórica, política, cultural está, justamente, no que foi capaz de pensar, agir, produzir em conjunto com outros indivíduos, que juntos tinham poder para levar a termo um projeto discutido coletivamente.

Outro pressuposto teórico que merece de nós algumas reflexões e que sustenta teoricamente este trabalho é o soerguimento de um tipo da biografia renovada como possibilidade de investigação historiográfica.

Nas biografias tradicionais, encontramos uma descrição linear dos fatos vividos pelo indivíduo ao longo do seu tempo de vida. A biografia tradicional é amplamente identificada com um tipo de história que tratava apenas dos grandes homens e de seus feitos, perpetuando uma versão dos fatos históricos a partir dos vencedores.

Nas biografias renovadas, por sua vez, encontramos a necessidade de problematizar toda a experiência do indivíduo, sendo possível, por meio dessas problematizações, inferir experiências que ampliem as conjunturas particulares, alcançando os nexos e contornos mais generalizantes. É como se por intermédio das experiências particulares dos sujeitos se abrisse inúmeras possibilidades de análises que permitissem compreender situações para além das suas próprias. Os elementos de formação de vivências individuais são gestados nas suas experiências sociais e nas experiências sociais dos grupos aos quais pertenceu.

Dessa forma, defendemos e adotamos aqui os procedimentos metodológicos da nova biografia que, utilizando-se do individual, busca-se o diálogo permanente com sua realidade contextual. Biografar o indivíduo e o seu entorno é demarcar e dialogar com os problemas de seu tempo. Corroborando o que acabamos de afirmar, Phillippe Levillain¹³² diz:

A biografia [renovada] reassume uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo, exercício apropriado para identificar uma figura num meio, examinar o sentido adquirido por uma educação distribuída a outros segundo os mesmos modelos, analisar as relações entre desígnio pessoal e forças convergentes ou concorrentes, fazer o balanço entre o herdado e o adquirido em todos os domínios.

¹³² LEVILLAIN, Phillippe. Os Protagonistas: Da Biografia. In REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 165.

O que buscamos com a nova biografia histórica é captar o senso de realidade dos problemas sociais através da concretude das experiências de vida. Assim, construímos também o contexto no qual age o indivíduo. Aquilo que Pierre Bourdieu¹³³ chama de “superfície social”: uma pluralidade de itinerários possíveis, de atrações múltiplas, não-lineares e mutantes a todo o momento, o que nos leva, enquanto historiadores, ao hercúleo esforço para não construirmos modelos que tratam de uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável.

Evidentemente, uma construção biográfica é uma tentativa de dar sentido, tornar inteligível, descortinar a lógica que rege essa ou aquela escolha dos sujeitos biografados. No entanto, seria uma *ilusão*, para usarmos um termo do próprio Bourdieu, engessarmos esse sujeito em escolhas homogêneas, não-contraditórias e totalmente conscientes, fazendo da sua história de vida um “artefato socialmente irrepreensível”¹³⁴.

Uma análise crítica dos processos sociais em intersecção com as trajetórias de vida dos indivíduos ou grupos de indivíduos “conduz à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”¹³⁵.

Portanto, devemo-nos desviar de toda construção biográfica de cunho narcísico, que nada mais faz do que constatar *a posteriori* aquilo que o indivíduo já é *a priori*, vendo no desenrolar de suas vivências aquilo que já estava nele desde sempre, só conseguindo ver, em ato, aquilo que já estava presente em potência, em que todos os movimentos desse indivíduo deixam de existir. Dessa forma, torna-se o sujeito aquilo para o qual ele sempre

¹³³ BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, 6ª edição, FGV: 2005, p. 190.

¹³⁴ Ibid., p.189.

¹³⁵ Ibid., p. 189.

tendeu, em que o discurso biográfico construído nada mais faz do que legitimar as ações do biografado.

3.2 A militância púbere – Uberaba e os primeiros anos de engajamento político

Em 1963, Gildo Macedo Lacerda, com 14 anos, mudou-se, com sua família, para Uberaba, MG. Vieram de Ituiutaba, onde a família possuía uma fazenda e dela sobreviviam. Fora estudar no Colégio Triângulo, onde cursara a 7ª e 8ª séries do ensino fundamental, antigamente 3ª e 4ª séries do curso ginásial.¹³⁶ Em 1965, transferiu-se para o Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, onde ficaria por mais dois anos.

Encontra Gildo Macedo Lacerda, em Uberaba, um Movimento Estudantil (ME) bastante organizado¹³⁷. Existia a União Estudantil Uberabense (UEU), fundada em 1948, que representava os estudantes secundaristas e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), que fazia a representação dos estudantes universitários e existia desde 29 de setembro de 1955.

Interessante notar que a entidade de representação dos estudantes secundarista é fundada antes da entidade de representação dos estudantes universitários. A explicação mais provável é que a primeira faculdade só iria ser fundada em meados dos anos 50. Para a solidificação do ME universitário, a existência anterior da UEU e de seus quadros é de grande significância, pois, quando foi fundado o DCE, os quadros que iriam ocupá-lo já tinham experiência na militância política.

¹³⁶ LACERDA, Maria Aparecida Macedo. Dep. a/a em agosto de 2004.

¹³⁷ Conforme capítulo I, item 1.2, deste trabalho.

O golpe civil-militar de abril de 1964, de imediato, implanta uma dura perseguição, em todo país, aos estudantes engajados na militância política¹³⁸.

Em 1965, Gildo Macedo Lacerda, já membro da Juventude Estudantil Católica¹³⁹ — JEC —, que tinha na figura de Monsenhor Juvenal Arduini e Padre Prata seus principais representantes¹⁴⁰, transfere-se para o Colégio Dr. José Ferreira, onde se torna presidente do Grêmio Estudantil Machado de Assis, entidade representante dos alunos. Vale ressaltar que, desde 2005, o referido Grêmio teve seu nome alterado para Grêmio Estudantil Gildo Macedo Lacerda.

Expressavam em suas reuniões, Gildo e os demais membros dessa entidade, uma preocupação muito grande com a situação política do país, especialmente os rumos do ME. Segundo sua mãe¹⁴¹, Célia Garcia Macedo Lacerda, muitas dessas reuniões aconteciam na sua própria casa:

Vinham todos os estudantes do grêmio. Alguns eu nem conhecia e o Gildo não deixava perguntar [quem eram]. Os assuntos tratados eram sempre sobre a participação dos estudantes na política: que assim não podia ficar, que tinha de ser feito alguma coisa... Acho que eles já sabiam das torturas. Lembro de ver meu filho muito envolvido com esses assuntos (informação verbal).

Em 1966, Gildo Macedo Lacerda e sua chapa, intitulada Partido Unificador Estudantil e concorre e se elegem para a gestão da UEU desde ano. Nesse ano também se dá sua entrada na Ação Popular (AP), tendência natural de quem já militava na Ação Católica (AC), via JEC.

Aqui, no Triângulo Mineiro, principalmente em Uberaba e Uberlândia, a AP é introduzida no ano de sua fundação, 1963, por militantes vindos de Belo Horizonte. Supõe-

¹³⁸ Conforme capítulo II desse trabalho.

¹³⁹ Para maiores detalhes, consultar o capítulo I dessa dissertação.

¹⁴⁰ PRATA, Maria Madalena. Dep. a/a em setembro de 2004.

¹⁴¹ LACERDA, Célia Garcia Macedo. Dep. a/a em agosto de 2004.

se que um deles teria sido José Carlos Novaes da Mata Machado, filho do deputado cassado pelo AI-5, Edgar Godoi da Mata Machado, que era estudante da Faculdade de Direito da UFMG e teria vindo para Uberaba, como dirigente da AP regional, no intuito de ampliar os quadros da organização no interior do Estado.¹⁴²

Numa visita de três dias, outros militantes da AP, também vindos de Belo Horizonte, entraram em contato com, entre outros, Danival Roberto Alves¹⁴³, então estudante de Filosofia na Faculdade São Tomás de Aquino, a Fista, que assim descreve o encontro:

A reunião foi na casa da Vilma Valim. Foi lá que Antônio José Duarte Jácomo, egresso de JUC (Juventude Universitária Católica), e depois de AP, cede-me a gestão dos trabalhos. Esse encontro de três dias ocorre a portas fechadas e lacradas, em face da vigilância exercida pela repressão (informação verbal).

Danival Roberto Alves tornara-se, então, o responsável pelos trabalhos da AP em Uberaba e região. Fazia parte da sua função, portanto, atrair novos quadros para o movimento de resistência contra a ditadura. Ainda como estudante, Danival passa a dar aulas no Colégio Dr. José Ferreira, onde, como já dissemos, Gildo Macedo Lacerda fora estudar. É certo que, com o afastamento de Danival Roberto Alves da AP, Gildo Macedo Lacerda assume seu comando no Triângulo Mineiro, até sua ida para Belo Horizonte¹⁴⁴.

Interessante, aqui, tomarmos contato com o depoimento de Ney Francisco¹⁴⁵ acerca da militância, nesse momento, de Gildo Macedo Lacerda. Ney Francisco era militante da AP de Belo Horizonte e um dos encarregados de organizar a AP no interior do estado de

¹⁴² Sobre a vinda de José Carlos Novaes da Mata Machado à Uberaba, foram ouvidas duas pessoas: Madalena Prata, sua ex-companheira e Danival Roberto Alves, um dos primeiros dirigentes da AP no Triângulo Mineiro. Para Madalena, é possível que José Carlos realmente estivesse por aqui, uma vez que ele tinha uma namorada em Uberaba, que estudava no Colégio Nossa Senhora das Dores. Já Danival reconhece José Carlos quando o autor mostra-lhe uma fotografia, publicada no livro “Dos Filhos Desse Solo” (ver bibliografia).

¹⁴³ ALVES, Danival Roberto. Depoimento ao a/a. em agosto de 2004.

¹⁴⁴ ALVES, Danival Roberto. Depoimento ao a/a. em agosto de 2004.

¹⁴⁵ FRANCISCO, Ney. Depoimento a/a. em setembro de 2004.

MG. Refere-se a Gildo Macedo Lacerda e aos seus últimos instantes em Uberaba, da seguinte forma:

Conheci Gildo no final de 1966, em Uberaba. Estava encarregado de organizar a AP entre os secundaristas. Visitei várias cidades do Estado recrutando lideranças estudantis para AP. O Gildo já era próximo de algumas pessoas ligadas a Ação Católica e nesse contato ele entrou para a organização. Depois nunca mais o vi, pois saí de MG no ano seguinte e não mais militei no estado (informação verbal).

E é como membro da AP que, no final de 1966, Gildo, com 17 anos, muda-se para Belo Horizonte. Vai morar na rua Guajajaras, na pensão da dona Sebastiana.¹⁴⁶

3.3 A militância na capital mineira e a primeira prisão

Na capital mineira, Gildo Macedo Lacerda faz o 3º Científico integrado ao pré-vestibular. Essa opção de Gildo Macedo Lacerda em fazer o curso pré-vestibular em Belo Horizonte, e não em Uberaba, pode ser, num primeiro momento, interpretada como fato de que estudar no interior não era sinônimo de uma educação eficaz, ficando, assim, o estudante em situação de desvantagem em relação a outros estudantes. Portanto, desloca-se para um grande centro em busca de uma melhor educação que lhe garanta condições de igualdade.

Entrementes, numa análise mais acurada, podemos interpretar essa opção de outro modo: indo para Belo Horizonte, ainda como estudante secundarista, Gildo Macedo Lacerda teria condições de se inteirar melhor do que acontecia dentro do ME da capital. É importante lembrar que o cursinho pré-vestibular cursado por Gildo Macedo Lacerda é anexo à UFMG, e todos seus professores são alunos da referida universidade.

¹⁴⁶ LACERDA, Maria Aparecida Macedo. Dep. a/a. em julho de 2004.

No início de 1968, então, entra para a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A UFMG era a maior base da AP em Minas Gerais, e os cursos de Direito e Economia concentravam um grande número de militantes. Como militante da AP dentro do ME, Gildo participou do Diretório Acadêmico (DA) de sua faculdade, foi um ativo participante no Diretório Central dos Estudantes (DCE).

O ano de 1968 seria o último em que o ME, abertamente, deixaria claro, por conta da imensa onda de protestos, suas reivindicações e foi um ano de profundas manifestações contra a ditadura. As articulações políticas dos estudantes os colocavam diante da necessidade de realizar ações e, para isso, as reuniões estudantis eram constantes. Mauro Mendes Braga¹⁴⁷, hoje professor da UFMG e, na época, companheiro de Gildo Macedo Lacerda em Belo Horizonte e militante da AP no ME no ano de 1968, refere-se assim a ele e àqueles momentos:

Conheci Gildo em 1968, no ME, mas não me recordo exatamente as circunstâncias. Lembro-me que ele foi candidato à vice-presidente do DCE em uma chapa em que votei, mas não se elegeu. Estivemos juntos em diversas reuniões que preparavam ações do ME, como passeatas e comícios. Estivemos juntos no [XXX] Congresso da UNE em Ibiúna, no qual ele foi representando a executiva Nacional dos Estudantes de Economia e ficamos presos na mesma cela (informação verbal).

Em função dos constantes debates dentro da AP, que em 1968 discutia o abandono do foquismo cubano e a adoção do maoísmo chinês como teoria interpretativa — sobretudo por conta dos membros da Direção Nacional da organização que haviam chegado da China — questionamos o entrevistado sobre as idéias políticas defendidas por Gildo Macedo Lacerda e seus companheiros nesse momento. Mauro Mendes Braga responde:

No período em que tive contato com Gildo, nossas preocupações eram a luta pela liberdade, pela diminuição das desigualdades sociais e também o combate à ditadura. Acredito que todos nós — em maior ou menor grau — sonhava com a

¹⁴⁷ BRAGA, Mauro Mendes. Dep. a/a em setembro de 2004.

implantação de uma sociedade socialista, mas o campo ideológico em que Gildo militava me parece que não colocava esse objetivo como propósito imediato da luta (informação verbal).

O “campo ideológico em que Gildo militava” tinha como pano de fundo as discussões teóricas da AP nesse momento. O maoísmo, e não mais o foquismo cubano, defendido por parte dos militantes da AP, sustentava a crença na revolução do tipo luta prolongada, encaminhava seus quadros para a integração na produção e interpretava a sociedade brasileira como semifeudal, o que exigia uma guerra prolongada do campo para a cidade.

Entretanto, nem todos os militantes concordaram com os itinerários políticos e ideológicos tomados, sobretudo, essa interpretação maoísta da realidade brasileira. Vinícius Caldeira Brant, ex-presidente da UNE, conhecido pelo nome clandestino de Rolando, num escrito seu intitulado *Duas Posições*¹⁴⁸, deixou claro suas discordâncias. Compreendia ele, que a sociedade brasileira era eminentemente capitalista, o que demandava uma revolução insurrecional, talvez aos moldes soviéticos. No entanto, seu escrito *Duas Posições* recebeu uma dura resposta da Direção Nacional da AP, que se manifestou por intermédio de um documento intitulado *Desmascarar e Liquidar Política e Ideologicamente o Grupo Oportunista e Provocador de R.* No fim, Vinícius Caldeira Brant, Alípio de Freitas e Altino Dantas, todos da AP, juntaram-se a José Porfírio de Souza, ex-deputado federal, e criaram um novo agrupamento: o PRT, Partido Revolucionário Trabalhista.

Note-se que o ano é 1968 e Gildo não adere ao PRT, continuando na AP e participando das tratativas de marxização da organização. Não obstante, é preciso dizer que as formulações de Vinícius Caldeira Brant e seus companheiros de PRT serão, pelo menos

¹⁴⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** — A esquerda armada: das ilusões perdidas a luta armada. São Paulo: Ática, 1990, p. 115.

em parte, adotadas posteriormente pelo grupo de AP que não adere à Guerrilha do Araguaia, preconizada pelo PC do B, sobretudo à idéia de que a sociedade brasileira era uma sociedade capitalista. Veja o que diz, acerca disso, Mariluce Moura, ex-mulher de Gildo Macedo Lacerda, baiana de Salvador e militante da AP naqueles tempos:

Na medida em que se concluíra depois de análises profundas que a sociedade brasileira era indiscutivelmente capitalista em sua essência, ou seja, não era uma sociedade predominantemente feudal, passo seguinte foi definir qual o modo de transformação dessa sociedade teria que ser uma revolução socialista. (...) É interessante notar que o grupo que já naqueles anos via a sociedade brasileira como claramente capitalista é derrotado na luta interna do partido e termina fundando o PRT (informação verbal).

Essa AP que não concorda com a fusão com o PC do B tem em Jair Ferreira de Sá, Paulo Stuart Wright e Manoel da Conceição seus principais líderes nacionais. Gildo Macedo Lacerda, José Carlos Novaes Mata Machado, Humberto Câmara Neto, Honestino Guimarães e Doralina Rodrigues Carvalho compunham a rede de sociabilidades que, junto com a Direção Nacional, articulavam as ações políticas.

Observemos, aqui, um fato para o qual chamamos a atenção na introdução deste capítulo: os itinerários percorridos por esses militantes, suas idéias e mesmo as redes sociais conquistadas e mantidas não aconteciam de maneira linear e sem rupturas. Destaque também para o exemplo dos desencontros da AP e do PRT. Sinuosos e contraditórios eram os caminhos de luta — interna e externa — que as organizações percorriam no afã de impetrarem sua luta contra o regime opressor.

Voltando ao ano de 1968, encontraremos Gildo Macedo Lacerda estreitando laços com José Carlos Novaes da Mata Machado — que posteriormente seria morto juntamente com ele em Recife — então estudante de Direito na mesma universidade, e com José Matheus Pinto Filho, militante da AP no ME que, em 1966, havia organizado o Congresso da UNE, realizado na Igreja de São Francisco de Assis. O motivo desse estreitamento de

laços era o de organizar os estudantes mineiros que iriam ao XXX Congresso da UNE, o qual seria realizado naquele ano em lugares e datas até então desconhecidos.

A direção nacional da UNE sabia que a realização de seu congresso anual ocorreria sob forte vigilância do regime militar e chegou a cogitar a sua não realização. Não obstante, realizá-lo seria uma importante vitória sobre a repressão. É nesse clima de insegurança, misturado à necessidade de se fazer algo, que é marcado para outubro de 1968 o XXX Congresso Nacional dos Estudantes. O local: Sítio Murundu, distante 22 quilômetros de Ibiúna, uma pequena cidade a 70 quilômetros de São Paulo. Vários estudantes de Minas Gerais, mesmo sabendo do risco que seria participar do congresso, dirigiram-se para lá. Entre eles, Gildo Macedo Lacerda e José Carlos. Samarone Lima, autor da biografia de José Carlos Novaes da Mata Machado, descreve assim a ida de ambos para Ibiúna:

Gildo e José Carlos viajaram no dia 9 de outubro [de 1968]. Saíram de Belo Horizonte no último ônibus e chegaram a São Paulo no dia 10. Para participar do Congresso, teriam de encontrar Luís Custódio Costa Martins, um estudante de Agronomia da Faculdade de Botucatu e também militante da AP (...) O esquema para chegar ao local previa várias etapas. O motorista iria até um ponto da rodovia, estacionaria o carro e abriria o capô. Alguém chegaria com a pergunta-chave:

— Você tem pneu da Volkswagen?

A resposta deveria ser:

— Não, eu tenho da Fenemê.

Custódio seguiu a orientação. A resposta foi a combinada e José Carlos desceu, junto com Gildo. Dali seguiriam para o encontro.¹⁴⁹

No afã de se realizar o encontro, os estudantes acabaram se descuidando das normas de segurança, e, para que a repressão descobrisse onde seria realizado o Congresso, foi uma questão de tempo. Ítalo Ferrigno, delegado titular do DOPS, que comandou a operação, mais tarde diria que, desde o dia 7 de outubro, a repressão já sabia que o XXX encontro da

¹⁴⁹ LIMA, Samarone. **Zé** – José Carlos Novaes Mata Machado, uma reportagem. Belo Horizonte: Maza Editores 1998, p. 64/65.

UNE seria em Ibiúna. Vejamos Samarone Lima, citando um relatório, escrito pelo próprio delegado Ferrigno¹⁵⁰:

Desde o fim do último mês [de setembro] sabíamos que o XXX Congresso seria realizado na região de Sorocaba. Todas as autoridades daquela região foram alertadas, no sentido de comunicar qualquer movimentação estudantil. Até que nos chega a notícia de que em Ibiúna, foram vistos cerca de 10 estudantes. Para lá se concentrou a nossa atenção e os nossos agentes conseguiram, desde o dia 7 do corrente, localizar o local do Congresso. Adotou-se, então, a tática da contra-informação. Os jornais procuravam notícia e foi então lançada a ofensiva de desinformação. Jornal especializado em assuntos estudantis chegou até a publicar que a polícia política tinha certeza de que o Congresso estaria começando na cidade de Monteiro Lobato. Havia interesse nisso, pois sabíamos que vários jornais pagaram à direção da UNE uma média de NC\$1.000,00 (Hum mil cruzeiros novos) para fazer a cobertura do Congresso.

Logo, o que se esperava para prendê-los era apenas o momento mais adequado, o momento em que todas as lideranças já estivessem no local.

Os órgãos de repressão deixaram para a manhã do dia 12 por julgar que todos os líderes já estariam presentes. Zuenir Ventura, jornalista carioca, narra assim esse episódio:

Na chuvosa manhã de Sábado, 12 de outubro, a polícia invadiu o sítio Murundu, nas imediações da cidade [Ibiúna], e prendeu um número de estudantes que varia, conforme a fonte, de setecentos a mil e quinhentos, pondo fim ao XXX Congresso da UNE que ali se realizava – e ao sonho estudantil.¹⁵¹

Preso, Gildo Macedo Lacerda, juntamente com os outros estudantes de Minas Gerais que participaram do Congresso, é levado para Belo Horizonte, onde fica encarcerado por mais de 30 dias. Com base no Decreto-lei 477, editado em fevereiro de 1969 pelo General Costa e Silva, Gildo é expulso da FACE. Livre do cárcere, Gildo Macedo Lacerda volta a militar na AP e é um dos principais responsáveis pela reorganização da União

¹⁵⁰ Ibid., p. 68.

¹⁵¹ VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 1ª edição. p. 220.

Estadual dos Estudantes (UEE-MG), juntamente com Mauro Braga¹⁵², que se refere assim a esses momentos:

Depois que fomos libertados [pela prisão em Ibiúna], organizamos, em início de 1969, um congresso da UEE/MG, que ocorreu nas dependências do ICEx da UFMG, em um sábado, durante uma festa de calouros, e no qual Gildo foi eleito presidente da UEE-MG. Nessa época ele sugeriu que eu integrasse a diretoria, mas recusei o convite porque sabia que a consequência disso seria ir para clandestinidade e isto eu não desejava (informação verbal).

Como presidente da UEE-MG, Gildo dirige-se para o Rio de Janeiro a fim de ajudar na reestruturação da UNE. Sua luta para fugir das perseguições impostas pela repressão eram constantes e Gildo Macedo Lacerda se vê obrigado, agora na mais completa clandestinidade, a deslocar-se para a capital carioca. E é, justamente, neste momento que Gildo Macedo Lacerda passa a ter uma personalidade invisível, passa a ter, como consequência da clandestinidade, uma vida dupla.

3.4 A militância clandestina no Rio de Janeiro

Eleger o novo presidente da entidade era condição básica para o ME continuar sua luta e para que as idéias das organizações de esquerda ligadas aos estudantes pudessem ser, ainda que às duras penas, articuladas com seus militantes. Luis Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves¹⁵³ dão-nos uma noção de como as coisas estavam difíceis para os estudantes e suas lutas:

O processo de eleição do novo presidente foi penoso. Realizar outro congresso era impossível. Não bastasse o clima de violência, pairava sobre a cabeça de todos a ameaça da legislação de exceção: o AI-5, impetrado em dezembro de 1968 e o decreto 477, instituído em fevereiro de 1969. A solução encontrada foi a realização de minicongressos estaduais. Além das duas chapas que disputariam as eleições em Ibiúna — uma encabeçada por Jean-Marc van der Weid, indicado pelo então presidente Luís Travassos e a de José Dirceu de Oliveira e Silva, apoiada pelo

¹⁵² BRAGA, Mauro. Dep. a/a em setembro de 2004.

¹⁵³ ROMAGNOLI, Luiz Henrique & GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE**: de Ibiúna à Salvador. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 14.

presidente da UEE carioca, Wladimir Palmeira — surgiu uma terceira encabeçada por Marcelo Medeiros. Em abril de 1969 um congresso fez a contagem dos votos e deu a vitória a Jean-Marc — presidente — e 9 vice-presidentes: Honestino Guimarães, presidente da Federação dos Estudantes de Brasília; José Genoíno Neto, presidente do DCE do Ceará; Helenira Resende, do Centro Acadêmico de Letras da USP; Gildo Macedo Lacerda, presidente do DCE de Minas Gerais; Humberto Câmara, da UEE de Pernambuco; Ronald Rocha, do Rio de Janeiro, José Carlos Novaes Mata Machado.

Interessante observar que, para a eleição de Jean-Marc van der Weid à presidência da UNE, o próprio Jean-Marc oferece-nos uma versão bastante próxima da narrada pelos autores acima. No entanto, para a eleição de Gildo à vice-presidência, Jean-Marc¹⁵⁴ oferece-nos uma versão diferente:

O encontro que substituiu o congresso de Ibiúna foi o coroamento de cerca de 30 congressinhos estaduais e micro-regionais. Os congressinhos elegeram delegados ao Encontro Nacional que traziam os votos dados às três chapas para um cotejo final. Ganhei do José Dirceu por 378 a 372 votos, com 15 em branco e 24 para a chapa do PCBR encabeçada por Marcos Medeiros. Do Encontro Nacional, participaram 130 delegados que se encontravam na clandestinidade total após AI-5, em um sítio de um amigo meu em Jacarepaguá, na época um longínquo subúrbio do Rio de Janeiro (informação verbal).

Em relação à eleição de Gildo para vice-presidente da UNE, prossegue Jean-Marc:

Gildo foi escolhido como assessor da diretoria da UNE no Conselho de Cachoeiras de Macacú, município rural próximo do Rio de Janeiro, realizado em julho de 1969. A assessoria foi criada para substituir alguns dos diretores que estavam presos ou tinham se afastado do movimento. Foram escolhidos dois da AP e dois do PC do B. (...) Com o tempo, estes assessores tornaram-se conhecidos como vice-presidentes, pois, na prática, atuavam como se fossem da diretoria (informação verbal).

Esse desencontro de versões mostra que, até mesmo na memória dos militantes, os itinerários percorridos não são lineares, além de bem refletir as dificuldades de se trabalhar com a memória coletiva num regime de exceção, no qual o controle e a vigilância estão sempre presentes. O trabalho de Romagnoli e Gonçalves foi elaborado e publicado logo após a anistia, em 1979, muito perto, portanto, dos fatos acontecidos. Já o depoimento de

¹⁵⁴ WEID, Jean-Marc Van der. Depoimento a/a. em agosto de 2004.

Jean-Marc van der Weid foi-nos concedido em agosto de 2004. Havia se passado 38 anos e, portanto, conquistou-se um maior distanciamento em relação aos referidos episódios. À época do livro de Romagnoli e Gonçalves, o próprio ME, depois de muito esforço, trabalhava no seu reerguimento.

Em agosto de 1969, o apartamento em que Jean-Marc van der Weid — presidente da UNE nesse momento — estava é invadido pelo CENIMAR, e ele é levado para o presídio da Ilhas das Flores. O apartamento, localizado na Lagoa Rodrigo de Freitas, era freqüentado pelo pessoal da AP. Alduísio Moreira de Souza¹⁵⁵, militante da AP, amigo pessoal de Gildo Macedo Lacerda dos tempos de ME em Uberaba e que também foi preso nesse dia, narra assim esse episódio:

Fui deitar. Ouvi conversas um pouco depois. (...) Bateram na porta do quartinho. Levantei-me e abri. — Quietos, senão atiro. Era um policial civil negro com óculos grossos e uma metralhadora. Quis gritar. Enforcaram-me e ameaçaram atirar. Disseram que todos do apartamento estavam presos. (...) Realmente, todos estavam algemados. Olhei ao redor. Faltava o Jean [Marc van der Weid]. Disseram-me que ele já tinha sido levado [para o presídio da Ilhas das Flores].

Gildo Macedo Lacerda escapou de ser preso junto com Alduísio Moreira de Souza e com Jean-Marc van der Weid, porque, embora freqüentasse com assiduidade esse aparelho, nunca morou lá. Na verdade, um mês antes, em julho de 1969, Gildo Macedo Lacerda, usando o nome de Paulo, foi morar num casarão no Flamengo com Elia Rola e outros companheiros de AP.

Elia Rola era área-próxima de AP, que havia se mudado de fortaleza para o Rio em 04/01/1969¹⁵⁶. Num depoimento à Maria Rosa Leite Monteiro, mãe de Honestino Guimarães, publicado num livro editado por ela, diz:

¹⁵⁵ SOUZA, Alduísio Moreira. **Memórias quase esquecidas**. Porto Alegre: AGE editora, 2001. p. 299.

¹⁵⁶ MONTEIRO, Maria Rosa Leite. **Honestino: o bom da amizade é a não cobrança**. Brasília: Da anta casa editora, 1998, p. 170.

Eu estudava geografia na Universidade Federal do Ceará e militava na AP. Também fui atingida pela repressão e tive que sair de casa. Em 04/01/1969, cheguei ao Rio, onde passei a morar. (...) Como mantinha uma vida legal, pude ajudar a luta oferecendo moradia segura para os companheiros clandestinos. Por conta disso, passei a morar com outras pessoas da universidade, dividindo o aluguel de um casarão no Flamengo, onde logo Gildo passou a morar também. Gildo, que foi uma pessoa muito importante na minha vida, era militante da AP e foi através dele que conheci Honestino [Guimarães]. Entre os amigos, Gildo era conhecido como Paulo, e nenhum deles sabia de seu envolvimento político. Nossa vida transcorria normalmente. Enquanto ele se desdobrava com seus compromissos políticos, eu tinha que me manter trabalhando e estudando.

Por motivos não revelados no depoimento de Elia Rola, eles acabaram por se mudar desse casarão. Continua ela no mesmo depoimento¹⁵⁷:

Fomos, Martha, Gildo e eu, para o queridíssimo apartamento 102 — como ficou conhecida nossa nova moradia, por todos que o freqüentavam. Era um velho apartamento de quarto e sala em Botafogo, mas que por um bom tempo foi o recanto maravilhoso para uma infinidade de gente. Gildo continuou sempre conosco, mas nos primeiros meses de 1972, recebeu a incumbência de lutar pela unidade da AP em Salvador.

A partir do momento em que os militantes da AP descobriram as prisões de Jean-Marc van der Weid e dos outros companheiros que estavam no apartamento, Gildo Macedo Lacerda, juntamente com outros militantes, buscaram de todas as formas libertá-los, em especial Alduísio Moreira de Souza, o antigo amigo, pois, como já afirmamos, se conheciam desde Uberaba, por força dos debates políticos que ocorriam nessa cidade mineira.

Gildo Macedo Lacerda e Alduísio Moreira de Souza haviam-se encontrado pouco antes da prisão deste. Alduísio, impressionado com uma conversa que havia travado com um certo doutor Queiroz, desejava aconselhar-se com Gildo, que era estudante da doutrina espírita. Aqueles tempos eram tão bicudos, que as explicações para o terror que se instalara extrapolavam o âmbito político.

¹⁵⁷ Ibid., p. 171.

Ao saber que o amigo fora levado para o presídio da Marinha, na Ilha das Flores, Gildo Macedo Lacerda apressou-se em fazer contatos que pudessem auxiliá-lo a libertar Alduísio Moreira de Souza. Era sabida por todos os militantes a forma pouco gentil de se tratar os presos que para lá eram levados e, portanto, era preciso agir rápido. Gildo entrou em contato com a família de Alduísio em Uberaba e conseguiram localizar Gentil Barroso, também militante, que era amigo de ambos dos tempos de militância nessa cidade. Através desse amigo, passaram a receber notícias mais precisas do estado de saúde de Alduísio.

Depois de uma complicada negociação junto ao CENIMAR, Centro de Informação da Marinha, a família de Alduísio Moreira de Souza conseguiu sua libertação. Ele e Gildo encontraram-se na pensão em que estavam hospedados, Gildo e a família de Alduísio. No seu livro de memórias, Alduísio narra assim esse momento:

— Gildo, Gildo, chamei sacudindo as pernas dele. Ele acordou e achou que era uma visão. Olhava-me assustado, como se visse o diabo. Quando viu mamãe, aí percebeu, pois viu que quem estava ali não era um defunto. Não era uma alma penada reencarnada. Era eu. Vivo.¹⁵⁸

Combinam os dois, que o melhor a fazer seria deixar o Rio de Janeiro imediatamente. Gildo Macedo Lacerda tinha sérias dúvidas quanto à natureza da liberdade do amigo. Argumentava-lhe que poderia ser uma armadilha montada pelo CENIMAR para conseguirem chegar mais perto de outros militantes. Resolveram viajar para São Paulo. A família de Alduísio Moreira de Souza foi de ônibus. Ele e Gildo Macedo Lacerda foram de carro. Para essa viagem, foi montado um esquema de alta segurança, que previa, entre outras coisas, três trocas de carro. Como não tinham dinheiro para o aluguel dos veículos, Alduísio procurou por Graziela Barroso, importante bióloga, já falecida, no Jardim

¹⁵⁸ SOUZA, op.cit., p. 312.

Botânico. Esta conseguiu fazer uma “caixinha”, e os dois militantes deslocaram-se para a capital paulista.¹⁵⁹ Alduísio refere-se desta forma a esses eventos:

Papai pagou a pensão e saímos rápido com Gildo. Fomos pro Jardim Botânico. Estive com a doutora Graziela. Foi só emoção. Ali ficamos esperando por Gildo. Em pouco tempo ele chegou. Montou um esquema seguro. Meus pais iriam de ônibus e eu de carro. Um esquema de mudança de três carros. Era muito mais provável que [os órgãos da repressão] tivessem controle nos ônibus que nos carros particulares. Assim foi feito. Na chegada em São Paulo repetiríamos o mesmo esquema. (...) Desci em Osasco. Segui, mudando para diferentes carros, até chegar a um ponto no bairro de Moema¹⁶⁰.

A chegada em São Paulo guardava outra forte emoção para os dois amigos: reencontraram, num ponto em Osasco, Honestino Guimarães. Desde a prisão de Jean-Marc van der Weid, que era o presidente da UNE, Gui, como Honestino era chamado pelos amigos, estava cotado para substituí-lo. Segundo Alduísio, ele, Honestino e Gildo eram os três melhores amigos. Esse encontro é lembrado assim por Alduísio:

Em Moema, as ruas têm nomes de pássaros. Meu ponto era na rua Inhambu. Nos encontramos, eu e Gildo, com Honestino e Isaura [mulher de Honestino Guimarães]. (...) Ficaram assustados com meu estado. Eu sendo amparado pelo Gildo. Creio que éramos os três melhores amigos. Levaram-me para casa de amigos simpatizantes. Providenciaram para que eu fosse examinado no Hospital das Clínicas e depois num serviço de neurologia e ortopedia em Campinas¹⁶¹.

Honestino Guimarães e Gildo Macedo Lacerda fazem com que Alduísio chegue em Uberaba, via São Carlos e Barretos, para alguns dias de recuperação junto à família. Gildo, então, consegue que o amigo vá para o Uruguai e, posteriormente, para a França, onde se reencontra com Jean-Marc van der Weid, que seria, em dezembro de 1970, trocado pelo embaixador suíço, seqüestrado pela VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). O próprio Alduísio faz questão de ressaltar que Gildo salvou-lhe a vida.¹⁶²

¹⁵⁹ SOUZA, Alduísio Moreira. Dep. a/a em setembro de 2004

¹⁶⁰ SOUZA, op.cit., p. 313.

¹⁶¹ Ibid, p. 314

¹⁶² SOUZA, Alduísio Moreira. Dep. a/a., via e-mail.

3.5 Salvador e Recife: os últimos passos, últimos encontros e últimas discussões

Como já foi anteriormente debatido por esse trabalho, no início de 1972, a AP vivia um intenso debate interno sobre o caráter da sociedade brasileira e os rumos da luta contra a ditadura. Duas propostas destacavam-se: a) uma identificava a sociedade brasileira como sendo predominantemente feudal e, por conta disso, defendia a revolução nos moldes chineses, em que prevalecia a guerra popular prolongada. Assim, a ditadura seria derrubada e o imperialismo norte-americano seria combatido. b) a outra proposta entendia que a sociedade brasileira era uma sociedade capitalista e, por isso, deveria ser implementado o socialismo no país. Como? Por meio de uma conscientização popular com participação maciça dos trabalhadores e do povo das cidades. Nessa feita, seria possível derrubar a ditadura. Ligado a essa segunda tendência, Gildo foi deslocado para Salvador, onde passaria a integrar a direção regional da sigla no Estado. Missão: rearticular as bases do movimento operário e estudantil.

Em 11 de junho de 1972, Gildo, numa festa na casa dos futuros sogros, conhece Mariluce Moura¹⁶³, jornalista, 21 anos, também militante da, agora, AP. Mariluce, que estava afastada havia dois anos das atividades políticas, queria uma reaproximação com a militância. Envia, então, a Gildo Macedo Lacerda um convite para a referida festa. Pretendia Mariluce não se vincular ao grupo de APML que queria fusão com o PC do B. Mariluce assim relembra esses momentos:

Gildo me conheceu em Salvador, em 11 de junho de 1972, numa festa na casa dos meus pais, para a qual eu lhe mandei um convite. A aproximação se deu porque, depois de quase dois anos de afastamento, eu estava retornando a AP, mas queria me ligar à corrente que rejeitava a fusão com o PC do B. Questionava o papel político de Mao Tse Tung [líder da Revolução Chinesa], por entender que a sociedade brasileira era capitalista, e, portanto, entendia que a via de transformação

¹⁶³ MOURA, Mariluce. Depoimento a/a em agosto de 2004.

do país seria uma revolução socialista, e, ao contrário, o maoísmo entendia que a sociedade brasileira era praticamente feudal (informação verbal).

No mês seguinte, começariam a namorar e se casariam três meses depois, no dia 28 de outubro de 1972. Na certidão de casamento, Gildo aparece com o nome de Cássio de Oliveira Alves.

Interessante, aqui, fazermos algumas análises de cunho mais subjetivo sobre os caminhos percorridos por Gildo Macedo Lacerda durante sua militância política. Queremos tecer comentários sobre o casamento de Gildo Macedo Lacerda e Mariluce Moura. Quando, por nós, nas entrevistas, chamada de *ex-companheira*, Mariluce protesta o uso dessa terminologia e, junto com seu protesto, entra em detalhes sobre o casamento de ambos:

Gostaria que, em vez de companheira, eu fosse tratada como mulher de Gildo, que é o que entendo que realmente fui. Poucos sabem, mas chegamos a nos casar no religioso católico. Ele com o nome de Cássio, que é o que aparece na certidão. O casamento foi realizado por sugestão de Gildo, que era sempre muito delicado, muito gentil na relação com todas as pessoas à sua volta. E, por isso, não queria criar uma atmosfera de atrito com meus pais, com quem ele se dava muito bem. Eu não achava isso nem um pouco importante, coerentemente com uma postura bem feminista, bem independente que tinha desde a adolescência. Mas eu também me dava muito bem com meus pais e, dessa forma, se Gildo estava disposto a fazer a concessão de casar, como então dizíamos, para mim, tudo bem. Daí minha mãe, sempre muito católica, chamou um padre amigo dela, a quem foi revelada a condição de clandestinidade de Gildo, mas não seu verdadeiro nome, e o casamento foi realizado na casa dos meus pais, no fim da tarde de um sábado, 28 de outubro de 1972, ou seja, exatamente um ano antes da data presumida do assassinato de Gildo (informação verbal).

Algumas considerações. Primeiro: esse depoimento rompe com a idéia, comum na militância de esquerda durante os anos de chumbo, a do militante em tempo integral. Não é correto idealizarmos que os militantes dedicavam-se o tempo todo de suas 24 horas diárias a fazer revolução. E também nos dá uma idéia de que nem só na revolução pensavam eles. Havia espaço para outras preocupações, outros desejos. Anteriormente, afirmamos que os indivíduos, embora sigam códigos coletivos, não se deixam anular. A preocupação de Gildo

Macedo Lacerda — em pleno ano de 72, sob o regime Médici, com as notícias de que as baixas eram constantes — em não criar atrito com os pais de Mariluce e, por isso, arriscar sua segurança e de sua organização casando-se, ilustra bem que nem só de revolução viviam esses militantes.

Uma segunda interpretação possível — e que segue essa mesma linha de raciocínio — pode ser construída a partir da tese de que sentiam, esses militantes, depois de tanto tempo clandestinos, depois de tanto tempo de invisibilidade, necessidade de serem pessoas comuns, que, entre outras coisas, apaixonam-se, casam-se, têm filhos — como, aliás, é o caso de Gildo e Mariluce, que deu a luz a Tessa três meses depois da morte do pai — e que freqüentam o mundo dos visíveis. Ainda que com nome falso, durante a cerimônia de casamento, Gildo Macedo Lacerda ocupou espaços não-permitidos a alguém que militava pelos propósitos que militava. Isso sem levar em conta que o casamento formal — e o de Gildo e Mariluce, aos seus moldes, teve um caráter de formalidade — era amplamente criticado pelo código de posturas dos militantes em geral. Casar formalmente, segundo os preceitos revolucionários, era coisa de pequeno-burguês.

Mas uma outra possibilidade, a mais simples de todas, e que nos parece viável e que, portanto, precisa ser considerada, é: Gildo Macedo Lacerda queria trilhar o itinerário de uma vida legal, livre, visível, e não mais a vida clandestina da ilegalidade, invisível, que levavam os militantes como ele. Dúvidas em relação às chances da revolução? Medo de ser preso, como a maioria dos companheiros estava sendo? A nova vida de casado? A gravidez de Mariluce? Saudades da liberdade de poder transitar livremente de um itinerário ao outro? É provável que um misto de tudo isso. Certeza mesmo, ao menos levando em conta

o depoimento de Célia Maria Poppe de Figueiredo¹⁶⁴ — área próxima de AP e ex-namorada de Gildo Macedo Lacerda nos tempos de Rio de Janeiro — era a vontade de Gildo Macedo Lacerda de voltar aos caminhos da legalidade.

Estive com Gildo uns 15 dias antes dele ser preso. Ele sabia que estava sendo seguido, mas se recusava a ir embora do país. Embora eu tivesse avisado que todos que tinham sido presos estavam sendo brutalmente torturados e alguns assassinados, a perspectiva dele é de que seria preso, ficaria uns dois a três anos na cadeia e depois voltaria a poder ter uma vida legal. Sair da clandestinidade, ter uma vida legal era tudo que ele queria principalmente depois que ele soube que a Mariluce estava grávida da Tessa, [filha] que ele acabou não conhecendo (informação verbal).

O que estava pelo caminho de Gildo Macedo Lacerda nesta hora era o firme propósito dos órgãos de repressão de não deixá-lo vivo, quando se concretizasse a sua prisão. Prova disso nos dá Otto Filgueiras e Tessa Lacerda, quando escrevem o perfil de Gildo Macedo Lacerda para o projeto Rua Viva¹⁶⁵:

Na verdade, Gildo estava marcado para morrer desde muito tempo. Era um dos militantes e dirigentes de organizações de esquerda cujo nome constava de uma lista da ditadura para a prisão e morte. A lista dos dirigentes da AP que seriam mortos foi mostrada ao líder camponês Manoel da Conceição em 1972 pelos policiais, quando ele estava preso e sendo torturado no CENIMAR e DOI-CODI do Rio de Janeiro. Segundo Manoel da Conceição, figuravam na lista, entre outros nomes, os de Paulo Stuart, Honestino Guimarães, Humberto Câmara, José Carlos Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda, todos assassinados em 1973.

Ou seja: se Gildo estava disposto a abandonar a vida de militante clandestino, os órgãos de repressão, que a essa altura agiam cada vez mais por conta própria, não estavam a fim de vê-lo como um cidadão comum. Na ética dos órgãos de repressão, não constava a possibilidade da anistia para os militantes de esquerda que se dedicavam a implantar uma sociedade socialista.

¹⁶⁴ FIGUEIREDO, Célia Maria Poppe. Depoimento a/a em agosto de 2004

¹⁶⁵ FILGUEIRAS, Otto & LACERDA, Tessa. Perfil de Gildo Macedo Lacerda. In DUARTE, Betinho. **Rua Viva**. Belo Horizonte: Edição do autor. 2004, p. 263.

Mas feitas tais análises, voltemos nosso foco para Gildo Macedo Lacerda em sua faceta de militante dedicado à causa das esquerdas. Em muitas ocasiões, os limites às ações dos militantes de esquerda não vinham apenas dos órgãos de repressão internos. Em 11 de setembro de 1973, um duro golpe abateria as pretensões dos participantes da luta armada no Brasil: Salvador Allende foi destituído de seu governo socialista no Chile. Samarone Lima refere-se assim a esse momento¹⁶⁶: “Para os que lutavam no Brasil contra a ditadura, era a pior notícia dos últimos anos e talvez o prenúncio de que algo estava verdadeiramente desmoronando”.

E estava mesmo. As prisões intensificavam-se cada vez mais e, nos encontros entre os militantes, fato cada vez mais raro, esse era o assunto mais problematizado. Num encontro entre Gildo e José Carlos, eles conversaram sobre isso. Ficam evidentes as forças conjunturais determinando os itinerários¹⁶⁷:

- Precisamos ajudar o pessoal que está preso. Tem muita tortura Gildo, afirmava José Carlos.
- O que você está pensando em fazer? Redarguiu Gildo.
- Vou para o Rio. Temos que fazer alguma coisa.

Na medida que a invisibilidade torna-se fator determinante para a sobrevivência dos militantes, traz também uma série de outras dificuldades. Na época em que os dois militantes encontraram-se, José Carlos chama atenção para o fato de que Gildo tinha muita dificuldade de andar e, após perguntar sobre o que era aquilo, Gildo responde apontando para uma ferida enorme num dos dedos do pé. José Carlos, então, aconselha Gildo a cuidar daquele ferimento. Ao que Gildo responde: — *Zé, eu sou um clandestino. Onde vou cuidar desse dedo?*

¹⁶⁶ LIMA, op.cit., p. 150.

¹⁶⁷ Ibid., p. 155.

Em 17 de setembro de 1973, Gildo escreve a última carta para os pais. Nela falava da sua preocupação por não receber cartas dos pais nem das irmãs. Acreditava que as cartas pudessem ser extraviadas. Aproveitou para falar um pouco de seu trabalho, do aumento de salário e da perspectiva para a próxima viagem a Uberaba. Gildo, nesse momento, usava, clandestinamente, o nome de Cássio de Oliveira Alves. Reproduzimos, na íntegra, a referida carta. Nela, podemos perceber o que acima afirmamos¹⁶⁸:

Já estou um pouco preocupado, pois desde que estive aí, da última vez, que não recebo nenhuma carta de vocês, apesar d'eu ter escrito. Estou agora em dúvida se alguma carta de vocês extraviou ou se, simplesmente, não puderam escrever. Mas espero que estejam todos bem, tudo correndo normalmente. De meu lado, tudo correndo na mesma de sempre, de saúde bem, a única novidade é que estou trabalhando agora, ao invés de meio período, tempo integral, isto é, 9 horas por dia, das 8 às 19 horas, o que tem me deixado com o tempo bem escasso. Por outro lado, é óbvio, estou ganhando bem melhor, o que não deixa de compensar as coisas. Mas prefiro assim, a ficar com tempo ocioso, o que não deixa de ser um pouco deprimente, mesmo que a gente aproveite este tempo com coisas que gostamos de fazer, leituras, etc. E vocês, como têm passado? E a Cidinha [Maria Aparecida Macedo Lacerda, irmã], continua bem nos estudos? Cada vez mais linda e mais alta? E de saúde como estão, mamãe e papai? E a nova sede [da fazenda] já foi reformada? É bom que esteja, pois eu e a Malu (desta vez sem falta) estaremos aí no fim do mês, para passar uns dias. Mas antes vocês vão me prometer que passam um telegrama para o mesmo endereço, avisando se mudaram, se estarão aí etc. Combinado? Se não telegrafarem, pode ser que eu desista de ir com medo de perder a viagem. No mais, conversaremos pessoalmente, pois temos um monte de coisas a conversar, o que não dá para fazer por carta. Um beijo em todos e até breve.

Gildo [assinatura em forma de rubrica]

P.s.: Malu manda um forte abraço e diz que papai prepare um bom cavalo, que ela está a fim de montar.

Mas podemos perceber outras coisas além daquilo que já salientamos: se é necessário a um militante clandestino uma vida invisível, suas correspondências à família não poderiam ser diferentes. Mais do que revelar, elas precisam esconder. Senão, vejamos. Fica patente que o principal objetivo da carta é não-comunicar. As cartas, veículos de comunicação, antes de qualquer coisa, são escritas para que o remetente faça saber ao

¹⁶⁸ Acervo da família. A irmã de Gildo, Maria Aparecida Macedo Lacerda, responsável pelo acervo, nos cedeu uma cópia dessa carta.

destinatário alguma coisa. Nesse caso, o que vemos é o contrário: Gildo mais quer saber do que contar: quer saber como vão os pais, se estão lhe escrevendo e para qual endereço estão enviando as correspondências, como vai a irmã nos estudos e no crescimento corporal, sobre a saúde de todos, a reforma da sede da fazenda. E quer saber sobre um detalhe fundamental: podem, ele e a mulher, viajarem para o sítio da família despreocupados? Saberá, a família de Gildo, de seu deslocamento, ou corre o risco de perderem a viagem?

Mas é evidente que nem só de perguntas pode se constituir uma carta de um filho para seus pais e irmãos, morando tanto tempo longe de casa. Dando sentido a essas dúvidas todas, Gildo vai, despretensiosamente, dizendo de si: uma coisa aqui outra acolá. Que está fazendo jornada dupla de trabalho, que estava com crises existenciais de ter tempo ocioso, que estava ganhando o dobro do que ganhava, que Malu estava com vontade de andar a cavalo. Tudo muito típico de quem tem muito mais interesse de encobrir do que de mostrar. O Gildo que escreve essa carta é um Gildo que precisa do anonimato, da invisibilidade. É até possível que a esposa estivesse com vontade de cavalgar tranqüilamente pelo sítio dos pais de Gildo. Mas mais possível ainda era o desejo de encontrarem, nesse deslocamento até Minas Gerais, alguns dias de descanso, uma vez que o trabalho de repressão estava a pleno pulmões, a eminência da prisão rondava o casal, uma vez que o esquema de delação de Gilberto Prata, como veremos mais adiante, funcionava a todo vapor.

E, então, no início do mês de outubro, Gildo e Mariluce viajaram para o sítio da família em Veríssimo, cidade de aproximadamente mil habitantes, próxima a Uberaba. Passaram pelo Rio de Janeiro e ficaram sabendo das quedas de companheiros que estavam ocorrendo em toda AP.

No dia 22 de outubro de 1973, logo após o retorno do casal a Salvador, por volta do meio-dia, Gildo e Mariluce foram presos. Ele, ao sair de casa na Avenida Luís Tarquínio,

bairro da Boa Viagem; ela, em frente ao elevador Lacerda, em pleno centro de Salvador. São levados, juntamente com o casal de jornalistas Oldack Miranda e Nadja Magalhães Miranda, para a superintendência da Polícia Federal. À noite, Gildo e Mariluce foram separados e nunca mais se viram. Mariluce estava grávida de dois meses.

No dia seguinte, 23, Gildo foi levado, junto com Oldack, ao quartel do Barbalho, e Mariluce foi transferida para o quartel do forte de São Pedro, onde ficou presa por mais de 40 dias. No referido quartel, Gildo Macedo Lacerda e Oldack Miranda conheceriam o horror na sua mais plena expressão: a tortura. Torturaram Gildo e Oldack de todas as formas possíveis. Samarone Lima¹⁶⁹ descreve a covardia dos torturadores:

No Quartel do Barbalho, uma sinistra prisão cravada nas rochas, Gildo e Oldack foram entregues aos torturadores. Um de cada vez. Enquanto Oldack era massacrado, Gildo respirava um pouco. Depois a situação era invertida. As torturas eram feitas no refeitório, com o rádio no volume mais alto, porque havia algumas casas próximas ao quartel. O sofrimento de Gildo foi atroz. Quando foi preso sua ferida no pé tinha piorado e era aí que os torturadores despejavam o ódio. Fustigavam o militante sem piedade. Quando Oldack voltava à cela, encontrava o amigo completamente desfigurado, agonizando. Alguns dias depois, os agentes retiraram Gildo definitivamente da cela no Quartel do Barbalho e o levaram para o DOI-CODI do Recife. A repressão planejava uma “solução final” para ele e José Carlos.

Em 25 de outubro de 1973, Mariluce é levada a um local ignorado e brutalmente torturada. Numa das sessões de tortura, um dos algozes lhe diz que Gildo tinha ido fazer uma longa viagem.

3.6 Recife e o DOI-CODI

Gildo Macedo Lacerda é, então, transferido para o DOI-CODI do Recife, onde foi, de novo, violentamente torturado. Por ser, naquele momento, dirigente nacional da AP,

¹⁶⁹ LIMA, op.cit., p. 189.

seus algozes, usando as mais cruéis formas de tortura, tentaram arrancar dele todas as informações possíveis. Como Gildo nada dizia, foi brutalmente assassinado no dia 28.

No dia 1º de novembro, um oficial, dizendo-se capelão, conta a Mariluce Moura que Gildo estava morto desde 28 de outubro. Para confirmar a história, apresentava-lhe um recorte de jornal¹⁷⁰ que trazia a versão oficial de sua morte, que reproduzimos abaixo¹⁷¹:

SEGURANÇA DIVULGA MORTE DE DOIS SUBVERSIVOS EM RECIFE – Dois subversivos — José Carlos Novaes Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda — morreram durante um tiroteio no Recife, quando foram levados para um encontro com um terceiro. A informação é dos órgãos de segurança que ontem divulgaram um comunicado sobre uma série de operações em São Paulo, Salvador e Recife.

O texto do comunicado oficial, juntamente com as fotos dos dois militantes, foi reproduzido em vários órgãos de imprensa, escrita e televisionada.

Márcia Macedo Lacerda, irmã mais velha de Gildo, então com 25 anos, assistia ao Jornal Nacional naquele 1º de novembro de 1973. Com sua nacionalmente conhecida voz, Cid Moreira assim anunciava:

Entre outras prisões, caiu em São Paulo José Carlos Novaes da Mata Machado e, em Salvador, Gildo Macedo Lacerda. Interrogados, "abriram" um ponto com o dirigente "Antônio" [possivelmente Paulo Stuart Wright, outro dirigente da AP] às 19:30 do dia 28, à avenida Caxangá com general Polidoro, no Recife. À hora aprazada um homem forte, louro, branco, percebendo a armadilha, abriu fogo contra seus companheiros aos gritos de "traidores". Mesmo ferido, teria escapado depois de deixar Gildo morto e José Carlos mortalmente ferido.¹⁷²

Em seguida, lia, obrigado pelas circunstâncias, o comunicado oficial, redigido pelos órgãos de repressão:

Empenhados em desarticular as organizações subversivas de cunho marxista-leninista, os órgãos de segurança empreenderam, a partir do mês de setembro

¹⁷⁰ Provavelmente, o recorte de jornal mostrado a Mariluce Moura tenha sido do Jornal do Comércio, importante órgão de informação da capital pernambucana. O que reproduzimos é do Jornal do Brasil, uma vez que a cópia deste está melhor conservada do que aquele e reproduz exatamente o mesmo texto.

¹⁷¹ Jornal do Brasil, quinta-feira, 01/11/73, 1º caderno.

¹⁷² MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos desse solo** — Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Boitempo editorial, 1999, p. 498.

passado, uma série de operações para atingir os principais focos dessas facções, notadamente o eixo São Paulo-Salvador-Recife.

Aqui, necessário se faz refletir acerca da lógica dos itinerários percorridos pelos órgãos de repressão na tentativa de limitar o trabalho dos militantes considerados subversivos. Observa-se que, se os revolucionários tinham, ainda que em parte, sua mobilidade “determinada” pelas ações da repressão, esta em contra-partida, também moldava seus deslocamentos, tendo em vista os caminhos trilhados pelos militantes. Logo, não é por acaso nem aleatoriamente que a operação montada pelos órgãos repressivos incluía São Paulo, Salvador e Recife. O que explica essa escolha é o fato de que eram nessas cidades que estavam concentrados os militantes que se queria capturar. Advertimos que, por mais óbvia que pareça essa nossa hipótese, ela desmistifica a idéia, comum nas leituras que fazem desse período, de que aos militantes restaram apenas fugir das perseguições impostas pela repressão. Essa interpretação torna-os, os militantes, meros sujeitos coadjuvantes da ação política, quando, na verdade, influíram, de alguma maneira, nas determinações das ações em curso. E os órgãos de repressão tiveram que se moldar a essa realidade.

Exemplo disso é a montagem, organizada pelos órgãos de repressão, da versão oficial das mortes de Gildo e José Carlos. Essa farsa tinha como função primordial a tentativa de dar sentido aos assassinatos dos dois militantes. Analisando como os órgãos de repressão pronunciaram-se a respeito desses assassinatos, temos uma exata noção de onde eles iam, na tentativa de manter invisíveis suas ações. Vejamos outro trecho do comunicado oficial feito pela repressão¹⁷³:

¹⁷³ Jornal do Brasil, quinta-feira, 01/11/73, 1º caderno.

Os subversivos MATA MACHADO e GILDO, durante os interrogatórios, confirmaram uma reunião programada para Recife. Ambos informaram que no dia 29 de outubro teriam, nessa cidade, um encontro com um subversivo de codinome ANTONIO, ainda não identificado e que seria um dos chefes do Comitê Nacional, encarregado da Comissão Executiva e da Secretaria Internacional da APMIL. No dia 28 de outubro, sob a observação das equipes de segurança, foi propiciado o referido encontro. Cerca das 19h30m, na avenida Caxangá, esquina com a rua General Polidoro, um elemento de cor branca, cabelos louros e compleição forte aproximou-se do local onde se encontravam os dois subversivos. Pressentindo alguma irregularidade e a movimentação dos agentes de segurança, abriu fogo contra seus presumíveis companheiros acusando-os, aos gritos, de traidores, ocasião em que se iniciou o tiroteio. Aparentemente ferido, o criminoso evadiu-se, deixando morto no local o subversivo GILDO e, gravemente ferido MATA MACHADO, que morreu, quando era transportado para o hospital. Dois agentes de segurança ficaram feridos: um com maior gravidade, que já está fora de perigo, após delicada cirurgia.

Com esse desfecho, a repressão resolvia alguns de seus problemas: legitimava o discurso que sustentava suas ações criminosas, “explicava” as mortes de Gildo, José Carlos e Paulo Stuart, este, provavelmente, o Antonio do comunicado, que havia sido preso em 05/09/73, e, de quebra, colocavam Gildo e José Carlos como delatores e, conseqüentemente, responsáveis pela morte de Paulo Stuart. Toda essa encenação ficaria conhecida como Teatro da Caxangá, em alusão ao referido local.

Quando afirmamos, anteriormente, que os órgãos de repressão iam fundo na tentativa de tornarem invisíveis suas ações, não usamos recursos de oratória. Um dos cuidados que tiveram foi o de “conseguirem” testemunhas que “presenciaram” o tal tiroteio da Caxangá, e que, portanto, davam confiabilidade à versão dos órgãos repressores. Num documento da Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco, redigido em papel timbrado da Delegacia de Segurança Social – Seção de Ordem Política e Social, em 20 de novembro de 1973, assinado por Vanderlino Bezerra de Lima, chefe do SOPS, órgão que funcionava

junto ao DOPS de Recife e endereçado ao Delegado de Segurança Social, Sr. Evaldo Mota, podemos ler¹⁷⁴:

Esta Secção, cumprindo determinação de V. Sa. para proceder diligências na Av. Caxangá, onde ocorreu um tiroteio na noite de 28 de outubro, ocasionando a morte de dois (02) indivíduos subversivos, no sentido de localizar pessoas que dessem notícias da ocorrência, passo a informar o seguinte: depois de vários diligenciamentos [à avenida Caxangá], conseguimos colher os nomes das pessoas abaixo relacionados, com seus respectivos endereços: JOSÉ LUIZ ABÍLIO DA SILVA, residente no Jardim Tabatinga, lote 3, Quadra X, perto do Seminário Camaragibo. LOURENÇO GOMES DE SOUZA, residente à Avenida Caxangá, 5218, esquina com rua Min. João Alberto. MIGUEL CAETANO DE MENEZES, residente na Avenida Caxangá nº 4477. BERNARDO DAMIÃO CAVALCANTE PESSOA, residente à Rua General Polidoro nº 71, esquina com a Avenida Caxangá.

E uma vez encontradas as “testemunhas” que presenciaram o tal tiroteio na Av. Caxangá, elas, como “cidadãos de bem”, deveriam dar seus depoimentos a fim de esclarecer quaisquer possíveis dúvidas. Vejamos o que diz o Termo de Declarações, documento da Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco, no qual o delegado titular do DOPS de Recife, Edvaldo Mota da Cruz, ouve de José Luiz Abílio da Silva sua versão daquilo que poderia ser as mortes de Gildo, José Carlos e *Antonio*¹⁷⁵.

Aos vinte e sete dias (27) do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e três (1973), nesta cidade de Recife, na delegacia de Segurança Social, onde se encontrava presente o seu respectivo titular, bel. Edvaldo Mota da Cruz, comigo escrivão ao final assinado, aí compareceu José Luiz Abílio da Silva, pernambucano, solteiro, com 25 anos, com profissão de bombeiro, filho de João Abílio da Silva e de Antônia da Conceição Silva, residente no Jardim Tabatinga, lote 3, quadra X, Camaragibo, São Lourenço da Mata, portador da cédula de identidade nº 958.564-PE, sabendo ler e escrever. Compromissado na forma da lei, prometeu dizer a verdade, inquirido pela autoridade acerca dos fatos ocorridos na Avenida Caxangá, no dia vinte e oito do mês passado, disse: Q U E, ele depoente presta suas atividades de bombeiro, no posto Shell, localizado à Avenida Caxangá, nº 4.900, nesta cidade; que, na noite de vinte e oito de outubro último, por volta das 20:00 horas, ele depoente estava abastecendo um veículo, quando teve sua atenção despertada por disparos de armas de fogo, confronto ao referido posto de gasolina, entre a Avenida Caxangá e a Rua General Polidoro; que, o depoente, ao ouvir os disparos, correu para a parte externa e traseira do posto; que houve vários tiros, não tendo a precisão da sua quantidade; que, o depoente não pôde dar melhores informações, isto por que, o “tiroteio” foi rápido e até mesmo pessoas que se

¹⁷⁴ O referido documento pertence ao processo jurídico impetrado por Mariluce Moura, viúva de Gildo Macedo Lacerda, à época do reconhecimento do Estado pelas mortes desses militantes (lei 9.140 de 04.12.95), uma vez que o ônus da prova coube às respectivas famílias. A cópia xerox que possuímos não traz a data nem do documento original, nem de quando ele foi resgatado no Arquivo Público do Recife.

¹⁷⁵ Mesmo documento citado na nota anterior.

encontravam numa parada de ônibus junto ao local da ocorrência, dali desapareceram incontinenti; que, o depoente não ouviu comentários sobre o fato, não sabe se morreu alguém, nem desse fato deve conhecimento através da imprensa; que, somente nesta delegacia soube que em decorrência do “tiroteio” havido, resultou à morte de duas pessoas, de cujos nomes desconhece. Nada mais havendo, deu-se por findo este termo que lido e assinado conforme vai legalmente.

Os demais depoentes contam uma história muito parecida com a que acima relatamos. Mudam-se apenas seus endereços — uma vez que eram necessárias outras pessoas residentes nas regiões circunvizinhas ao suposto tiroteio — faixa etária, suas profissões e pequenos detalhes do ocorrido.

Lourenço Gomes de Souza, outro depoente, tinha 42 anos e era comerciante, possuindo uma pequena “venda”, e morador da mesma Avenida Caxangá, porém noutro número. Sua versão apenas acrescenta o fato de que viu pela imprensa o comunicado oficial, dando ciência de que os dois rapazes baleados eram pertencentes a organizações subversivas¹⁷⁶.

Já Bernardo Damião Cavalcanti Pessoa possuía 70 anos e era motorista. Não morava na Avenida Caxangá, mas sim na Rua General Polidoro, esquina onde o tiroteio ocorreu. Logo, poderia “atestar”, devido sua residência ser próxima ao local do ocorrido, o que teria se passado na noite de 28 de outubro de 1973¹⁷⁷.

No caso da quarta testemunha que teria presenciado o tiroteio da Avenida Caxangá, um dado chama-nos atenção: no documento que lista os nomes das pessoas que poderiam “atestar” a ocorrência das mortes de Gildo e José Carlos, a quarta testemunha aparece com

¹⁷⁶ O referido documento pertence ao processo jurídico impetrado por Mariluce Moura, viúva de Gildo Macedo Lacerda, à época do reconhecimento do Estado pelas mortes desses militantes (lei 9.140 de 04.12.95), uma vez que o ônus da prova coube as respectivas famílias. A cópia xérox que possuímos não traz a data nem do documento original, nem de quando ele foi resgatado no Arquivo Público do Recife.

¹⁷⁷ Mesmo documento citado na nota anterior.

o nome de *Miguel* Caetano de Menezes. No entanto, no Termo de Declarações, no qual o escrivão registrou o depoimento dessas testemunhas, está grafado *Manoel* e não Miguel. Um descuido dos órgãos repressivos na montagem da farsa? Um descuido do primeiro escrivão, que poderia ter-se confundido e, ao invés de *Manoel*, escreveu *Miguel*? O certo é que o depoimento que existe é de Manoel Caetano de Menezes. Sobre seu depoimento, nada de novo a não ser sua idade, 44 anos, e a profissão, vigia de uma obra situada na Avenida Caxangá¹⁷⁸.

Mas as encenações não poderiam parar por aí. A necessidade de tornar visível a versão do tiroteio como responsável pelas mortes dos militantes envolvidos exigia que outras providências fossem tomadas. Era necessário explicar como os corpos foram parar no IML. Se Gildo morreu na hora, e José Carlos, instantes depois, indo para o hospital, quem teria transportado os corpos para o IML? Os sargentos José Mario dos Santos e Francisco de Azevedo Barbosa, conforme relata documento expedido pelo Quartel-General/Estado-Maior das Forças Armadas-2ª Seção, Recife, datado de 29 de outubro de 1973 — um dia após as mortes de Gildo Macedo Lacerda e José Carlos Novaes da Mata Machado — assinado por Antonio Cúrcio Neto, chefe da 2ª seção do IV Exército¹⁷⁹.

No depoimento forjado, o Sargento José Mario dos Santos afirma que, na noite de 28 de outubro de 1973¹⁸⁰:

Juntamente com seu colega Francisco de Azevedo Barbosa, recebeu a incumbência por ordem superior, de conduzir dois (2) cadáveres até então não identificados, para o Instituto de Medicina Legal; que, assim de posse dos cadáveres, ele depoente e seu colega se dirigiram à Delegacia de Plantão, onde através de ofício, fizeram a devida entrega dos corpos ao referido IML para o devido procedimento; que, hoje, tomou conhecimento de que os cadáveres eram dos subversivos GILDO MACEDO LACERDA e MATA MACHADO, os quais foram mortos em tiroteio na Avenida

¹⁷⁸ Mesmo documento citado na nota anterior.

¹⁷⁹ Mesmo documento citado na nota anterior.

¹⁸⁰ Mesmo documento citado na nota anterior.

Caxangá, quando “cobriam um ponto” para detenção de outro subversivo de codinome “ANTONIO” (...); que no local foi encontrado um revólver Taurus, cal. 38, carga dupla, com número raspado, contendo no seu tambor seis (6) cápsulas deflagradas, ora exibido a esta autoridade que determinou a lavratura de competente termo de declarações que presta: Francisco de Azevedo Barbosa.

Com este depoimento, os órgãos repressivos introduzem mais um elemento que exigia legitimação: a arma do crime. Se Gildo e José Carlos foram mortos a tiros, qual foi a arma utilizada, quais as suas características, quantos disparos ela efetuou? O depoimento acima transcrito concede condições de visibilidade, entre outras coisas, à arma do crime. É bom lembrar que tanto Gildo quanto José Carlos e, provavelmente também, *Antonio* foram mortos em circunstâncias bem diferentes.

Mas se os corpos foram para o IML, o que disseram os médicos legistas ao fazerem as necropsias? Essa parte do itinerário percorrido teria que receber também uma legitimação. E foi por isso que os médicos Agrício Salgado Calheiros e João Luiz dos Santos Neto assinaram um laudo, em papel timbrado da Secretaria de Segurança Pública – Instituto de Medicina Legal de Pernambuco, da Perícia Tanatoscópica¹⁸¹, afirmando que Gildo Macedo Lacerda morreu vitimado de: “hemorragia, decorrente de ferimentos transfixiantes da cabeça e tóraco-abdominal, por instrumento pérfuro-contundentes (projéteis de arma de fogo)”.

Ou seja, a última peça que faltava para se legitimar as mortes de Gildo, José Carlos e *Antonio* estava concluída e saía do documento acima. Ficava, definitivamente, consumado aquilo que veio ser conhecido como Teatro da Caxangá: a versão oficial, elaborada pelos órgãos de repressão, que dava poder de visibilidade para essas mortes. Esses “tiroteios”, juntamente com os “suicídios”, eram as formas mais usadas pelos órgãos

¹⁸¹ Mesmo documento citado na nota anterior.

de repressão para justificar a morte de algum preso político. Os militantes da AP, ao tomarem contato com a versão do Governo, imediatamente perceberam a farsa.

O corpo e, posteriormente, os restos mortais de Gildo Macedo Lacerda nunca foram devolvidos à família, que não conseguiu dar a ele um enterro digno. Ouçamos sua mãe¹⁸²: “Agora você veja: mataram meu filho, não sabemos as circunstâncias, os nomes dos assassinos e não pude nem dar a ele um enterro decente. Isso está certo? É correto?”

Depois de morto pelos órgãos de repressão, seu corpo foi enviado para o cemitério da Várzea, próximo à Universidade Federal de Pernambuco, onde foi enterrado como indigente, num caixão sem tampa, artifício usado com vistas a acelerar o processo de decomposição do cadáver. Ao seu lado, foi enterrado, nas mesmas condições, o corpo de José Carlos. Este, posteriormente, foi exumado e devolvido à família.

A trajetória política percorrida por Gildo Macedo Lacerda não acabaria com seu assassinato. Sua morte foi noticiada em vários jornais fora do país. *O Avvenire Dela Itália e Del Mundo*, de 17 de novembro de 1973, na página 5, num artigo intitulado *Morti Misteriose* cita os assassinatos de Gildo e José Carlos pelos órgãos repressivos. O jornal francês *Le Monde* publica, em edição de novembro de 1973, uma matéria intitulada *Deux militants de Gauche détenus par la police sont tués dans des conditione suspectes*, escrita por Charles Vannhecke, na qual, de novo, as mortes de Gildo e José Carlos são apresentadas cercadas de suspeições. Também o *New York Times*, na sua edição de 13 de

¹⁸² LACERDA, Célia Macedo. Em depoimento a/a, em julho de 2004.

novembro de 1973, numa matéria escrita por Marvine Howe, concede espaço para os assassinatos de Gildo Macedo Lacerda e José Carlos Novaes Mata Machado.¹⁸³

As mortes de Gildo Macedo Lacerda e de outros membros da AP não se deram ao acaso. Revelam, nas suas articulações, que fizeram parte de um plano engendrado pelos órgãos de repressão, quando o governo Médici deu sustentação para que se praticasse uma onda de perseguições a pessoas e organizações nunca vista antes.

Em conformidade com a idéia de que se os militantes eram obrigados a burlar os limites impostos pelos órgãos repressores, estes, por sua vez, tiveram que, igualmente, driblar os obstáculos impostos pelas ações dos militantes e de suas organizações. E a prova mais cabal desse fato é a criação de uma comunidade de informações, que tinha por função coletar dados sobre as ações dos militantes e, posteriormente, traçar um plano de ação baseado nas informações coletadas¹⁸⁴. Um dos planos arquitetados, que visava a por fim às ações políticas dos militantes de esquerda era, inclusive, sua própria dizimação. Otto Filgueiras e Tessa Lacerda citam um documento encontrado no Arquivo Edgar Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas, com data de 5 de novembro de 1973, assinado pelo Coronel Oliveiros Lana de Paulo, chefe do CODI 6 da Bahia e endereçado ao Coronel Luiz Arthur, informando que¹⁸⁵:

Como coroamento das investigações relacionadas com a desarticulação de organizações subversivas de cunho marxista-leninista e que vinham sendo processadas desde junho de 73 nesta área, sob a responsabilidade e condução direta do CIE, aquele órgão delegou ao CODI 6 o prosseguimento da operação e prisões no dia 22 de outubro de 73 dos elementos abaixo citados (...).

¹⁸³ LIMA FILHO, Oswaldo. **Política Brasileira** – 1945/1990: uma visão nacionalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 37.

¹⁸⁴ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. **A lógica da suspeição**: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Revista Brasileira de História, vol.17, n.34, São Paulo, 1997. In http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acessado em 21.05.2006.

¹⁸⁵ FILGUEIRAS; LACERDA, op.cit., p. 262/263.

Entre os nomes citados, estava o de Gildo Macedo Lacerda.

E para que esse plano de dizimação fosse levado a cabo com sucesso, os órgãos de repressão lançam mão de um outro instrumento de sua comunidade de informações: o delator. Mas não um delator qualquer, de rua, um simpatizante do regime ditatorial. Um delator qualificado que poderia tornar-se invisível e, dessa forma, encontrar os outros militantes igualmente invisíveis. De preferência, alguém com poder de infiltração nas organizações de esquerda e que, dentro delas, pudesse transitar livremente, dispondo da confiança de seus pares, estando com eles, seguindo-os sem ser suspeitado de suas ações delatorias. E essa pessoa foi encontrada na figura de Gilberto Prata. Vê-se, portanto, que os órgãos de repressão da ditadura militar aprenderam a usar o poder da invisibilidade.

3.7 A “operação” Gilberto Prata

Gilberto Prata Soares nasceu em Uberaba em 1946. Vinha de uma tradicional família da burguesia mineira. No entanto, a militância política sempre foi muito presente na sua vida. Com o golpe de abril de 1964, o tio, padre Tomás de Aquino Prata, que tinha ligações com a JUC de Uberaba, chegou a ter o seu nome incluído numa lista de possíveis presos políticos. Não fosse a intervenção do bispo da diocese dom Alexandre Gonçalves Amaral junto ao Comandante do 4º Batalhão de Polícia de Uberaba, padre Tomás de Aquino Prata teria tido sérios problemas com os órgãos de repressão. Vejamos o que diz dom Alexandre¹⁸⁶:

Tivemos aqui, em Uberaba, um comandante do 4º B. P., que recebeu uma lista de nomes com seis sacerdotes, cinco freiras dominicanas, alguns estudantes e alguns

¹⁸⁶ AMARAL, Alexandre Gonçalves do. Perfil biográfico escrito por ele mesmo. In BRAGANÇA, Décio. **História viva de Uberaba**. Minas Gerais: Editora Vitória, 1994, p. 85

professores. A ordem era prendê-los. Nessa lista, estavam os nomes de Monsenhor Juvenal Arduini, padre [Tomas de Aquino] Prata, frei Domingos, Padre Thomas Fialho — diretor do Correio Católico — Padre Hiron Fleuri Curado, Irmã Loreto, irmã Georgina, Augusto César Vanucci, Joel Loes e tantos outros. Cheguei ao Quartel de repente acompanhado de todo o Clero uberabense (...) Vim aqui (...) exigir dos senhores a lista dos nomes dos padres e freiras, dos estudantes e dos professores, para serem presos (...) Só é permitido prender com provas.

E graças a essa intervenção, os nomes que estavam na lista não foram presos. Mas o irmão de Gilberto Prata, Ricardo Prata, não teve tanta sorte. Graças a sua militância na AP, foi preso pelos órgãos de repressão e sempre manteve sua militância política.

Havia, nessa família de revolucionários, uma militante mulher: Madalena Prata, única irmã numa família de quatro homens e a primeira abaixo de Gilberto Prata. Madalena, assim como o irmão, também se mudou para Belo Horizonte em 1966, mas não mantiveram muitos contatos um com o outro. Só voltaram a se encontrar quando Gilberto Prata mudou-se para São Paulo, em 1970.

Em 1966, Gilberto Prata deslocou-se para Belo Horizonte para estudar no cursinho da Universidade Católica de Minas Gerais, UCMG, no período noturno. De dia trabalhava na Cia. Força e Luz de MG. Como o ME da capital mineira, assim como o ME em outras partes do Brasil, estava em plena ebulição, Gilberto Prata intensificava sua militância¹⁸⁷:

Cheguei em Belo Horizonte e me matriculei no cursinho que era ligado a UCMG. E, ao mesmo tempo, como um já tinha uma certa militância dentro da AP, eu comecei a me envolver com o ME, participei de Congresso da UNE na época (...) Bom, aí eu tive todo um processo de formação política para exercer atividade de Ação Popular (informação verbal).

Participa, Gilberto Prata, das discussões em torno da adesão pelo maoísmo dentro da AP e parece não concordar muito com a visão interpretativa utilizada pelos

¹⁸⁷ PRATA, Gilberto. Depoimento a Samarone Lima. Tivemos acesso à cópia de duas fitas K-7, onde Gilberto Prata comenta sua atuação como delator.

simpatizantes da linha chinesa. Talvez por isso tenha se desligado da AP e se vinculado ao POC — Partido Operário Comunista — uma dissidência da POLOP, Política Operária.

Engajado nessa organização, Gilberto Prata participa do movimento operário em contagem, que passava por grandes movimentações, vindo a culminar na grande greve de 1968. Em início de 1969, Gilberto Prata muda-se para Goiânia e torna-se presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Goiás. Vejamos, no mesmo depoimento anteriormente citado, o próprio Gilberto referindo-se a esse momento:

No final de 68, início de 69 eu resolvi ir para Goiânia. Comecei a retomar algumas coisas, ainda fui militar no ME. Resolvi ir para a universidade, fiz vestibular, passei na universidade, fui fazer curso de Ciências Sociais, comecei a militar na área estudantil, fui presidente do DCE na UFG em 1969.

Em 1970, Madalena Prata e José Carlos Novaes Mata Machado, o mesmo que será morto com Gildo Macedo Lacerda, no DOI-CODI do Recife, em 28 de outubro de 1973, resolvem se casar. Haviam se conhecido em 1969, quando ela estava recuperando-se de um parto complicado, e José Carlos, que havia acabado de sair do presídio Tiradentes, foi lhe fazer uma visita. Depois se encontraram mais vezes e se apaixonaram¹⁸⁸. Mas como resolver as complicações de um casamento onde os nubentes são clandestinos políticos e procurados pelos órgãos de repressão? A solução encontrada foi Maria Madalena pedir ajuda ao irmão Gilberto.

Já nessa época, Gilberto Prata estava casado, morando em São Paulo e havia abandonado a militância política. Samarone Lima escreve a esse respeito¹⁸⁹: “No início de 1970, Gilberto decidiu morar em São Paulo. Estava cansado da militância. Queria trabalhar

¹⁸⁸ LIMA, op.cit., p. 88.

¹⁸⁹ Ibid., p. 89.

e seguir a vida. Alugou uma casa numa pequena vila, onde recebia Madalena algumas vezes”.

Morando em São Paulo, Gilberto Prata, portanto, ajuda a irmã a se casar com José Carlos. Mas a vida em São Paulo não era muito fácil. Retomemos depoimento anteriormente citado:

Em São Paulo é sempre muito difícil trabalhar fora. Você sai de manhã e chega à noite. Gastava duas horas de condução pra ir trabalhar e duas de volta. Eu chegava em casa praticamente pra dormir e isso trouxe problemas no âmbito familiar, o que me levou a voltar pra Goiânia. Minha mãe morava lá, nessa época (informação verbal).

Em 1971, Gilberto Prata, de volta a Goiânia, não queria mais ser revolucionário. Cansara da militância. Saiu da AP, foi cuidar da vida. Providenciou documentos e resolveu acompanhar as coisas de longe¹⁹⁰. Foi trabalhar numa fábrica da Eternit em Goiânia.

Entretanto, em fevereiro 1973, a repressão estava decidida a dar fim aos principais membros da direção da AP. Para isso, foi montado um grande esquema de informação e repressão, que incluía ações em São Paulo, Salvador e Recife.

Gilberto Prata foi, então, procurado por homens ligados ao CIE — Centro de Informação do Exército — e decidiu colaborar. Há duas hipóteses que tentam explicar a delação de Gilberto Prata. Segundo sua irmã, Madalena Prata¹⁹¹, Gilberto exerceu o poder de irmão mais velho, que julga ter o direito de decidir o destino dos irmãos mais novos. Ou seja, para Madalena, a traição foi fruto do machismo que impera em algumas relações

¹⁹⁰ LIMA, op.cit., p. 125.

¹⁹¹ PRATA, Madalena. Depoimento a/a em agosto de 2004.

familiares. No entanto, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio afirmam que Gilberto Prata recebeu, por oito anos, ajuda de custo do CIE¹⁹².

Sua missão, imposta ou não, era: fingir voltar à militância na AP, descobrir onde estavam escondidos suas principais lideranças e entregá-las para a repressão. Gilberto Prata, em depoimento anteriormente citado, descreve como foi seu encontro com os homens do DOPS:

Comecei a trabalhar na fábrica [da Eternit] desde a montagem. Eu trabalhava como auxiliar de pessoal, na divisão de relações industriais. Aí, eles [os homens do CIE] chegaram. Me lembro como se fosse hoje. Ainda comentei com um colega de serviço: pessoal engraçado, parece fazendeiro, moreno, queimado de sol, de bota, barbudo. Não seria estranho como clientes, mas na área de pessoal... Mas nem passou nada na cabeça. Daí a pouco eu fui chamado pelo chefe da divisão de relações industriais dizendo que duas pessoas queriam falar comigo. Mostraram-me um retrato meu, perguntaram se era eu, falei que era. Falou que era assunto de Segurança Nacional. Esse meu chefe tava tentando se justificar, falando que eu não podia me ausentar sem falar com meus superiores. Bom, o fato é que eles já foram lá pra me levar. Eu achei que era por causa de minha militância no passado (informação verbal).

Entrementes, a prisão de Gilberto Prata nada tinha a ver com sua militância do passado. O plano era bem mais ousado: numa articulação que envolvia vários órgãos de repressão, visava-se a prender as principais lideranças da AP, de então: Honestino Guimarães, Paulo Stuart, Gildo Macedo Lacerda, Jair Ferreira de Sá, Humberto Câmara Neto, José Carlos Novaes Mata Machado, entre outros. A rede de sociabilidades montada, às duras penas, pelos militantes da AP, encontraria, justamente num de seus membros, o seu tendão de Aquiles. Depois de anos tentando manter-se invisível aos órgãos de repressão, assistia à sua visibilidade ser entregue nas mãos de seus inimigos. No comando

¹⁹² MIRANDA; TIBÚRBIO, op.cit., p. 498.

da operação estava o delegado Sérgio Paranhos Fleury, responsável pelo DOPS de São Paulo e um dos mais temidos torturadores do país¹⁹³.

Gilberto Prata foi então levado para uma casa na vila militar de Goiânia, onde ficara por 45 dias e, posteriormente, para Brasília de carro. Conheceu um tal “Doutor César”. Sobre ele e os dias em Brasília, descreve:

Primeiro fiquei preso alguns dias [em Brasília]. Cheguei lá, as praxes normais: capuz, fica nu, dar revista, vai pra uma cela individual, dava pra um corredor escuro, onde quem ia preso ficava, nessa época. Não me lembro quantos dias que eu fiquei preso. Aí eu fui levado pra uma sala bem ampla, arejada, uma sala que parece de reunião, com uma mesa muito grande e tinha uma pessoa lá muito bem vestida, de terno e gravata e se apresentou como Dr. Cezar (informação verbal).

É esse Doutor César o militar responsável, segundo Gilberto Prata em depoimento anteriormente citado, pela proposta oficial de servir aos órgãos repressivos:

O que a gente quer é a sua irmã e o José Carlos. E você tem condições de chegar e você vai ter que chegar até eles. Se você topa, tudo bem, você escapa. Agora, se você não topa, daqui você não sai. Falou pra mim pensar. Falei: não, eu posso colaborar (informação verbal).

Mas, para colaborar, Gilberto Prata tinha que retornar ao mundo da clandestinidade, abandonado em 1970. Isso implicava, necessariamente, tornar-se invisível novamente e ter uma boa história para contar. Essa foi dada pelo próprio doutor Cezar, comenta Gilberto Prata em depoimento anteriormente citado:

Você vai refazer os contatos com o pessoal da AP. Vai dizer que foi preso, que teve problemas com a repressão, que está voltando. Para quem já foi militante, não é difícil fazer essa conversa pegar. Nós vamos te dar toda a infra-estrutura para viagens, contatos, telefonemas. Vai ter gente te acompanhando 24 horas por dia. O primeiro passo é entrar em contato com a sua irmã e o seu cunhado, depois...

¹⁹³ LIMA, op.cit., p. 125.

Não tardou muito para que Gilberto Prata reencontrasse a irmã e, a partir daí, ao que se assistiu foram quedas em efeito dominó. Entre setembro de 1973 e fevereiro de 1974, os órgãos de repressão prenderam e assassinaram sete — 70% — dos dez militantes da AP que tiveram suas mortes reconhecidas pelo Estado: Paulo Stuart Wright, morto em 05/09/73; Humberto Albuquerque Câmara Neto, morto em 08/10/73; Honestino Guimarães, morto em 10/10/73; Gildo Macedo Lacerda e José Carlos Novaes Mata Machado, mortos em 28/10/73; Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz, mortos em 23/02/74.

E o trunfo que Gilberto Prata tinha nas mãos era justamente o que torna sua traição mais chocante: ele era irmão de Maria Madalena Prata Soares e cunhado de José Carlos Novaes da Mata Machado, importantes líderes da AP naquele momento. Portanto, alguém que desfrutava da confiança dos membros da rede de sociabilidades desses militantes.

Em 1993, em depoimento perante a Comissão Externa sobre os Mortos e Desaparecidos da Câmara Federal, no qual fica público seu papel, Gilberto revela:

No período [maio a outubro de 1973], quem era da AP e entrou em contato comigo direta ou indiretamente, como José Carlos, Gildo, Madalena, dançou [foi preso] e tenho certeza absoluta de que se alguém pode dar conta de onde estão os corpos [dos que foram mortos] é o pessoal do CIEX”.¹⁹⁴

De algum modo, a morte de Gildo e de vários outros militantes da AP decorreram do “trabalho” de Gilberto Prata Soares como guia da repressão.

¹⁹⁴ MIRANDA; TIBÚRCIO, op.cit., p. 498.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando-se o conjunto de dados obtidos através das fontes pesquisadas — oral, bibliográfica e documental — nos foi possível descrever e analisar a militância política de Gildo Macedo Lacerda durante o período que compreende os anos de 1964 a 1973.

A problematização levantada por esse trabalho de que o peso histórico de Gildo Macedo Lacerda e sua militância deve-se, fundamentalmente, a sua capacidade de montar e sustentar uma rede de sociabilidades, acreditamos ter conseguido demonstrar. É importante termos em mente que Gildo — enquanto militante estudantil em uma organização de esquerda — juntamente com sua geração, trilhou itinerários — geográficos e ideológicos — ocupando espaços e oferecendo alternativas de atuação política que opunham resistência aos constrangimentos impetrados pelos órgãos de repressão.

Acreditamos, também, ter conseguido demonstrar que — se não na sua totalidade, ao menos em parte — esses constrangimentos imposto pelos órgãos de repressão guardavam uma lógica entre as ações da militância de Gildo Macedo Lacerda e sua rede sociabilidades. Sobretudo, se se tem em mente os deslocamentos por eles trilhados. Esses não se davam ao acaso, ao léu. Antes, respeitavam uma certa racionalidade.

Dessa forma também foi possível discutir o movimento pendular vivido pela militância de esquerda, sobretudo a que adere ao projeto da clandestinidade, que ora sustentavam uma rede de sociabilidades invisível, ora era obrigada a dar visibilidade a ela. Analisamos também os problemas daí decorridos. Sobretudo a não-identificação das massas com os propósitos revolucionários dos militantes. Como podem aderir a um projeto que só existe numa fina e tênue rede de sociabilidades invisível?

Entrementes, uma pesquisa do porte da que foi apresentada, toca, no decorrer da sua confecção, em pontos que, por forças circunstanciais, não são aprofundados e nem discutidos do modo como deveriam.

Um aspecto que merece maior detalhamento no futuro diz, justamente, sobre a condição de clandestinidade vivida pelos militantes de esquerda. Embora exista uma quantidade substancial de livros de memória escritos pelos próprios militantes, um levantamento dos principais tipos de clandestinidade e suas diferenças, suas conseqüências para os militantes e as razões que os levaram a uma atitude tão radical, ainda merece um maior estudo. Um estudo da construção da memória coletiva dessa situação, auxiliada pela história oral, levando-se em conta os anos de distanciamento histórico, poderia lançar luz sobre questões ainda não discutidas.

Outro detalhe que ainda carece de maior detalhamento diz respeito à não-devolução do corpo de Gildo Macedo Lacerda a sua família. Sabemos que a advogada instituída pela família Mata Machado — Doutora Mércia Albuquerque, já falecida — localiza o corpo de três pessoas no cemitério de Recife. Ora, se a própria repressão admitia que os três — Gildo, José Carlos Mata Machado e Paulo Stuart Wrigth — haviam sido enterrados juntos, porque não devolver as famílias os corpos dos três militantes? Dizer que a família de Gildo não se empenhou nesse sentido não corresponde à verdade. A viúva, Mariluce Moura, juntamente com os pais e advogados, empreenderam um processo jurídico nesse sentido.

A explicação mais plausível é que sendo os Mata Machado bem mais articulados que os Macedo Lacerda, aqueles tiveram mais sucesso do que esses. Quando perguntamos a Samarone Lima¹⁹⁵, biógrafo de José Carlos, como ele explicava esse fato, ele se limita a dizer que exumar o cadáver de Mata Machado e devolvê-lo a sua família já teria sido uma

¹⁹⁵ Conforme depoimento a/a maio de 2006.

grande vitória, tendo em vista o clima que se vivia naquele tempo. Podemos até concordar que, sem dúvida, dar um enterro digno a José Carlos foi uma grande concessão feita por seus algozes. Entretanto, a questão que se coloca é porque José Carlos merecia mais do que Gildo e do que Paulo Stuart?

E em se tratando da militância de Paulo Stuart, as dúvidas ainda são mais intrigantes. Sabe-se que ele foi visto pela última vez no dia 05 de setembro de 1973¹⁹⁶ e que teria sobrevivido a quarenta e oito horas de tortura. Uma enfermeira, que também foi presa, o teria visto na prisão. Sua morte foi, supostamente, no dia 11 de setembro de 1973. Mas sua morte foi “anunciada” pelos órgãos de repressão como tendo ocorrido no mesmo dia da de Gildo e José Carlos — dia 28 de outubro de 1973, participando do tiroteio da Caxangá. Ou seja: um mês e dezessete dias depois. Das duas uma: ou Paulo Stuart não morreu quarenta e oito horas depois de ser preso, no dia 11 de setembro, ou não era dele o terceiro corpo enterrado junto com Gildo e José Carlos. Se essa última alternativa estiver correta, há uma outra pergunta: se não era dele o terceiro corpo, de quem era? Quem teria sido o terceiro a ser enterrado no cemitério do Recife. Mais: a quem interessava essa versão da sua morte? Considerando-se que sua morte foi mesmo em 11 de setembro de 1973, porque os órgãos de repressão demoraram tanto a justificá-la? Por ter Paulo Stuart dupla cidadania — brasileira e americana? Questões que ficaram para outro momento.

Um último aspecto que fica para posterior análise é tratar da história dos órgãos de repressão não mais do prisma da esquerda, lendo seus relatos de memória, nem as conjecturas feitas por pensadores do período. Uma interessante e elucidativa forma de abordar a história da repressão é analisá-la pelos vértices da própria repressão.

¹⁹⁶ MIRANDA; TIBÚRCIO, op.cit., p. 492.

E para concluir, gostaríamos de estar salientando que a abordagem ora utilizada e suas implicações metodológicas em nenhum momento toma as conclusões apresentadas como as únicas possíveis. Os estudos sobre a trajetória política de militantes como Gildo Macedo Lacerda ainda deixa em aberto inúmeras necessidades de maior compreensão, sobretudo no que tange as análises que ao final, produzem um herói.

Essa compreensão ganha um grande aliado à medida que os anos passam: o distanciamento histórico, tão necessário para conter interpretações feitas ao calor do momento, que muito mais desinformam do que esclarecem. Nessa linha de raciocínio é importante ponderarmos sobre a aura mítica que se construiu, sobretudo por militantes vivos, em cima do que teria sido a participação efetiva desses atores. Acreditamos que essas construções idealizadas demonstram o quanto o controle da memória coletiva ainda carece de um maior debate.

Portanto, o Gildo que perseguimos durante a nossa investigação não é o herói que, voluntariamente, abandona tudo para viver um projeto idealizado, cego e inconsequente. Ao contrário: um indivíduo que fazia uma leitura muito consciente da realidade a sua volta, sabia das responsabilidades que seus atos implicavam e viveu momentos de hesitação. Portanto, um indivíduo concreto. E por conta dessa concretude, pode ser estudado do ponto de vista histórico.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Alexandre Gonçalves do. Perfil biográfico escrito por ele mesmo. In BRAGANÇA, Décio. **História viva de Uberaba**. Minas Gerais: Editora Vitória, 1994.
- ALMOND, G. **Una disciplina segmentada – escuelas y corrientes en las ciencias políticas**. México: FCE, 1999.
- ALVES, Márcio Moreira. **O Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.
- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Pacto Re-velado – Psicanálise e Clandestinidade Política**. São Paulo: Editora Escuta, 1994.
- BETTO, Frei. Maria Antônia: uma trincheira de resistência à ditadura. In SANTOS, Maria Cecília Loschiavo (org.). **Maria Antonia: uma Rua na Contramão**. São Paulo: Nobel, 1988.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para Uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 6ª edição, 2005.
- CHARTIER, Roger. Introdução. In: **A história cultural**. Lisboa, Difel, 1990.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro. **O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local?** *História Unisinos*. Porto Alegre, nº 10, vol. 8, 2004.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO Celso (Orgs.) **Os Anos de Chumbo: a Repressão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. **História e Culturas Políticas – definições, usos, genealogias**. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 28, 2000.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. **Como Eles Agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FILGUEIRAS, Otto & LACERDA, Tessa. **Perfil de Gildo Macedo Lacerda**. In DUARTE, Betinho. **Rua Viva**. Belo Horizonte: Edição do autor. 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras. 2005.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Cia. das Letras. 2005.

GARCIA, Maria Lúcia Resende. **Geração 60, geração esperança**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. **O queijo e os vermes**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil – Algumas Reflexões. In SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas Políticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo; Ática, 4ª edição, 1990.

KUPERMAM, Esther. **Da Cruz à Estrela**: a Trajetória da Ação Popular Marxista-Leninista. In Revista Espaço Acadêmico. Maringá. Ano III, nº 25, junho de 2003. www.espacoacademico.com.br/025/25ckupermam.htm. Acessado em 07/09/2006.

LACERDA FILHO, Mozart. Nova História Cultural e Micro-história: Uma Breve reflexão Sobre Suas Origens. **Revelação**. Ano VIII, nº 314.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. IN BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

LEVILLAIN, Phillippe. Os Protagonistas: Da Biografia. In REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **A História da Ação Popular** - da JUC ao PC do B. São Paulo, SP: Alfa Ômega, 1984.

LIMA, Samarone. **Zé** – José Carlos Novaes Mata Machado, uma reportagem. Belo Horizonte: Maza Editores, 1998.

LIMA FILHO, Oswaldo. **Política Brasileira** – 1945/1990: uma visão nacionalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. **A lógica da suspeição**: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Revista Brasileira de História, vol.17, n.34, São Paulo, 1997. In http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acessado em 21.05.2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar**: 1964-1968. São Paulo: Papirus, 1987.

MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos desse solo — Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Boitempo editorial, 1999.

MONTEIRO, Maria Rosa Leite. **Honestino: o bom da amizade é a não cobrança**. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

_____. **O corpo e a alma do mundo**: a micro-história e a construção do passado. In *História Unisinos*, vol. 8, nº 10, Jul-Dez, 2004.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1990.

_____, SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). **Imagens da Revolução — Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos Anos 1961-1971**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REZNIK, Luís. **Qual o lugar da história local?** Artigo publicado em www.historialocal.com.br, acessado em 25.08.2004.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano — volume 4 — O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX** (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROMAGNOLI, Luiz Henrique & GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE**: de Ibiúna à Salvador. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964/1965. Brasília: Editora da UNB, 1999.

SANFELICE, José Luis. **Movimento Estudantil, a UNE na Resistência ao Golpe de 1964**. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, Nilton (org.). **História da UNE**: volume 1 – Depoimentos de Ex-dirigentes. São Paulo: Editora Livramento, 1980.

SIGRIST, José Luiz. **A JUC no Brasil: Evolução e Impasse de uma Ideologia**. São Paulo: Cortez, 1984.

SILVA, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e Política**. São Paulo: Cortez, 1989

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 246.

SOUZA, Aldúcio Moreira. **Memórias Quase Esquecidas**. Porto Alegre: Age Editora, 2001.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes. **A JUC**: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história**: os Protagonistas Anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VALLE, Maria Ribeiro. **1968: o Dialogo é a Violência** – Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. 68: Os Estudantes Mineiros e o Desejo de um Novo Mundo. In MARTINS FILHO, João Roberto. **1968 faz 30 anos**. São Carlos: Mercado de Letras, 1998.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS:

1. Ofício do Diretório Central dos Estudantes, S/N, datado de 03 de maio de 1966. Documento Pertencente ao Arquivo Público de Uberaba.
2. Ofício do Diretório Central dos Estudantes, nº 050/65, datado de 07 de outubro de 1965. Documento Pertencente ao Arquivo Público de Uberaba.
3. Ofício da Cia. Cinematográfica São Luiz, S/N, datado de 13 de outubro de 1965. Documento Pertencente ao Arquivo Público de Uberaba.
4. Relatório Diretório Central dos Estudantes de Uberaba – Gestão 65/66. Documento Pertencente ao Arquivo Público de Uberaba.
5. Acervo documental pertencente a União Estudantil Uberabense. São 600 documentos. Este acervo está de posse do autor deste projeto.
6. Acervo documental pertencente ao Arquivo Público Municipal de Uberaba. O autor deste projeto possui uma cópia xerox de todos os documentos referente ao recorte temporal deste projeto de pesquisa.
7. Acervo particular do autor: Aproximadamente 300 documentos entre fotos, cartas, boletins de colégio, ficha de transferência, carteirinhas de colégio, entre outros.
8. Arquivo Público Mineiro. Documentos Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – DOPS/MG.
9. Processo de Gildo Macedo Lacerda, apresentado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Os originais estão com sua ex-mulher, Mariluce Moura. O autor deste projeto possui uma cópia na íntegra do referido processo. São ao todo 198 documentos citando Gildo Macedo Lacerda.
10. Processo de José Carlos Novaes da Mata Machado, apresentado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. O autor deste projeto possui a íntegra da cópia xerox. São ao todo 181 documentos citando Gildo Macedo Lacerda.

ENTREVISTAS:

Uberaba:

1. Alduízio Moreira de Souza (amigo e ex-militante da AP mineira), Julho de 2004;
2. Danival Roberto Alves (amigo e ex-militante da AP mineira), Agosto de 2004;
3. Maria Madalena Prata (Viúva de José Carlos Novaes da Mata Machado, amigo de Gildo e ex-militante da AP mineira e é preso e morto junto com ele em Recife, PE), Agosto de 2004;
4. Márcia Macedo Lacerda Alves (irmã), Julho de 2004;
5. Maria Aparecida Macedo Lacerda (irmã), Julho de 2004.

Belo Horizonte:

1. Marco Aurélio Freitas Lisboa (amigo e ex-militante da AP mineira), Setembro de 2004;
2. Maria Clotilde Vieira Ayer (amiga e ex-militante da AP mineira), Setembro de 2004;
3. Mauro Braga (amigo e ex-militante da AP mineira), Setembro de 2004;
4. Ney do Vale (amigo e ex-militante da AP mineira), Setembro de 2004;
5. Waldo Silva (amigo e ex-militante da AP mineira), Setembro de 2004;

Rio de Janeiro:

1. Célia Maria Poppe de Figueiredo (Ex-namorada e área próxima de AP), Julho de 2004;
2. Jean-Marc van der Weid (amigo e ex-militante da AP e da UNE), Julho, Setembro e Novembro de 2004;

Salvador:

1. Mariluce Moura (viúva de Gildo Macedo Lacerda e ex-militante da AP em Salvador), Julho e Setembro de 2004;
2. Gilberto Prata (ex-militante da AP e responsável pelo serviço de delação junto aos órgãos de repressão. Na verdade é uberabense, mas quando se dá seu encontro com Gildo, eles estão em Salvador). Não o entrevistamos pessoalmente; tivemos acesso a 120 minutos de entrevista conduzida por Samarone Lima.
3. Oldack Miranda (ex-militante da AP em diversos estados e foi preso juntamente com Gildo e Mariluce na capital baiana), Julho, Setembro e Novembro de 2004;